

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

PAULO ROBERTO RIBEIRO VARGAS

UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR

SÃO LEOPOLDO

2012

Paulo Roberto Ribeiro Vargas

UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.
Área de Concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Gelsa Knijnik

São Leopoldo

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V297e Vargas, Paulo Roberto Ribeiro.

Um estudo sobre a educação financeira e instituição escolar / Paulo Roberto Ribeiro Vargas. – São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2012.
121 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gelsa Knijnik.

Tese (Doutorado) – Universidade do Vale dos Sinos, Programa de pós-graduação em Educação, 2012.

Bibliografia.

1. Educação. 2. Educação financeira. 3. Governamentalidade.
I. Knijnik, Gelsa. II. Título.

CDU- 37:330

Ficha catalográfica elaborada por Bárbara R. Bittencourt Sallaberry – CRB1/2719.

Paulo Roberto Ribeiro Vargas

UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 18 de agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gelsa Knijnik / UNSINOS (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Fernanda Wanderer / UFRGS

Prof.^a Dr.^a Claudia Glauvan Duarte / UFSC

Prof.^a Dr.^a Maura Corcini Lopes / UNISINOS

Prof.^a Dr.^a Eli Terezinha Henn Fabris / UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Este momento é especial em minha vida. Desde o início do Doutorado, venho pensando e desejando a escrita desta parte da tese, em que tenho a oportunidade de agradecer às pessoas especiais que fizeram parte da realização do meu sonho. Está na hora de agradecer por essa conquista. Com muito respeito, admiração e carinho.

Agradeço:

- A Deus, sobretudo, pois sem sua graça nada seria possível.

- Aos meus pais, aqueles que me deram a vida e o exemplo... Mãe e pai, dedico a vocês esta vitória. Obrigado pelo apoio incansável, pois, quando tudo parecia cair no desânimo, recebia uma palavra de afeto. É um presente ser filho de pessoas tão especiais! Além disso, por terem saído muito cedo da escola, não pouparam esforços para que seus filhos sempre estivessem nela inseridos. Pai e mãe, nunca vou esquecer-me das desistências dos seus sonhos em função dos meus. Serei eternamente grato por tudo que vocês me proporcionaram. Obrigado!

- Ao João Carlos, um companheiro e amigo muito especial que foi colocado no meu caminho. Obrigado pela sua paciência e pelas palavras de incentivo diariamente.

- À minha irmã Luciane e ao meu irmão Alex, que sempre deram apoio.

- Ao Alessandro, que é um irmão e amigo que ganhei com o tempo.

- Aos meus afilhados, Bruna e Rafael, obrigado por vocês serem especiais.

- À minha orientadora, Gelsa Knijnik, pela intensidade, comprometimento e brilhantismo com que se dedicou comigo a esta Tese. Agradeço pela amizade, companheirismo e preocupação em várias dimensões de minha vida.

- Às professoras Eli Terezinha Henn Fabris, Maura Corcini Lopes, Claudia Duarte e Fernanda Wanderer, por aceitarem participar da minha banca de qualificação e também nesta etapa final. Sou grato pelos comentários e considerações que auxiliaram na conclusão desta Tese.

- Aos professores e secretárias da Pós-Graduação em Educação da Unisinos, pela atenção e o carinho com que me acolheram nesse período.

- Ao grupo de pesquisa GIPENS, coordenado pela professora Gelsa Knijnik. Aprendi e continuarei aprendendo muito mais com esse grupo afetivo e intelectual.

- Aos amigos do Unilasalle, instituição em que trabalho, que torceram muito por mim.

- À minha colega e amiga, que me ajudou em um momento bastante delicado da minha vida, Marli Quartieri. Obrigado!

- Aos meus amigos especiais. Não tenho como citar todos os nomes, por serem muitos. Sou eternamente grato pelas amizades que conquistei ao longo de minha vida. Valeu!

- Ao coordenador do curso de Matemática do Centro Universitário Unilasalle, Carlos Flores, por acreditar no meu fazer pedagógico.

- Aos meus alunos e orientandos do Unilasalle, que acreditam no meu trabalho.

- A toda equipe pedagógica, aos professores e alunos do Colégio Luterano Concórdia e do Colégio São José.

- Ao colegiado do Curso de Matemática do Unilasalle, em especial, à minha amiga e colega Rute Ferreira, pela parceira profissional e pessoal.

- Enfim, agradeço a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para que mais uma etapa de minha formação profissional fosse concluída.

- A vocês, o sonho, o abraço, a lembrança, o diploma e o futuro.

RESUMO

Esta tese é fruto de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar como os programas de Educação Financeira, praticados inicialmente somente pelas instituições financeiras, foram estendidos para a instituição escolar. A pesquisa inspira-se na produção do filósofo Michel Foucault, e utiliza como ferramentas teóricas os conceitos foucaultianos de biopolítica e de governamentalidade. O material de pesquisa examinado é constituído pelo programa de implementação da Educação Financeira, intitulado de “Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)”, organizada pelo Governo Federal, com apoio de instituições privadas ou públicas, e o Programa do Banco Santander de Educação Financeira. O exercício levado a efeito com o uso das ferramentas teóricas escolhidas mostrou nesta pesquisa investigativa: a) a inclusão da Educação Financeira na escola surgiu na contemporaneidade, em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros e das mudanças demográficas, econômicas e políticas atuais; b) o Projeto de Educação Financeira, apoiado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira, e o projeto elaborado e executado pelo Banco Santander, atuam como um dispositivo para conduzir a conduta da população; c) a Educação Financeira, formulada pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e por instituições públicas ou privadas, consiste em uma forma de investimento para toda a população e ao mesmo tempo como um empresariamento de si mesmo.

Palavras-Chave: Educação Financeira. Governamentalidade. Empreendedorismo.

ABSTRACT

This thesis is the result of a study carried out with the aim of analyzing how financial education programs, initially only practiced by financial institutions, have been extended to the academic institutions. This research is based on the work of the philosopher Michel Foucault, and uses Foucauldian concepts of governmentality and biopolitics as theoretical tools. The data examined consists of the implementation program of Financial Education, entitled *National Strategy for Financial Education* (ENEF), organized by the Federal Government, supported by private or public institutions, and the Program of Santander Bank on Financial Education. The exercise carried out by using the theoretical tools chosen in this investigative research showed that: a) the inclusion of the Financial Education in schools emerged in contemporaneity due to the development of financial markets and the current demographic, economic and political changes; b) the Financial Education Project, supported by the National Strategy for Financial Education, and the project developed and implemented by Santander Bank act as a device to guide the conduct of the population; c) the Financial Education, formulated by the *National Strategy for Financial Education* (ENEF) and by public or private institutions, is not only a form of investment for the entire population but also an entrepreneurship in itself.

Keywords: Financial Education. Governmentality. Entrepreneurship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Como não ser o pato da vez	<u>1645</u>
Figura 2: Criança aprende finanças na sala de aula	<u>1645</u>
Figura 3: Consumo e trabalho	<u>1645</u>
Figura 4: Programa de Educação Financeira	<u>1746</u>
Figura 5: Disciplina financeira é um bom assunto para crianças.....	<u>1746</u>
Figura 6: Aulas de Educação Financeira para jogadores de futebol	<u>1847</u>
Figura 7: Mesada: a hora certa de dar dinheiro a eles	<u>1847</u>
Figura 7 – Página de <i>login</i> de usuário do site <i>Brincando na Rede</i>	<u>6362</u>
Figura 8 – Página de inscrição do <i>site Brincando na Rede</i>	<u>6463</u>
Figura 9 – Parte superior do site “Brincando na Rede”	<u>6766</u>
Figura 10 – Atividade de iniciação do Caderno de Atividades	<u>7170</u>
Figura 11: Personagens do site “Brincando na rede”	<u>8281</u>
Figura 12: Vantagens de ser sócio do clubinho do Banco Santander	<u>8281</u>
Figura 13: Atividade envolvendo compra e venda.....	<u>102401</u>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 SITUANDO A TEMÁTICA DE PESQUISA E OS APORTES TEÓRICOS.....	1615
3 MATERIAL EMPÍRICO DA PESQUISA.....	4443
3.1 ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	4443
3.1.1 Da invenção do dinheiro à instituição dos juros.....	4443
3.1.2 A Revolução Industrial e a transferência para o mundo do trabalho	4948
3.1.3 A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)	5554
3.2 BANCO SANTANDER E SEU PROJETO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	6362
4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA REGULADORA DE CONDUTAS E A NOÇÃO DE RISCO	8180
4.1 NOÇÃO DE RISCO	8887
5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: O EMPREENDEDORISMO E A RELAÇÃO COM O CAPITAL HUMANO.....	9594
6 DAS CONCLUSÕES PROVISÓRIAS.....	107106
REFERÊNCIAS.....	114113

1 INTRODUÇÃO

Ao iniciar a escrita desta tese, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, e após a qualificação ocorrida no início do corrente ano, decidi problematizar a construção da pesquisa buscando entender como a Educação Financeira, que era de responsabilidade das instituições financeiras, foi se tornando presente na instituição escolar.

A minha trajetória acadêmica e profissional apresenta elementos que estão diretamente vinculados à temática desta pesquisa, ou seja, a Educação Financeira. Neste momento, em que inicio a escrita desta tese, dou-me conta de que essa temática está relacionada com experiências vividas nas esferas escolar, familiar, e também em outros espaços da sociedade.

Antes de entrar na escola, durante a minha infância, lembro-me de muitos momentos em que meus pais queriam “educar financeiramente” a mim e à minha irmã, de modo que aprendêssemos como é importante economizar para conseguir guardar algum dinheiro na poupança; e esse ato estava ligado ao conceito de investimento seguro, estável e que não apresentava nenhum risco. Meus pais, mesmo sendo trabalhadores autônomos e humildes, guardavam suas economias na poupança, para tentar garantir o futuro de seus filhos. Recordo-me ainda que eles sempre incentivaram eu e minha irmã a estudarmos muito e guardar dinheiro na poupança, na esperança de que conseguíssemos uma estabilidade profissional “mais adequada” do que a deles. Eu, a todo o momento, também fui logo capturado pela necessidade de poupar e até hoje sigo esses ensinamentos familiares.

Minha trajetória escolar foi a de um aluno que estudou as primeiras séries do Ensino Fundamental em uma escola pública, na rede municipal. Quando concluí a 5ª série, participava de um momento histórico em que se iniciavam as greves nas escolas públicas. Por esse motivo, meus pais optaram por transferir-me para uma da rede privada. Quando recordo o passado, surgem lembranças de como a vontade de ser o melhor aluno está vinculada a uma necessidade minha de não reprovar, para que todo o investimento financeiro dos meus pais não fosse perdido.

Logo que concluí o Ensino Médio, participei da seleção para realizar o Aproveitamento de Estudos no Colégio Luterano Concórdia, de São Leopoldo (RS), o qual me habilitava a ministrar aulas para as primeiras séries do Ensino

Fundamental. Fui selecionado e cursei, durante um ano, as disciplinas pedagógicas, realizando também seis meses de estágio. Lembro-me, muitas vezes, de presenciar meus pais “sacando” todas as suas economias da poupança para pagar meus estudos. Dessa forma, sempre me senti estimulado a ter minhas próprias economias guardadas, pois meus pais tinham me disciplinado sobre a importância de economizar algum dinheiro para situações de emergência.

Talvez eu também tenha sido capturado, desde a adolescência, pelo espírito de administrar meu próprio negócio. Com apenas 15 anos, a fim de ter minha própria renda, comecei a vender alguns produtos. A comissão referente a essas vendas me ajudava a comprar os materiais que utilizava na escola. O tempo foi passando, fui me tornando um administrador e conseguia administrar uma equipe que trabalhava comigo. Meus pais sempre estimulavam a ideia de que, para ser ter boas condições financeiras, era necessário abrir uma empresa, saber administrar seu próprio negócio e assim resolveram montar um negócio próprio para que eu o administrasse. O empreendimento deu certo durante algum tempo e, em 1998, decidi prestar vestibular para o curso de Licenciatura Plena em Matemática, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Para meus pais, frequentar um curso superior era entendido, também, como uma forma de empreendimento seguro e sem riscos.

O curso de Licenciatura Plena em Matemática tem como foco formar educadores para atuarem nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Nesse curso, há o predomínio de disciplinas de Álgebra, Geometria e Cálculos. O importante, nesse contexto, é a Matemática acadêmica, com ênfase no formalismo. Esse fato deixou marcas significativas, pois mesmo sendo professor, valorizava e aceitava como única somente essa vertente. Durante o curso, fiz a disciplina de Matemática Financeira, na qual eram abordados conteúdos como juros simples e compostos, desconto simples e compostos e empréstimos. Essa disciplina tinha o foco na resolução de problemas através de aplicação de fórmulas, ou seja, tinha uma ênfase no conteúdo e no formalismo matemático.

Segundo a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE¹, 2005) a Educação Financeira é “uma forma ampliada de ver o mundo, pautada pela lógica de Mercado, e tem como objetivo educar financeiramente”. Essa

¹ A discussão da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) será feita com mais profundidade posteriormente.

organização entende a Educação Financeira como um processo em que os indivíduos melhoram sua compreensão sobre produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informações e recomendações claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro. Dessa forma, a OCDE (2005), considera que a Educação Financeira extrapola o simples oferecimento de informações financeiras e conselhos, sendo que essas atividades devem ser regulamentadas, em específico, no que se refere à proteção dos clientes.

Após a graduação, resolvi realizar a seleção para o Mestrado de Ciências e Matemática, no qual meu tema de pesquisa foi “Modelagem Matemática: um ambiente de aprendizagem”. Em alguns momentos precisei lidar com diferentes “olhares”: ora sob o prisma de um educador de Matemática, ora como pesquisador; algumas vezes, fiquei em dúvida entre esses papéis. Nesse momento comecei a pensar sobre a Educação Matemática como um campo de conhecimento, o que me levou a buscar um Doutorado em Educação, a fim de entender melhor esse campo da Educação; em especial, o da Educação Matemática.

Os motivos que me conduziram a participar do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no Programa de Doutorado em Educação, estão diretamente ligados à minha trajetória acadêmica e profissional. Como docente de Matemática e Mestre em Ensino de Matemática, não queria ser somente mais um professor que prioriza e admite a Matemática acadêmica como a única verdade. Buscava também uma nova prática, um novo jeito de lidar com a Matemática na sala de aula. Recordo que, no primeiro encontro com a professora Gelsa Knijnik, demonstrei interesse em estudar a Educação Financeira. Depois de muitas leituras, discussões e orientações a fim de abandonar muitas certezas que me acompanhavam e que acabavam por me direcionar para outras perspectivas de estudo e pesquisa, de caráter mais metodológico, resolvi repensar meu tema de pesquisa. Na construção da proposta de tese, foi preciso abandonar meu lado “salvacionista”, que se baseava na busca por um “mudar o mundo”, para empreender uma pesquisa de perspectiva teórica foucaultiana, alinhada ao pensamento pós-moderno.

A escolha do tema de pesquisa foi influenciada pelo fato de que, na minha trajetória profissional, pude observar que algumas escolas privadas da região metropolitana de Porto Alegre incluem a Educação Financeira como disciplina ou

projeto obrigatório nos currículos de todos os níveis de ensino. Além disso, em 2007, foi elaborada proposta intitulada Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), antes mencionada e coordenada pelo governo federal e apoiada por instituições privadas e públicas, governamentais e não governamentais e que, segundo documentos oficiais, “tem o objetivo de promover e fomentar a cultura de educação financeira no país”; “ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de recursos” e “contribuir para a solidez do mercado financeiro”. Cabe salientar que essa proposta estabelece que a Educação Financeira seja estudada em todos os níveis de ensino.

Como é bastante (re)conhecido, não nos educamos somente na escola, mas também em outras engrenagens da sociedade contemporânea. Mesmo que seja uma engrenagem importante, pelo número de horas diárias e pelos anos a fio em que permanecemos na escola, essa não é a única. Há outras engrenagens por meio das quais nos educamos: os espaços não formais, a mídia, entre outras. Considerando esse fato, esta Tese busca descrever e analisar esse deslocamento, construindo uma problematização sobre tal movimento.

Não tenho por objetivo avaliar se a instituição escolar deveria ou não incluir a Educação Financeira como uma disciplina obrigatória ou contemplá-la em projetos desenvolvidos dentro dos espaços escolares. O estudo realizado tem o intuito de entender como a Educação Financeira, que era de responsabilidade das instituições financeiras, foi se tornando presente na instituição escolar.

A pesquisa se inspira na produção do filósofo Michel Foucault, e utiliza como ferramentas teóricas os conceitos foucaultianos de *biopolítica* e de *governamentalidade*. Não é minha intenção, aqui, buscar a origem – como “essência exata da coisa” (1997, p. 17) – dos muitos espaços que a Educação Financeira atinge na atualidade. Nessa perspectiva, não haveria como descrever a sua história de forma linear: busco encontrar condições para que o entendimento sobre como os Programas de Educação Financeira foram também sendo desenvolvidos por instituições escolares. Com esse fim, na Tese, mapeio esforços e estratégias desenvolvidas para que, na contemporaneidade, possa emergir o discurso da Educação Financeira no ambiente escolar.

A partir das leituras de Michel Foucault sobre *governamentalidade*, passei a observar a Educação Financeira com outros olhos, e isso me fez formular o seguinte problema de pesquisa:

- Como os programas de Educação Financeira, praticados inicialmente somente pelas instituições financeiras, foram estendidos para a instituição escolar?

Para construir argumentos e entender as condições de possibilidade que fizeram emergir a Educação Financeira dentro da escola, selecionei, como material empírico, documentos oficiais, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira, e os documentos sugeridos pela OCDE e o Programa de Educação Financeira do banco Santander², por ser o primeiro Programa de Educação Financeira do país. A partir da leitura de diferentes textos, leis, imagens e anúncios publicitários desse Programa, foi possível perceber como eram mostrados os programas de Educação Financeira, praticados pelas instituições financeiras, e como esses foram sendo estendidos para a escola.

Para responder o problema de pesquisa, estruturei a Tese da seguinte forma: O início é esta *Introdução*, na qual busquei mostrar como estou inserido na temática de pesquisa, delimito o tema da investigação e o problema de pesquisa, oferecendo uma indicação do material empírico empregado na investigação realizada.

No *Capítulo 1*, faço a apresentação geral das potencialidades deste estudo, destacando a Educação Financeira como temática central da Tese. Neste mesmo capítulo, discuto conceitos foucaultianos que serão o fio condutor da Tese e apresento um levantamento de teses e dissertações produzidas nas universidades brasileiras que tratam da temática abordada neste estudo. Ao final, procuro mostrar quais são as diferenças entre o estudo proposto e as pesquisas realizadas até o momento.

O *Capítulo 2* apresenta, de forma detalhada, o material de pesquisa. A apresentação está organizada em duas seções, intituladas “Estratégia Nacional de Educação Financeira” e “O Banco Santander e seu projeto de Educação Financeira”. Na escrita do capítulo, também apresento os acontecimentos que evidenciaram como a Educação Financeira alcançou a dimensão que tem na atualidade.

Os dois capítulos subsequentes - “Educação Financeira: como estratégia reguladora de condutas e a noção de risco” e “Educação Financeira: o empreendedorismo e a relação com o capital humano: contém uma análise feita a

² O Banco Real era responsável pelo projeto de Educação Financeira. Com a fusão entre o banco Real e o banco Santander ficou sendo uma única instituição financeira. O Banco Santander assumiu o projeto de Educação financeira criado anteriormente pelo banco Real.

partir dos enunciados recorrentes no material de pesquisa”. Neles procuro mostrar como a Educação Financeira é uma estratégia na condução das condutas e de que modo o empreendedorismo e a noção de risco aparecem de forma frequente no material de pesquisa. Além disso, busco observar que reflexões podem ser realizadas utilizando como ferramenta teórica o conceito foucaultiano de *governamentalidade*, que perpassa toda a construção desta Tese.

O trabalho finaliza com o capítulo das (In)conclusões. Nele retomo de forma sucinta os resultados obtidos no trabalho investigativo, fazendo algumas considerações finais para o estudo desenvolvido.

2 SITUANDO A TEMÁTICA DE PESQUISA E OS APORTES TEÓRICOS

Figura 1: Como não ser o pato da vez



Fonte: Revista Veja, 2009.

Figura 2: Criança aprende finanças na sala de aula



Fonte: Folha de São Paulo, 2011.

Figura 3: Consumo e trabalho



Fonte: Revista Nova escola, 2009.

Figura 4: Programa de Educação Financeira

Programas de Educação Financeira

Já está disponível nosso programa PROEFIC - Programa de Educação Financeira para Colaboradores e em breve estaremos disponibilizando mais dois produtos voltados para área de finanças pessoais o PROEFIP - Programa de Educação Financeira Pessoal e o PROEFIN - Programa de Educação Financeira Infantil.

Fonte: Portal Financeiro, 2012.

Figura 5: Disciplina financeira é um bom assunto para crianças

DINHEIRO

Disciplina financeira é um bom assunto para crianças

"Dinheiro Não É um Anjo"
Neale S. Godfrey, Ed. de outros dois Livros, 192 págs., R\$ 24,90

"Educação Financeira"
Cecilia D'Aquila, Ed. Campus, 7ª Edição, 120 págs., R\$ 41,90

Diga ao Mito
Para o Valor, et Rio

Relacionamento que se registra nos países desenvolvidos há muito tempo, o crescente endividamento de jovens adultos pode ser fruto da pouca educação que os pais dão em finanças pessoais na infância doméstica. Segundo a pesquisadora nos apelo publicitários que estimulam o consumo facilitado pelo emprego de cartões de crédito, há livros que en-

É comum que os formados iniciem sua vida profissional com uma média de US 20 mil em dívidas, incluindo as despesas de crédito, além de Neale, autora de "Dinheiro Não É um Anjo", Charles de "Money Diaries: Como Usar o Dinheiro", e a publicação Brasil ("Dinheiro Não É um Anjo").

No livro, que esteve na lista dos mais vendidos do "New York Times", Neale explica a importância de familiarizar as crianças com a utilização de dinheiro, além de recomendar um país que estimule as filhas a desenvolver senso crítico, para não ceder à sedução da publicidade. "A televisão americana tem anúncios dirigidos a crianças desde os três anos de idade. Os comerciais mostram mensagens publicitárias através de todo tipo de

me, autor de "Educação Financeira - Como Educar seu Filho", que também orienta pais sobre valores de uso de cartão e como a criança pode ser ensinada em finanças pessoais.

"As crianças já estão na linha de frente e precisam de disciplina financeira. Se o cartão de crédito não for usado com disciplina, os pais precisam disciplinar a criança, ensinando o consumo responsável. Nos Estados Unidos, já há escolas que ensinam crianças em atividades. Há o uso de cartões de crédito no primeiro nível da escola, e todas as universidades. Vou ler até uma discussão ética sobre o uso de cartões que é ensinada em instrumento de cidadania, a qual que seguir tem sendo a

Cecilia D'Aquila: a regularidade dos acontecimentos pode ser administrada

Fonte: Educação Financeira, 2012.

Figura 6: Aulas de Educação Financeira para jogadores de futebol



Fonte: RAC, 2012.

Figura 7: Mesada: a hora certa de dar dinheiro a eles



Fonte: Revista Veja, 2010.

Ao analisar as manchetes de jornais e revistas acima, que tratam da Educação Financeira, pode-se constatar que o projeto de Educação Financeira quando anuncia “Programa de Educação Financeira dá lucro para ricos e pobres” está direcionado a alunos de todas as classes sociais e idades, conforme podemos visualizar nas imagens acima (incluindo a Educação Infantil e os jogadores de um time de futebol - Corinthians). Essas manchetes demonstram a importância de poupar para escapar da crise financeira, a fim de realizar os desejos dos indivíduos, e como a mesada pode ser um modo de ensinar os filhos a se organizarem financeiramente desde cedo.

O grande número de discussões sobre Educação Financeira que foi produzido pela mídia deu sustentação à escolha deste tema. É observada, nos anúncios acima reproduzidos, uma preocupação em educar financeiramente toda a população. O estímulo é para que a “mesada”, por exemplo, seja um instrumento que sirva para a educação financeira das crianças e que, desde cedo, elas se tornem pessoas educadas financeiramente, com a habilidade de poupar e de ter um consumo consciente, podendo realizar seus desejos.

As revistas *Nova Escola*, *Isto é* e *Veja*, além de alguns jornais, publicaram reportagens sobre a importância da Educação Financeira na Escola, com o objetivo de privilegiar esta temática como pertencente ao campo da Educação. Observamos que a mídia está tratando de questões referentes à Educação Financeira, e a justificativa está na crise econômica mundial atribuída, muitas vezes, à falta de organização financeira da população. Assim, o Estado tem uma nova lógica de organização, na qual o conceito de ter uma poupança (estabilidade) vem perdendo espaço para a de que a população se torne investidora (sem medo de riscos).

Para entender a implementação da Educação Financeira em currículos escolares, é necessário relacioná-la à organização do mercado financeiro na contemporaneidade. Ao mesmo tempo em que o consumismo é necessário para os dias de hoje, também existe a lógica de que o consumo seja consciente. O pensador da contemporaneidade, Zigmund Bauman (2008), defende a ideia de que estamos numa sociedade de consumidores, na qual o foco é o ato de consumir, e não mais numa sociedade de produtores, em que o foco é o trabalho. Ele salienta que o mercado, ao mesmo tempo em que nos faz consumidores, também nos transforma em mercadorias.

Bauman (2008, p. 11) destaca que “a sociedade de produtores se concentra na administração dos corpos, a fim de tornar a maior parte de seus membros apta a morar no seu habitat natural: campos de batalha ou chão de fábricas. Seu espírito deve ser silenciado e adormecido”. Existe uma preocupação com a promessa em longo prazo e não com o desfrute imediato dos prazeres. É nessa sociedade que os homens incapazes de demonstrar sua capacidade de serem produtores e soldados são considerados “anormais” e rotulados como inválidos. Já na sociedade de consumidores, o seu treinamento se dá desde a infância e ao longo de suas vidas, na administração do seu espírito. O trabalho é supervisionado e coordenado de forma individual por indivíduos coagidos espiritualmente. Seu novo habitat são os lugares onde as mercadorias são procuradas, encontradas e obtidas. Não existe especificidade de gênero, idade e classe. Todo mundo precisa ser um consumidor por vocação. As práticas excludentes são mais estritas, duras e inflexíveis do que na sociedade de produtores. Os inválidos, na sociedade de consumidores, são marcados pela exclusão e chamados de consumidores falhos, pois não possuem dinheiro e nem crédito para satisfazer seus desejos de consumo. Na sociedade de consumidores, mesmo que esses sejam considerados falhos, são elaboradas diferentes estratégias para capturar esses indivíduos a consumirem e fazerem parte dessa sociedade.

Consumir virou o verdadeiro propósito da existência humana. Tudo se transforma em troca, incluindo, naturalmente, a juventude, a beleza e a sexualidade. O desejo, a vontade e os anseios são condições essenciais para que o consumo seja reconhecido na atualidade. Com a mudança de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores foi necessário entender a incorporação da Educação Financeira na escola como uma necessidade do mundo. Estes deslocamentos oportunizaram uma mudança nas características da sociedade de produtores para consumidores conforme citado anteriormente. A diferença relevante é que em uma sociedade de consumidores a preocupação é consumir muito, mas com consciência, enquanto na sociedade de produtores o foco está na produção.

O Estado organiza o sistema financeiro no qual, ao mesmo tempo em que precisamos consumir, é necessário tornarmo-nos investidores, sem medo de riscos, para melhorar e manter a economia brasileira estável.

Enquanto numa sociedade de produtores, o que estava em jogo era a produção e a segurança em longo prazo e com menor risco possível, e não o

desfrute imediato dos prazeres; na sociedade de consumidores a necessidade é desfazer-se de objetos de consumo com facilidade, mesmo que sejam satisfatórios. As campanhas publicitárias inventadas e calculadas são organizadas para que haja um crescimento constante nas vendas. O projeto defendido pela ENEF surgiu para que, além do consumo, a população se torne investidora, e que exista o consumo consciente, para manter ou aumentar o crescimento do país, tão valorizado pelo Estado.

Uma das muitas verdades³ que instituem o discurso da inclusão da Educação Financeira nos currículos como disciplina ou projeto obrigatório é que devemos preparar o educando para lidar com assuntos relacionados à realidade, além de torná-los consumidores responsáveis, pois só assim a escola possibilitaria aos alunos se educar financeiramente, consumir conscientemente e se tornar empreendedores, conforme os excertos abaixo, extraídos da mídia, demonstram:

As aulas de educação financeira foram **um pedido dos próprios pais que as escolas decidissem incluir a matéria no currículo**. A preocupação número 1 era *desenvolver certo senso crítico de responsabilidade em relação ao dinheiro* e outra preocupação sobre a necessidade de alfabetizar financeiramente num momento histórico que o mercado financeiro se consolida. (REVISTA VEJA, ano 49, n.2, 2009, p. 72, grifo nosso).

Desde que o programa foi implantado, **vários alunos da Escola Pacaembu localizada em São Paulo montaram pequenos negócios**. Assim eles entendem a relação entre custo e benefício, sentem as dificuldades de venda e muito mais. (REVISTA NOVA ESCOLA, set. 2009, p. 38, grifo nosso).

Queremos estimular que **as crianças se apropriem de suas criações, que percebam que uma ideia/talento pode ser colocada em prática estimulando o empreendedorismo**. (BRINCANDO NA DERE, 2010, grifo nosso).

Foi na escola que o estudante A, de 16 anos, **aprendeu a importância de poupar e planejar os gastos. Ele e os colegas de sala do terceiro ano do Ensino Médio** da Escola Estadual Dogival Barros Gomes, na Zona Sul de São Paulo, **dizem que foi com as aulas de educação financeira que eles entenderam o conceito do consumo consciente, os perigos dos juros dos cartões de crédito e parcelamentos, entre outras armadilhas do crédito fácil**. (FAJARDO, 2014).

Alunos da Escola Estadual João Alfredo do Rio de Janeiro assistiram à palestra “A aplicação da Educação Financeira na capacitação para o mercado de trabalho”, promovida pela Escola de Educação Financeira do Rioprevidência. O **objetivo foi conscientizar os jovens que estão prestes a ingressar no mercado de trabalho sobre a necessidade de manter as**

³ Ao utilizar a palavra verdade refiro ao que entende o filósofo Michel Foucault: “Entendo por verdade o conjunto dos procedimentos que permitem pronunciar, a cada instante e a cada um, enunciados que serão considerados como verdadeiros” (2003, p. 233).

finanças pessoais sempre equilibradas. (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2014, grifo nosso).

Os excertos acima mostram que verdades tais como: “a disciplina Educação Financeira devem ser incluída na escola”, “devemos ter um consumo consciente e responsável” e “uma forma de trabalhar com o empreendedorismo dentro do espaço escolar é através de atividades em que o aluno conseguisse simular seu próprio negócio” se tornam verdades dentro deste projeto ou disciplina obrigatória proposta pelo Estado e, conforme o primeiro excerto, apoiada por pais ou responsáveis. Foucault conduziu suas investigações de modo a perceber que a verdade é um dos seus principais elementos de catalisação: ela conduz e reproduz relações de poder.

Nos excertos acima, é possível observar a defesa da inclusão da Educação Financeira na escola através de disciplina ou projeto. Além disso, umas das ideias recorrentes estão relacionadas com a importância do empreendedorismo. Gadelha (2009, p. 158) afirma que, ao apresentar o empreendedorismo como “uma visão de mundo”, “uma maneira de ser”, ele funciona de modo a fragmentar os indivíduos em mônadas, cada um ficando responsável pelo seu próprio gerenciamento. Assim, em uma pedagogia empreendedora, como afirma Dolabela (1999, p.24), o empreendedor é aquele que aprende sozinho, e o processo de “aprender a aprender” é muito mais enfatizado do que o trabalho coletivo.

Gadelha (2009, p.157) questiona a forma exagerada como o culto ao empreendedorismo vem sendo apresentado como a solução para todos os males do país e do mundo:

Em momentos históricos cuja organização social é marcada por problemas como o desemprego, a má distribuição de renda, a desigualdade de oportunidades e a violência, investir no empreendedorismo parece ser a melhor solução. Mais que um programa social, isso significa uma visão de mundo e de vida, um compromisso político de todo cidadão com a nação e o planeta. **As instituições educacionais podem colaborar na solução dessas dificuldades socioeconômicas, preparando pessoas para empreender, gerar empregos, criar riquezas para o país.** Precisamos de um povo participativo, sensível e produtivo, capaz de utilizar suas potencialidades e exercer suas atribuições com plenitude profissional, com atitude ética e empreendedora, para assumir os riscos de sugerir caminhos que beneficiem a todos (grifo nosso).

Outro assunto de recorrência nas manchetes diz respeito ao consumo consciente. Observa-se um primeiro deslocamento de uma sociedade de produtores

(produzir) para uma sociedade de consumo (consumir). No novo espírito capitalista, houve uma nova transformação: de uma sociedade de consumo para uma sociedade empresa (sociedade de investimentos), o que ocasionou a modificação da percepção das pessoas em relação às suas próprias vidas e a de seus pares.

Os projetos organizados por instituições bancárias, como Banco Santander⁴, Citibank, LuterPrev e Banco Central, alinhados com a Estratégia Nacional de Educação Financeira, defendem a ideia de que a Educação Financeira, apoiada no conceito de ser um empreendedor (empreendedor de si mesmo) deve ser incluída no sistema educacional. Ainda assim, da mesma forma que os pais e a escola precisam educar seus filhos sobre alguns temas, como hábitos de alimentação saudável, sexualidade, cidadania, ética e outros valores, para o Estado a escola deve incluir lições sobre como lidar com o dinheiro, como organizar sua vida financeira e como ser um bom administrador em todas as áreas de suas vidas, a fim de que cada indivíduo possa contribuir para a manutenção da nossa economia estável ou com possibilidade de crescimento. Os excertos abaixo foram extraídos de programas de instituições financeiras e da Estratégia Nacional de Educação Financeira, organizada por entidades públicas e privadas em conjunto com o governo federal. Como é possível observar, eles apontam que a Educação Financeira pode ser uma forma de criar uma cultura financeira que atinja toda a população, principalmente as crianças e os jovens, a fim de que, futuramente, possam se tornar consumidores conscientes (ideia de sustentabilidade) e empreendedores (ideia de empreendedor de si mesmo).

Queremos estimular **que as crianças se apropriem de suas criações, que percebam que uma ideia/talento pode ser colocada em prática**, despertando a crença que é possível trabalhar com algo que se acredita e gosta, **compreender que um indivíduo deve saber lidar com o dinheiro (planejar e acompanhar) e agir, para obter bons resultados e que o bom empreendedor** não pensa somente em ter lucros a qualquer preço, pensa também em tudo que está envolvido. (BRINCANDO NA REDE, 2010).

⁴ O Banco Real era responsável pelo primeiro projeto de Educação Financeira no Brasil. Com a fusão entre o banco Real e o banco Santander ficou sendo uma única instituição financeira. O Banco Santander assumiu o projeto de Educação financeira criado anteriormente pelo banco Real.

Apostando sempre no futuro de crianças, jovens e adultos a LUTERPREV lançou um projeto inédito de Educação Financeira. Pesquisar e comparar preços de produtos no comércio, identificar as despesas realizadas pela família com alimentação, energia elétrica e água, estudar empréstimos a curto e longo prazos ou analisar vantagens e desvantagens nas compras à vista ou a prazo podem parecer atividades exclusivas para um profissional do mercado financeiro. Mas, na realidade, não são. Essas ações também integram o **Programa Educação Financeira LUTERPREV – PEF, que tem como objetivo despertar crianças, jovens e adultos para a compreensão da realidade financeira em suas vidas, famílias, empresas e comunidades.** A iniciativa criada pela LUTERPREV em 2002, em parceria com a Rede Sinodal de Educação, ambas as instituições ligadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), já é desenvolvida em 16 instituições do RS e SC. **O PEF visa fortalecer nas crianças, jovens e adultos o raciocínio financeiro, a visão ética e de responsabilidade social necessários para a construção de uma sociedade sustentável.** (LUTERPREV, 2014, grifo nosso).

O portal de Educação Financeira quer orientar você e sua família a se relacionarem com o dinheiro com sabedoria. Vocês **vão encontrar importantes informações sobre consumo consciente,** planilhas para fazer e controlar orçamento, **planejar o futuro,** além de dicas e investimentos e dos melhores caminhos para gerenciar dívidas. **As crianças também têm espaço reservado para aprender brincando sobre o tema fundamental: o uso consciente do dinheiro.** Quando uma **pessoa desenvolve a capacidade de tomar decisões financeiras acertadas, ela pode planejar e alcançar seus sonhos.** É um ganho para toda a vida e que pode começar em qualquer idade. (CITIBANK, 2014).

A educação financeira para crianças e jovens contribui para o desenvolvimento econômico do País e deve ser incentivada, afirmam representantes da Bolsa de Valores, da CVM e da FEBRABAN. Eles explicam que os recentes aumentos da renda e do emprego elevam a capacidade de compra e, **quando os consumidores não planejam suas contas, todo o sistema financeiro corre riscos.** Nos últimos anos, cerca de 30 milhões de pessoas passaram da classe D para a classe C. **Aumentou o poder aquisitivo e a capacidade de consumo de produtos financeiros. “O crescimento não for acompanhado pela educação, poderá trazer inadimplência e outros problemas que comprometem o crescimento sólido do País”,** diz Fabio Moraes, gerente de educação financeira da Federação Brasileira de Bancos. (CADERNO ECONOMIA, 2014, grifo nosso).

Como se pode observar, nos excertos acima algumas prescrições são bastante recorrentes, tais como: as crianças devem se apropriar de suas criações e perceber seus talentos; a educação financeira precisa entrar na vida das pessoas independente de sua idade; as pessoas devem ser consumidoras conscientes e tomar decisões financeiras de forma correta; a noção de risco aparece como um argumento de que a Educação Financeira deve ser incentivada e que existam reflexões sobre esse tema nos espaços escolares, sejam eles formais ou não.

Os excertos sugerem ainda que devemos saber administrar nosso dinheiro, e mostram como os pais devem transmitir conceitos de como economizar, manter o controle financeiro, saber gastar, viver dentro do orçamento, investir de forma inteligente, administrar o crédito e estimular a criança a ser empreendedora. Essas ações têm como objetivo principal o crescimento do país; quando tomamos decisões financeiras corretas conseguimos, realizar nossos sonhos e desejos.

D'Aquino (2008, p. 28) discute a importância de as crianças terem atitudes que reflitam uma cultura de empreendedorismo.

As crianças podem até mesmo aprender com pequenos hábitos, como apagar as luzes dos cômodos vazios, economizando energia elétrica. O aprendizado acontece no momento em que a criança pergunta o porquê de se apagar as luzes e os pais respondem, explicando que eletricidade custa dinheiro, ensinando-as as consequências de se deixar as luzes acesas. Isto torna uma criança empreendedora de si mesma.

O excerto acima nos remete à ideia de “ser empreendedora de si mesmo”. Não basta apenas obedecer à ordem de apagar as luzes. Na nova organização do sistema financeiro, na atualidade, é necessário que toda população seja capturada pelo discurso “apagar a luz para poupar energia elétrica”. O Estado organiza estratégias para que todos “apaguem luz”, não porque precisam obedecer a ordens, mas sim porque é uma forma de reflexão que, ao apagar as luzes, estaremos apoiando o combate aos gastos desnecessários de bens naturais e contribuindo para o crescimento da economia brasileira.

Conforme já anunciado, este trabalho toma como ferramenta teórica os conceitos foucaultianos da *biopolítica* e de *governamentalidade*, isto é, tipos de racionalidades que envolvem táticas, procedimentos, cálculos, saberes, análises e reflexões que permitem exercer essa forma bastante específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, com objetivo de condução das condutas dos homens. (cf. FOUCAULT, 2008, p.143). O filósofo Michel Foucault faz um deslocamento do eixo “Poder – Saber” para o eixo do “governo dos homens pela verdade sob a forma da subjetividade”. Assim, o poder na contemporaneidade se exerce não no domínio da lei, mas no domínio da norma. O exercício de poder tem dois focos: a disciplina - cujo objetivo é o indivíduo considerado como uma máquina -, e a biopolítica - a partir do século XVIII, cujo alvo é toda a população.

A Modernidade, para Foucault, é o momento da emergência do governo e da governamentalidade. Para Bujes (2002), Foucault utiliza o termo *governo* num sentido inovador, de modo bastante diferente do convencional: enquanto nessa noção de *governo* está ligada ao domínio político, na perspectiva foucaultiana, configura-se como o modo que o poder se exerce sobre os indivíduos.

A *biopolítica* é uma nova forma de poder que tem como objetivo não operar somente com o indivíduo conduzido, mas sim sobre o grupo de indivíduos (população) que se deseja governar. Seguindo essa perspectiva, Foucault nos mostrará como e porque a *governamentalidade* tem como objetivo fundamental a população; como saber privilegiado, a economia e, como mecanismos básicos de atuação, os dispositivos de segurança. (MACHADO, 1990).

O poder, sob a forma de soberania, tornou-se incapaz de manejar o corpo econômico e político de uma sociedade que aumentava, consideravelmente, seus espaços demográficos e cuja economia era favorecida pela industrialização. Para enfrentar essas mudanças, foi necessária uma nova adaptação do poder para conseguir compreender os fenômenos sociológicos, filosóficos e biológicos que poderiam tentar explicar o crescimento da população. A partir do século XVIII, percebe-se que o poder não deve ser simplesmente uma forma de sujeição que permite retirar as riquezas dos indivíduos, mas sim que pode ser exercido sobre os indivíduos, uma vez que precisamos utilizar essa população como mecanismo de produção de riquezas e, também, para produção de outros indivíduos. Por esse motivo, aparecem instituições como as escolas, os hospitais e os quartéis, que se tornam espaços capazes de conduzir as condutas dos indivíduos.

A OCDE (2004), a inclusão da Educação Financeira na escola surgiu na Contemporaneidade, em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros e das mudanças demográficas, econômicas e políticas atuais. O Projeto de Educação Financeira apoiado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira atua como um dispositivo para conduzir a conduta da população (será mostrado posteriormente no *Capítulo 4*).

Em termos metodológicos, o estudo sustenta-se na análise do discurso na perspectiva de Michel Foucault. O filósofo concebe como discurso “um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2002, p. 29). Em uma análise do discurso foucaultiana, como a que busco empreender neste trabalho, assume-se a importância de compreender o sentido atribuído pelo

filósofo à noção de enunciado. Para o autor, “um enunciado é um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2002, p. 31). Um enunciado é um acontecimento que pode estar ligado a uma palavra e à materialidade de qualquer registro, desde que seja aberto à repetição e à transformação dos enunciados que o precedem e o seguem. Segundo Veiga-Neto (2003, p. 144),

[...] o enunciado é um tipo muito especial de um ato discursivo: ele se separa dos contextos locais e dos significados triviais do dia a dia, para construir um campo mais ou menos autônomo e raro de sentidos que devem, em seguida, ser aceitos e sancionados numa rede discursiva, segundo uma ordem – seja em função do seu conteúdo de verdade, seja em função daquele que praticou a enunciação, seja em função de uma instituição que o acolhe.

Seguindo o entendimento de Foucault sobre discurso e enunciado, o material de pesquisa foi interrogado, buscando acompanhar o que diz Veiga-Neto (2003, p. 117) sobre a análise do discurso na perspectiva foucaultiana: “É preciso ler o que é dito simplesmente como um *dictum*, em sua simples positividade”. O autor prossegue afirmando que “não se trata de organizar previamente os discursos para identificar uma única verdade que carregam, nem mesmo buscar neles uma essência original, remota, fundadora, tentando encontrar, nos não ditos dos discursos sob análise, um já-dito ancestral e oculto, mas de trabalhar com aquilo que é histórico” (p. 119). Assim, busco encontrar descontinuidades e regularidades, a fim de entender o problema e dar resposta a ele. Pretendo, ainda, não buscar o momento, o acontecimento exato da origem. Foucault (1999, p. 17) explica porque recusa a busca pela origem exata:

Porque, primeiramente, a pesquisa nesse sentido se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo que é externo, acidental, sucessivo. Procurar tal origem é tentar reencontrar o que era imediatamente, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada de si; é tomar por acidental todas as peripécias que poderiam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar uma identidade primeira.

Ao discutir *discurso* e *enunciado*, Foucault vincula-os à constituição dos regimes de verdade e das relações de poder. Para o filósofo, a verdade, que segundo ele não pode ser desconectada da noção de poder. Em efeito, na coletânea

“Microfísica do Poder”, ao distanciar-se das definições convencionais de poder e discutir suas conexões com saber e verdade, Foucault (1997, p. 12) expressa que “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. Nesse sentido, cada sociedade tem seu regime de verdade, ou, para usar uma expressão do filósofo, uma “política geral” de verdade, isto é,

[...] os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1997, p. 12).

Segundo Foucault (2002), os enunciados não nos remetem a uma instância fundadora, apenas a outros enunciados, para mostrar suas correlações e suas exclusões. Esses se articulam sobre uma frase, uma proposição, mas não tem origem neles. Na descrição dos enunciados, o filósofo faz uma distinção entre a análise linguística e história do pensamento. Os linguistas operam com os enunciados e os descrevem tentando encontrar “regras” que permitam reconstruir outros. Para a arqueologia, o enunciado é operado de outra forma: objetivamos entender por que alguns passaram a existir e outros não.

Acredito que, analisando o programa de Educação Financeira do Banco Santander e a ENEF⁵, foi possível entender como foi instituído para a escola o papel de também educar financeiramente os sujeitos. Ao analisar o material da pesquisa na perspectiva foucaultiana, consegui encontrar pistas que mostram estratégias de condução das condutas para produção de sujeitos econômicos e empreendedores.

Ao empreender essa discussão, estive atento ao que ensina Foucault sobre a análise documental, observando que, para ele, não se trata de verificar se os documentos são “sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados” com o intuito de “reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias-palavras – o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles”. (FOUCAULT, 1995, p. 7). Ao trabalhar com esses documentos, considerei como *monumentos*, o sentido que lhe atribui Foucault: não se trata de interpretar o documento para verificar se esse expressaria a verdade,

⁵ A partir deste momento, vou representar a Estratégia Nacional de Educação Financeira com a sigla ENEF.

mas tomá-lo como “uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos”. (FOUCAULT, 1995, p. 8), fazendo com que os documentos sejam, então, transformados em *monumentos*, a fim de mapear o regime de verdade que acolhe e que, ao mesmo tempo, sustenta, reforça, justifica e dá vida.

Deste modo, o caminho que escolhi para a Tese, e que se apresenta em “sintonia” com as ferramentas teóricas utilizadas, é a análise do discurso; não aquela em que não se parte de um autor pré-existente ao discurso ou de significações por trás do mesmo, mas em que se realiza um trabalho analítico no qual é observado o fato de que é por meio dos discursos que se pode exercer o poder, já que é com eles que se estabelecem regimes de verdade. Tais reflexões quanto às formas de análise de discurso que seguem as teorizações de Foucault, de acordo com Veiga-Neto, são expressas como sendo “os enunciados dentro de cada discurso que marcam e sinalizam o que é tomado por verdade, num tempo e espaço determinado, isso é, que estabelecem um regime de verdade”. (VEIGA-NETO, 2007, p. 101). O projeto de Educação Financeira proposto pelo Estado e apoiado por toda a sociedade é uma invenção deste tempo e espaço ou deste mundo.

Partindo de uma sistematização já desenvolvida por Veiga-Neto (2005) e atualizada por Nildo Avelino (2010) na tradução da obra “Do Governo dos Vivos” - curso realizado no Collège de France em 1979-1980 (excertos), de Michel Foucault, publicado no Brasil em 2010 - foi organizado um estudo das produções realizadas pelo filósofo. O deslocamento da noção de saber-poder para a noção de governo pela verdade é apresentado.

A *governamentalidade* começa a ser foco de estudo do filósofo a partir de 1976, com a publicação do curso “Em defesa da sociedade” e do livro “A história da sexualidade vontade de saber”. Em “Seguridade, Território, População” (1978) e o “Nascimento da Biopolítica” (1979), dois cursos realizados no Collège de France, o filósofo amplia a compreensão da biopolítica numa questão mais ampla, que é a arte de governar, a qual ele designou como governamentalidade. Segundo Avelino (2010, p.11), a partir de 1980, Michel Foucault introduz uma nova problematização nos seus estudos sobre as relações de poder, mudando seu “método” de análise. Trata-se da arqueologia dos saberes, que consiste no deslocamento analítico do eixo poder-saber para o eixo do Governo dos homens pela verdade sob a forma da subjetividade.

Para compreender melhor os sentidos da biopolítica, e para conseguir articular com a educação e responder à minha questão de pesquisa, será necessário entender como Michel Foucault desenvolveu o conceito de *poder*.

Para ele, as duas formas de poder – disciplinar e biopoder – não podem ser tratadas isoladamente, já que se atravessam por uma rede de relações. Cabe ainda destacar que, segundo o filósofo, o poder tem, então, algumas características, entre elas: não é algo que se possui e sim algo que se exerce; consiste em conduzir as condutas e dispor de sua probabilidade, induzindo-as, afastando-as, limitando-as e impedindo-as; não é uma qualidade, ou algo que se possui ou não, é uma forma de relação com o outro; e se exerce sobre as coisas, tendo a capacidade de modificá-las, consumi-las ou destruí-las.

O Estado Ocidental moderno criou, segundo Foucault (2004, p. 128), uma técnica de condução do “governo das almas”, também conhecido como “poder pastoral”, cuja governança se dá por meio da relação de submissão absoluta entre os fiéis com o seu pastor, através da confissão.

O pastor dispõe de meios de análise, de reflexão, de detecção do que se passa, mas também que o cristão será obrigado a dizer ao seu pastor tudo que se passa no âmago de sua alma; particularmente, ele será obrigado a recorrer, do ponto de vista de seu pastor, a essa prática específica do cristianismo: a confissão exaustiva e permanente. O cristão deve confessar tudo que passa nele e alguém estará encarregado de dirigir sua consciência, e essa confissão vai produzir de algum modo a verdade, que não era conhecida pelo pastor, mas que também era pouco conhecida pelo próprio sujeito; é essa verdade obtida pelo exame da consciência, sua confissão, essa produção de verdade que se desenvolve durante a direção de consciência, a direção das almas que irá, de qualquer modo, constituir a ligação permanente do pastor com o seu rebanho. A verdade, a produção da verdade interior, a produção da verdade na subjetiva é um elemento fundamental do pastor. (FOUCAULT, 2004, p. 70).

O poder pastoral vinculado à Igreja Cristã busca a obediência recorrendo a práticas que sujeitam os indivíduos pela confissão e pela renúncia total de suas vontades. A salvação, a verdade e a lei são utilizadas como estratégias de poder, a fim de que a verdade não trate de ensinar o certo e o errado, e sim a busca da obediência e da vigilância para chegar à salvação.

O que está em jogo então não é mais um código de atos permitidos ou proibidos; é toda uma técnica para analisar e diagnosticar o pensamento, suas origens, suas qualidades, seus perigos, seus poderes de sedução e todas as forças obscuras que podem esconder-se sob o aspecto que ele apresenta. E, se, enfim, o objetivo é expulsar tudo o que é impuro ou indutor de impureza, deve-se estar atento por meio de uma vigilância que não desarma jamais, uma suspeita que é preciso ter em qualquer lugar e a cada instante contra si mesmo. (FOUCAULT, 1994, p. 307).

Nas palavras de Walter Kohan (2002), o poder pastoral, no âmbito da Educação, é

[...] uma das figuras privilegiadas na adoção do poder pastoral pelo Estado Moderno, nas instituições educacionais, é a figura do professor-pastor. Ele assume a responsabilidade pelas ações e o destino de sua turma e de cada um dos seus integrantes. Ele se encarrega de cuidar do bem e do mal que acontecem dentro da sala de aula. Ele responde pelos pecados de todos que possam ser cometidos no seu espaço. Há uma relação de submissão entre professor e aluno, sem o professor os alunos não saberiam o que fazer como aprender e como deveriam se comportar; para cumprir toda a sua missão, o professor necessita conhecer o máximo possível dos seus alunos, fará diagnósticos, conversará com seus pais para entender seu passado, ganhará confiança de cada aluno para que ele lhe confie seus desejos, angústias e ilusões. Por último, lhe ensinará que sem nenhuma forma de sacrifício ou renúncia de si e do mundo seria impossível desfrutar de uma vida feliz e de uma sociedade justa.

O excerto acima mostra qual é o papel do poder pastoral. O professor pode ser considerado como um “professor-pastor”, pois tem como responsabilidade fazer com que seus alunos confessem seus desejos, sonhos e angústias para que eles, com sacrifícios e renúncias de si, possam desfrutar de uma sociedade mais igualitária e justa, desde que a verdade seja revelada para seu mestre.

A Modernidade, então, institui, segundo Foucault, uma associação demoníaca, entre, por um lado, “o jogo da cidade que é totalizador, jogado na população” e por outro o “jogo do pastor que é individualizado e jogado no indivíduo”. (VEIGA-NETO, 2000, p. 185).

Para Bujes (2002), o jogo do pastor é uma relação entre servos e senhor. Cada um dos governantes zela pelo seu rebanho mais diretamente pelo olhar, que não é uma prática de dominação, e sim uma prática de cuidados: um poder individualizador que cuida de cada um, mas não se esquece do seu rebanho. Já o jogo da cidade surge de uma crescente urbanização que vem para dar conta do crescimento populacional. Os Estados modernos surgem a partir da preocupação

com a liberdade individual, garantindo ao Estado, ao mesmo tempo, o poder de organizar a vida coletiva.

A disciplina funciona como técnica, como um operador, capaz de colocar para dentro de cada indivíduo o olhar do soberano cujo apagamento se dá com a Modernidade, porque existe um deslocamento da disciplinaridade: do âmbito do indivíduo para o âmbito da população (cf. VEIGA-NETO, 2000, p.185). O jogo da cidade tem como foco a população e por objetivo o controle, a fim de torná-la mais produtiva, mais saudável e que tem como apoio a emergência de novos saberes. No caso desta Tese, podemos observar que a Educação Financeira emergiu para dar conta da nova forma de organização do mundo moderno.

No curso "Segurança, Território e População" Foucault (2004, p. 186) retoma a discussão a respeito da *verdade*:

Se for verdade que o cristianismo, que o pastor cristão ensina a verdade, se ele obriga os homens, as ovelhas, a aceitar uma determinada verdade, o pastorado cristão inova absolutamente introduzindo uma estrutura, uma técnica, ao mesmo tempo de poder, de investigação, de exame de si e dos outros pela qual uma verdade, verdade secreta, verdade de interioridade, verdade da alma escondida vai ser o elemento pelo qual se exercerá o poder do pastor, pelo qual [...] será assegurada a relação de obediência integral e através da qual passará a economia dos méritos e deméritos.

Gadelha (2009, p. 124) afirma que, com a crise geral do poder pastoral e com a Reforma Protestante, a Igreja perdeu um grande número de seguidores e foi obrigada a repensar a relação que tinha com seus fiéis. Houve um deslocamento de ênfase: o poder, que estava centrado no elemento religioso e/ou espiritual, transfere-se para uma racionalidade política, centrada numa razão de Estado, em que o poder soberano, então, toma como objeto de sua gestão não só a vida dos indivíduos como tais, mas a do corpo-espécie da população.

O exercício do poder nas sociedades ocidentais e modernas é fundamentado na disciplina (sociedades disciplinadoras) e na biopolítica: tem por objetivo o indivíduo e se exerce sobre a população, buscando a normalização. A sexualidade dentro da norma é o elo entre o eixo das disciplinas e o eixo da biopolítica.

E se é sexualidade que articula o corpo com a população, é a norma que articula os mecanismos disciplinares (que atuam sobre o corpo) com os

mecanismos regulamentadores (que atuam sobre a população). A norma se aplica tanto no corpo que será disciplinado quanto à população que se quer regulamentar; ela efetua a relação entre ambos, a partir dele mesmos, sem qualquer exterioridade, sem apelar para algo que seja externo ao corpo e à população em que está esse corpo. (VEIGA-NETO, 2003, p. 89).

Foucault em “Segurança, Território e População” amplia a compreensão da biopolítica, desenvolvendo a questão da arte de governar, a qual designou de *governamentalidade*. No período entre 1978 e 1979, proferiu um curso chamado “Nascimento da Biopolítica”, dando segmento à discussão sobre *governamentalidade* e abordando, de um lado, o tema liberalismo, na ótica da crítica de um tipo de arte de governar centrada numa razão de Estado; e de outro, o neoliberalismo, tentando mostrar como a biopolítica perpassa a educação e se utiliza das questões da atualidade.

Lazzarato (2006, p. 65) discute que, com o aparecimento de outras formas na arte de governar, as técnicas biopolíticas (a saúde pública, as políticas familiares, etc...) são exercidas como gestão da vida de uma multiplicidade. Aqui, diferente das sociedades disciplinares, é numerosa (o conjunto das populações) e o espaço é aberto (os limites da população não são definidos pela nação).

Com o crescimento demográfico na Modernidade, percebe-se uma preocupação significativa com o estado de saúde de suas populações. Foucault associa essa preocupação com o fenômeno do mercantilismo, o qual não se reduz a uma teoria econômica, mas configura-se como uma questão que atravessa a política.

A política mercantilista consiste essencialmente em majorar a produção, a quantidade de população ativa, a produção de cada indivíduo ativo e, a partir daí, estabelecer fluxos comerciais que possibilitem a entrada no Estado da maior quantidade possível de moeda, graças a que se poderá pagar aos exércitos e tudo que assegure a força real de um Estado com relações com outros. (FOUCAULT, 2008, p. 82).

Com a chegada do mercantilismo, pode-se perceber que Foucault formulou a hipótese de que a medicina é uma estratégia de biopolítica:

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário: o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século

XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia da biopolítica. (FOUCAULT, 2008, p. 80).

Nesse período, número de pessoas pobres aumentou, o que ocasionou a necessidade da medicalização de toda a população pobre e da massa de trabalhadores, que era considerada um perigo para a proliferação das doenças. As razões para que os pobres tivessem acesso a uma medicina social, segundo Foucault foi, entre outras, a de que, se isso não acontecesse, eles poderiam se revoltar contra o Estado, devido ao aumento significativo da população carente e, num espaço pequeno, distribuir os espaços urbanos em bairros ricos e pobres e entre plebeus e burgueses.

Com a criação da “lei dos pobres”, foi realizado um investimento, financiado pela classe rica, a fim de garantir a existência de uma assistência de controle que visasse a satisfazer as necessidades de saúde das classes menos favorecidas e proteger a burguesia contra as doenças que se originaram na classe pobre.

Lazzarato (2006, p. 81) aponta que as técnicas de biopolítica são endereçadas à vida, dirigem-se ao ser vivente enquanto pertencente à espécie humana. Além disso, objetivam regular a vida atingida pela doença, pelo desemprego, pela velhice, pela morte; a vida, à qual remetem, é a reprodução da população.

As sociedades ocidentais conheceram duas formas de reger o exercício do poder naquele que governa. A primeira constitui, durante a Idade Média, no exercício do poder à sabedoria e à verdade do texto religioso, à verdade da revelação e da ordem do mundo; a segunda configura-se com o Estado Moderno, quando o exercício do poder foi indexado à sabedoria do Príncipe, a partir de duas formas de racionalidade: sob a forma da Razão do Estado (o poder da soberania ocupa um papel central) e, num segundo momento, esta racionalidade deixou de assumir o papel unitário da Razão do Estado e adotou a forma de contrato social⁶ ligado a uma série de novos problemas tais como o mercado, a população e a economia. (FOUCAULT, 2010, p. 17-18). No período regido pela soberania, o governo se dava pelo território, no qual o príncipe exercia um poder central e

⁶ Entendo o “contrato social” como uma condição de possibilidade para o capitalismo.

unificado; posteriormente, a ação da arte de governar era vista não sobre a terra, mas sim sobre as coisas e as pessoas.

Foucault (2010, p.18) indica que tanto os sujeitos econômicos como os de interesses são indivíduos que, para satisfazer aos seus interesses, utilizam, de maneira mais ou menos livre, regras e objetos disponibilizados no mercado, a fim de pensar o ponto que separa, na Modernidade, o exercício do poder da racionalidade do contrato social, que é como somos governados hoje.

Gadelha (2009, p. 126) afirma que, na teoria da soberania, o objetivo do governo é o território e não a sua população. A outra finalidade é definida como a procura do “bem comum para a salvação de todos”. Ao remeter-se ao termo “bem comum”, Foucault relaciona-o à obediência dos súditos à lei, seja ela a do soberano terreno ou a do soberano absoluto (Deus): o bem a que se propõe a soberania é que as pessoas obedeçam a ela. (FOUCAULT, 2010, p. 284).

A partir dessa racionalidade, pode-se dizer que foram repensadas outras como, por exemplo, a ideia de que não governamos somente um território, mas também outros espaços da sociedade na atualidade: uma casa, a escola, a Igreja, a família, entre outros. Dito de outra forma, existem várias maneiras de governar a população: não se governa apenas e tão somente um território, mas também uma casa, uma ordem religiosa, um internato, uma família.

O Estado questiona sobre como garantir que estabeleça uma relação com seus habitantes em relação às suas riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, e que essa relação seja tão atenta quanto a que um bom pai tem para com sua família. Com essa nova preocupação, houve uma mudança no sentido do termo economia, que deixa de ser a maneira como se gere corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família e passa a ser “um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história”. (FOUCAULT, 1990, p. 282). Por isso, a população não poderia ser tratada como um modelo da economia da família, visto ser um problema político. Dessa forma, pode-se concluir que gerir uma família é completamente diferente de gerir uma população.

Foucault (2010, p. 22) mostra que, para que se consiga a conservação do verdadeiro, é preciso que exista a tecnologia de si: uma relação consigo se faz necessária para que se possa conduzir o comportamento dos indivíduos. Neste curso, coloca-se em questão a separação do verdadeiro e do falso, do certo e do

errado, da forma que os homens se dirigem, se governam ou se conduzem a si mesmos e aos outros.

No eixo “poder-saber”, o poder se dá na ação sobre ações e na relação com os saberes. O exercício do poder está acompanhado pela manifestação da verdade que, para o pensador francês, é um conjunto de procedimentos possíveis, verbais ou não, pelos quais se atualiza a cada instante, e isso é colocado como verdadeiro por oposição ao falso, ao oculto, ao invisível, ao imprevisível, entre outros. Foucault (2009, p. 4-5) afirma que a *aleurgia* seria, etimologicamente, a produção da verdade, o ato pelo qual a verdade se manifesta.

É possível perceber, então, que o Estado atua conduzindo nas condutas de modo que os dirigidos, além de atos de submissão e de conservação do verdadeiro, são obrigados viver dizendo o verdadeiro ou viver no verdadeiro.

O primeiro deslocamento da noção de ideologia dominante para o eixo “poder-saber” foi em relação ao termo “ideologia dominante”. As três objeções principais são: ela postula uma teoria incompleta e imperfeita de representação; a noção de “ideologia dominante” dá a ideia da noção de sem poder; permanece um impasse sobre o que mecanismos de assujeitamento são capazes em certas sociedades, nas quais alguns dominam os outros. O eixo “poder-saber” tinha como função a oposição entre o verdadeiro e o falso, o real e a ilusão, o científico e o não científico. O poder tinha como análise os procedimentos, os instrumentos e as técnicas pelas quais se procura realizar as relações de poder através do saber (FOUCAULT, 2010, p. 42-43).

Com essas mudanças, a base da economia não é mais o indivíduo, mas o trabalhador-empresa. Nesse momento, a nova lógica na Modernidade é o deslocamento da preocupação dos processos de produção para o aumento do capital. A teoria do capital funciona como um investimento, cuja acumulação permite não só uma aceleração na produtividade do indivíduo-trabalhador, mas também o aumento significativo de seus ganhos ao longo da vida.

Considero aqui importante fazer algumas considerações sobre a noção de capital humano: um conjunto de habilidades, capacidades e destrezas que,

em função do avanço do capitalismo, deve se tornar o valor de troca. Para isso acontecer, esses atributos humanos precisam, de certa maneira, ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm, das pessoas concretas que existem, e se articular (alinhar) em função de um fim externo a elas. Portanto, entende-se por “humano”, um conjunto de capacidades, destrezas

e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista. (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 18).

Assim, em qualquer espaço, escolar ou não, e para toda a população, formada por crianças, jovens e adultos, são elaboradas ações em que o objetivo principal é valorizar o indivíduo, de forma a aumentar seu capital humano.

Ao “conduzir a conduta do outro e de si mesmo” e “ser um empreendedor de si mesmo e do outro” percebe-se que a produção deixa de ser objetivo central na sociedade econômica, passando a ser importante que a população seja organizada com seus rendimentos, para que em alguns momentos, como por exemplo, na velhice, nas doenças e no desemprego, entre outras situações, o Estado não tenha responsabilidade total sobre a população. A ideia de “ser empreendedor de si mesmo” na Educação Financeira que circula na escola é uma forma de condução de condutas de si, sobre si e sobre os outros, a fim de que os “nossos alunos empreendedores” alcancem a estabilidade financeira no futuro, conseguindo conduzir a sua própria conduta e diminuindo o compromisso do Estado com a população.

Gadelha (2009, p. 152) afirma que, na organização da atualidade, o que se procura “não é obter uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não é uma “sociedade de supermercado”, mas sim uma “sociedade empresarial”. Para discutir o *homo economicus*, seguindo o entendimento de Foucault (2008, p. 200-201), podemos compreender que aquele “não é o homem de troca, não o homem consumidor, mas o homem da empresa e da população”.

Uma noção de Foucault (2010, p. 51) que é importante nesta Tese é a noção do verdadeiro. A peça Édipo mostra que existem duas formas de dizer o verdadeiro: “a religiosa ou oracular, que é aquela em que não escapa nada, a veridificação domina o tempo e pronuncia o decreto eterno; a judiciária, que obedece a lei, se pronuncia e surge de quem viu com os próprios olhos” (FOUCAULT, 2010, p.29). Os regimes de verdade, numa sociedade disciplinar e normalizadora, são efeitos de relações do saber-poder: objetos como a loucura, a sexualidade e a delinquência são produzidos por dispositivos de saber-poder.

Por doutrina liberal entende-se que:

É o mercado que deve revelar algo como uma verdade: os preços, conformes aos mecanismos naturais e espontâneos, proporcionaram um parâmetro para avaliar se as práticas governamentais são corretas ou não. E, de lugar de justiça (juridição), passou a ser lugar de verdade (verificação), ou seja, verificação – falsificação para a prática governamental. Nesse contexto surge o *homo economicus* que representa aquele que era inatingível ao exercício do poder, sujeito ou objeto que obedece ao próprio interesse – e que somente obedecendo a seu próprio interesse consegue contribuir para o bem geral – e não deve ser trocado pela teoria do governo. (NATERCIA, 2005).

Ao analisar o material de pesquisa, percebe-se que há algumas práticas (mudanças políticas e econômicas explicadas no *Capítulo 2*) que anunciam porque o ensino da Educação Financeira passou das instituições financeiras para a escola. Essas práticas estimulam e induzem a população a produzirem características empreendedoras, em especial, ser investidor e não ter medo do risco, para que sejam valorizados cada vez mais no mercado competitivo.

A cartilha do Banco Santander, intitulada “Caderno de Atividades: Educação Financeira – volume 1” , com as histórias e atividades propostas, interfere nas condutas daqueles que a estudam para ser empreendedores, criando condições na escola para que os alunos consigam produzir em si mesmos, e no outro, algumas características empreendedoras - criatividade, flexibilidade, inovação, pró-atividade e total capacidade de mudança. A inclusão da Educação Financeira é considerada, por todos os tipos de segmentos (privados e públicos), por organizações governamentais e não-governamentais e pela mídia como uma possibilidade de que o aluno empreendedor consiga aprender sozinho. Nesse novo modelo, investir se tornou o objetivo da atualidade, e o tema empreendedorismo foi para dentro da escola. Percebe-se que a expressão “aprender a aprender”, em termos pedagógicos, vale-se da ideia de que aprendemos constantemente, de forma individual ou em grupos, característica do empreendedorismo tão comum nesta lógica de mercado financeiro que se atualiza diariamente.

[...] a inserção do empreendedorismo no currículo escolar visa, em primeiro lugar, a disseminar a cultura empreendedora, a importância do empreendedor na escola, promovendo sua integração no desenvolvimento de projetos conjuntos. (ACÚRCIO; ANDRADE, 2005, p.12).

Para a conformação da Tese também foi importante realizar coleta e análise de Teses e Dissertações produzidas no período de 1987 a 2010, em cursos de pós-

graduação e que estão disponibilizadas em bibliotecas virtuais⁷. Para iniciar as buscas, utilizei as seguintes expressões: “Educação financeira”, “Programas de Educação Financeira” e “Educação Financeira e Governamentalidade”, encontrando um total de quatorze Dissertações e duas Teses. Diante de um número muito pequeno de produções sobre essa temática, li todas as Teses e Dissertações produzidas de forma sistemática.

A partir da leitura dos trabalhos produzidos pude verificar que o foco da maioria das pesquisas, a partir de 2008, é argumentar sobre a importância de incluir a Educação Financeira na escola. Ao realizar o estado da arte, somente para fins de análise, classifiquei as pesquisas encontradas em quatro grupos: o primeiro apresenta duas Dissertações que desenvolvem a ideia de que educar financeiramente por meio da tecnologia é uma estratégia para tornar o ensino mais criativo e favorecer a construção do conhecimento; no segundo, o argumento é o de que a Educação Financeira serve como metodologia de ensino para a aprendizagem; o terceiro tem como ideia principal a importância da inclusão da Educação Financeira na escola; o último grupo, por sua vez, foi formado por apenas uma Tese, já que investiga as pedagogias financeiras para a infância apoiadas nas teorizações de Michel Foucault, e mais se aproxima do interesse de minha pesquisa.

Avançando nessa problematização, o objetivo é produzir uma articulação sistemática com as produções realizadas com o tema da pesquisa desta Tese, procurando examinar a produção científica brasileira sobre Educação Financeira.

O primeiro grupo é formado pelas dissertações de Mardem de Almeida Machado (1997), “Ensino da Matemática Financeira por CBT – Uma abordagem metodológica” e Simone Aparecida Silva Gouvea (2006), intitulada “Novos Caminhos para o Ensino e Aprendizagem de Matemática Financeira: Construção e Aplicação WEBQUEST”. Esses trabalhos partem da premissa de que, utilizando um aplicativo computacional, o ensino da Matemática Financeira pode ser mais motivador, proporcionando um maior rendimento. As pesquisas foram aplicadas, respectivamente, aos alunos do primeiro ano tecnológico em uma turma regular do Ensino Médio e como curso de extensão para os alunos do curso de Licenciatura

⁷ Os sites visitados foram: Banco de Teses do CAPES – <www.servicos.capes.gov.br>; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDBTD – <www.bdtd2.ibict.br/>; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED – <www.anped.org.br>; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – www.lume.ufrgs.br e Universidade de São Paulo – USP – www.teses.usp.br.

Plena em Matemática. Os obtidos centram-se em um ambiente tecnológico que favorece a criatividade e estimula a construção do conhecimento, visando à tomada de decisões e utilizando a tecnologia na prática docente.

No segundo grupo, as pesquisas discutem a ideia da importância de incluir a Educação Financeira como metodologia de ensino na escola, para que possamos ter alunos mais autônomos, conscientes e que tenham possibilidades de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Em 2005 foram produzidas três dissertações: “Um olhar para o elo entre Educação Matemática e cidadania: a Matemática financeira sob a perspectiva da Etnomatemática”; “Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno” e “Educação Financeira: um conhecimento importante e necessário para a vida das pessoas”.

A primeira, de Marcos Stephany (2005), propõe um elo entre Educação Matemática e Cidadania, tendo como foco o ensino da Matemática Financeira fundamentado na perspectiva da Etnomatemática. A pesquisa se fundamenta na inclusão deste tema por estar de acordo com os documentos oficiais, entre eles, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A segunda, de Mercedes Villar Fiel (2005), tem como processo central a construção da autonomia do aluno por meio do ensino da Educação Financeira, utilizando como perspectiva teórica a Educação Crítica, fundamentada na participação efetiva de todos para a construção da autonomia. Já a última dissertação, “Matemática Financeira: um conhecimento importante e necessário para a vida das pessoas”, de Ido José Schneider (2008), define o grupo que entende a Educação Financeira como concepção que pretende ensinar como nós entendemos a estrutura financeira e como é possível defender-se em questões que envolvem dinheiro. As pesquisas realizadas no ano 2005 tiveram como foco a construção da autonomia do aluno, a preparação para o exercício da cidadania e para ensinar Matemática Financeira por meio da Educação Financeira. Nessas pesquisas, a Educação Financeira foi utilizada como uma metodologia de ensino para responder ao problema de pesquisa.

Seguindo a direção, o estudo realizado em 2007 por Karla Beatriz Vivian Silveira (2007), “O educando da EJA: dificuldades e superações de aprendizagem” é um relato de experiência junto a alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), centrado na análise das dificuldades e superações na aprendizagem de jovens e adultos do Ensino Médio. Centrado no tema “cooperativa”, buscou motivação,

socialização e aprendizagem de Matemática Financeira integrada ao conteúdo de funções do 1º grau. O trabalho realizado apresentou um desenvolvimento de saberes integrados, oportunizando a troca de experiências.

No ano de 2010, também foi defendida uma investigação intitulada “A Matemática Financeira no Ensino Médio e sua articulação com a cidadania”, que teve como objetivo central refletir sobre a Matemática Financeira no dia a dia dos alunos, articulando esses saberes com a cidadania. As conclusões dessas pesquisas apontam para o fato de que o despreparo dos professores para ensinar esse conteúdo acarreta a falta de discussão adequada sobre as situações financeiras reais e desafiadoras, pois existe uma falta de formação sobre este tema que seria tão importante para uma educação articulada com a cidadania.

Após essas pesquisas, as produções publicadas a partir do ano de 2009 têm como objetivo central a importância da inclusão da Educação Financeira como disciplina, projeto ou conteúdo na escola. O terceiro grupo é formado pela maioria da produção que está disponível no portal da CAPES e nas bibliotecas virtuais, totalizando cinco dissertações.

Em 2009, as dissertações “Uma reflexão sobre a importância de inclusão da Educação Financeira na escola da rede pública”, de Denise Teresinha Brandão Kern, e “Educação Financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da matriz curricular”, de João Ricardo Amadeu, foram pesquisas que visavam a orientar a organização do orçamento familiar, objetivando a percepção da melhoria na qualidade de vida pela conscientização. Os dois trabalhos de investigação defendem a Educação Financeira como elemento facilitador na aprendizagem e na melhoria da qualidade de vida.

Ainda nesse grupo foram produzidos mais dois trabalhos: “Implicações provenientes da elaboração de um orçamento familiar”, de Anete Berenice Schaeffer, e “Educação Financeira para o Ensino Médio na rede pública estadual: uma proposta inovadora”, de Ana Lúcia Leme Negri, ambos publicados em 2010. Essas pesquisas consideram que a Educação Financeira é um processo educativo que, por meio de aplicação de métodos próprios, desenvolve atividades para auxiliar os consumidores a orçar e gerir a sua renda, a poupar e a investir. Essas seriam informações e formações significativas para que um cidadão possa exercer atividade, trabalho, profissão e lazer, sem que se torne vulnerável às armadilhas impostas pelo capitalismo. Segundo Negri (2010), a principal finalidade de seu

trabalho está em “incluir o curso de Educação Financeira no Ensino Médio da Escola Pública e contribuir para que os jovens que frequentam esta modalidade de ensino tenham uma formação cidadã-crítica, aprendam a administrar seus conhecimentos para uma vida saudável e contribuam para a melhoria do meio ambiente, tornando-se cidadãos conscientes, pois o futuro do país se faz presente na educação que os jovens recebem hoje”.

Nesse mesmo ano, é defendida a Tese “Educação Matemática e Financeira: um estudo de caso em cursos superiores e tecnológicos”, na qual o autor busca analisar e identificar a importância do ensino da Matemática Financeira com os alunos, professores e empresários da região em que foi desenvolvida. O objetivo da pesquisa era verificar se existia ou não uma correlação entre alunos, professores e empresários. O resultado encontrado foi que há uma falta de correlação entre alunos e professores e entre professores e empresários; e uma correlação significativa entre as manifestações entre alunos e empresários sobre a Matemática Financeira e seus entendimentos financeiros considerados básicos.

O quarto grupo de trabalhos que examinei é formado por um único projeto que apresenta o mesmo referencial teórico desta Tese: as teorizações de Michel Foucault. Nele, Helena Dória Lucas de Oliveira (2009) estuda as pedagogias financeiras para a infância, discutindo os modos de lidar com o dinheiro na Contemporaneidade. A autora analisa práticas culturais implicadas no uso do dinheiro em uma turma de quarta série do Ensino Fundamental, verificando como as questões de gênero estão presentes no modo diferente de conseguir guardar e gastar dinheiro.

Apesar de esse último trabalho se valer de um aporte técnico de que me utilizo, percebi que as pesquisas realizadas anteriormente não demonstram convergência com a que foi realizada nesta Tese. Pude perceber que o foco de meu trabalho se distancia das demais, apresentadas brevemente aqui, pois não encontrei algum estudo que trabalhasse com a Educação Financeira articulada com as noções de *governamentalidade* e de *empreendedorismo*. Elas foram realizadas em escolas, por meio de projetos, ou incluídas como disciplinas no currículo escolar, em diferentes níveis de ensino. A proposta que as perpassa é a de que a inclusão da Educação Financeira se faria necessária porque estimularia a cooperação, a cidadania, a criatividade, o senso crítico e prepararia para a realidade.

É importante ressaltar que o estudo, aqui apresentado, não tem o intuito de defender a inclusão da Educação Financeira nas escolas, objetivo tão comum nas pesquisas das Dissertações/Teses que encontrei quando fiz o estado da arte sobre essa temática. Com a ajuda das ferramentas teóricas escolhida e que serão aprofundadas nos capítulos seguintes, busquei entender como a Educação Financeira, que era de responsabilidade de instituições financeiras, foi se tornando presente na instituição escolar, apoiada por políticas públicas. Para responder ao problema, construí argumentos de como o Estado colaborou para que a escola - naturalmente - também assumisse esse papel, tão comum em instituições financeiras.

3 MATERIAL EMPÍRICO DA PESQUISA

Neste capítulo, apresento o material de pesquisa e a análise desse material, utilizando o aporte teórico apresentado anteriormente. Descrevo, de forma detalhada, o documento “Estratégia Nacional de Educação Financeira” que institui a Educação Financeira como projeto ou disciplina obrigatória no Brasil, e o Programa de Educação Financeira do Banco Santander, por ser o primeiro programa de Educação Financeira do país. Para um melhor entendimento e uma maior organização do texto dividi, este capítulo em duas partes, intituladas “Estratégia Nacional de Educação Financeira” e o “Banco Santander e seu projeto de Educação Financeira”.

3.1 ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Nesta seção, tenho como objetivo dissertar sobre o papel do Estado no campo da Educação Financeira; para isso, considero importante abordar o surgimento e o desenvolvimento do Mercado Financeiro na atualidade. Sendo assim, este subcapítulo da tese foi organizado em três subseções, tratando desde a invenção do dinheiro até a estratégia nacional de educação financeira.

3.1.1 Da invenção do dinheiro à instituição dos juros

Nesta subseção, discuto desde o surgimento das moedas de troca até a invenção do dinheiro. Após, escrevo - de forma detalhada - como surgiram as instituições financeiras (bancos) na nossa história e qual foi o papel dessas na organização do mercado financeiro, finalizando com o surgimento dos *juros* até os dias de hoje.

Desde o início do século XVIII, as trocas diretas eram utilizadas como meio de circulação da produção, visto que cada indivíduo consumia a maior parte daquilo que produzia (GUDIN, 1972). Com as relações comerciais e a divisão de trabalho, esse processo de troca tornou-se ineficiente porque era impossível determinar igualmente as mesmas necessidades de consumo. Dessa forma, passaram a ser utilizadas algumas mercadorias como moeda, entre elas o trigo, a soja, o gado e principalmente, no Brasil, o Pau-Brasil, que se constituiu na principal mercadoria de troca utilizada entre os nativos e os europeus. Em consequência da dificuldade de

administração do mercado financeiro no sistema de troca de mercadorias, instaurou-se a utilização da moeda metálica como principal instrumento de pagamento das transações comerciais.

O Banco Central (2004) mencionou, em seu programa de Educação Financeira, que foi no Oriente Médio, culturalmente um lugar de pessoas abastadas na Antiguidade, que o dinheiro foi difundido. Já em 2500 a.C, passou-se a utilizar as moedas metálicas. A primeira Revolução Monetária ocorreu no século VII a.C., no reino da Lídia; hoje, Turquia. Nesse período, inventou-se a moeda moderna, com todas as suas características, utilizadas até hoje. Nessa época, as pessoas guardavam suas riquezas em suas casas e não havia o costume de deixar o dinheiro em bancos. Esses surgiram na Idade Média, e seus clientes – governantes, artesãos, comerciantes de tecidos e outros – deixavam suas moedas metálicas depositadas nessas instituições, também chamadas de casas de custódia; em troca, recebiam um documento em papel que valia como recibo. Os bancos foram se tornando seguros, e as pessoas não precisavam ficar carregando ou escondendo em casa seu dinheiro. Com o passar do tempo, os recibos emitidos pelos bancos foram se tornando uma forma de pagamento popular e assim foram substituindo, em parte, as moedas de metal.

Houve a propagação das instituições financeiras (bancos), fato que oportunizou a circulação de recibos de papel, em modelos diferentes, tornando não confiáveis alguns desses documentos emitidos por alguns bancos. Na Inglaterra e em outros países da Europa, em troca de grandes quantias emprestadas aos reis e governantes, um banco tinha permissão de emitir mais células que outros, tornando-se o banco do governo. O banco da Inglaterra, chamado de “British Bank”, foi a instituição financeira que teve um crescimento considerável, tornando-se o banco que emprestava dinheiro para outros bancos, sendo uma referência no país, o qual foi intitulado como o “banco dos bancos” pelo governo.

Até o final do século XIX, a maioria dos sistemas financeiros da América Latina não estava sujeita a uma regulamentação estatal. Foi somente depois da Primeira Guerra Mundial, após a Conferência Financeira Internacional de 1920, realizada em Bruxelas, que surgiu um controle efetivo do sistema monetário, quando foram criados os bancos centrais. Segundo documentos oficiais, a missão institucional do Banco Central é assegurar a estabilidade do poder de compra da

moeda e a solidez do Sistema Financeiro Nacional por meio de políticas que protejam o Mercado Financeiro.

Fortuna (2010) explicou que o crescimento do número de bancos a partir dos anos 1950 solidificou-se nas posições brasileiras, explodindo, aos poucos, seu potencial econômico. No Brasil, o Banco Central foi criado pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, durante o governo de Humberto Alencar Castelo Branco, tornando-se a instituição bancária mais importante do país. Antes da sua criação, as funções de autoridade monetária brasileira eram de responsabilidade do Tesouro Nacional, Banco do Brasil e da Superintendência da Moeda e Crédito. A principal missão do Banco Central, logo que foi criado, era a de controlar a quantidade de dinheiro que o país precisava para acelerar a economia, estimulando o comércio e a indústria e controlando a circulação exagerada de dinheiro, fato que poderia afetar a economia do país. O Banco Central, além de guardar dinheiro de todos os bancos que foram criados no país, também é encarregado de cuidar de todas as reservas internacionais, que são as riquezas que ele obtém vendendo produtos produzidos no país para outras nações. Além disso, ele tem como missão manter a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do Sistema Monetário Nacional, além de realizar estudos sobre a economia do país, analisando assuntos tais como preços, produção e circulação de dinheiro, exportações e importações de mercadorias e serviços.

Nas citações mais antigas, observam-se registros de práticas de cobrança de juros por empréstimo e devolução de sementes e de outros produtos agrícolas. Os primeiros indícios de cobrança de juros e impostos, segundo Gonçalves (2007), apareceram na Babilônia, no ano de 2000 a.C. Lá as pessoas não iam somente aos templos para adorar seus deuses, lá também eram guardados seus objetos de valor – metais preciosos, joias ou cereais – porque era um lugar considerado sagrado, tornando-se, assim, seguro. Os sacerdotes não cobravam para cuidar dos bens, mas podiam emprestar uma parte do dinheiro para quem estivesse precisando; em troca, recebiam um valor maior do que aquele que haviam emprestado.

Para o Banco Central (2004), a cobrança de juros - atualmente - é uma prática importante já que com isso os bancos, além de guardar dinheiro, cumprem importante função para o desenvolvimento da economia das nações e do comércio. O sistema bancário, que cuida e cobra preços justos e juros por seus serviços e

funcionamento, de acordo com as necessidades, colabora para a riqueza de um país e o bem-estar de toda a população.

Como podemos perceber, a cobrança de juros não é uma invenção nova. No Antigo Testamento da Bíblia existem excertos nos quais se percebe que a prática da cobrança de juros já existia naquela época. Nesses excertos observamos que se recomendava que não poderiam ser cobradas taxas extras para seus irmãos, enquanto que para seus “desconhecidos” o juro era uma prática não condenada, ou seja, não seria pecado.

Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao pobre que está contigo, não te haverás com ele como credor; não lhe imporás juros. (BÍBLIA, Velho Testamento - Êxodo 22:25, grifo nosso).

Do estrangeiro poderás exigir juros; porém do teu irmão não os exigirás, para que o Senhor teu Deus te abençoe em tudo a que puseres a mão, na terra à qual vais para a possuíres. (BÍBLIA, Velho Testamento - Deuteronômio 23:20, grifo nosso).

No Novo Testamento, a cobrança de juros é apresentada na parábola “Oito Talentos”, conforme excerto a seguir:

Porque é assim como um homem que, ausentando-se do país, chamou os seus servos e lhes entregou os seus bens: a um deu cinco talentos, a outro dois, e a outro um, a cada um segundo a sua capacidade; e seguiu viagem. O que receberá cinco talentos foi imediatamente negociar com eles, e ganhou outros cinco; da mesma sorte, o que recebera dois ganhou outros dois; mas o que recebera um foi e cavou na terra e escondeu o dinheiro do seu senhor. Ora, depois de muito tempo veio o senhor daqueles servos, e fez contas com eles. Então chegando o que receberá cinco talentos, apresentou-lhe outros cinco talentos, dizendo: Senhor entregou-me cinco talentos; eis aqui outros cinco que ganhei. Disse-lhe o seu senhor: Muito bem, servo bom e fiel; sobre o pouco foste fiel, sobre muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor. Chegando também o que recebera dois talentos, disse: Senhor entregou-me dois talentos; eis aqui outros dois que ganhei. Disse-lhe o seu senhor: Muito bem, servo bom e fiel; sobre o pouco foste fiel, sobre muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor. Chegando por fim o que recebera um talento, disse: Senhor, eu te conhecia, que és um homem duro, que ceifas onde não semeaste, e recolhes onde não joeiraste; e, atemorizado, fui esconder na terra o teu talento; eis aqui tens o que é teu. Ao que lhe respondeu o seu senhor: Servo mau e preguiçoso sabia que ceifo onde não semeei, e recolho onde não joeirei? Devias então entregar o meu dinheiro aos banqueiros e, vindo eu, tê-lo-ia recebido com juros. Tirai-lhe, pois, o talento e dai ao que tem os dez talentos. Porque a todo o que tem, dar-se-lhe-á, e terá em abundância; mas ao que não tem, até aquilo que tem ser-lhe-á tirado. E lançai o servo inútil nas trevas exteriores; ali haverá choro e ranger de dentes (BÍBLIA, Novo Testamento - Mateus 25:14-29).

Na parábola publicada no Novo Testamento da Bíblia a cobrança de juros não é considerada pecado para pessoas que não possuem vínculo familiar, tanto que os servos que retribuíam mais que o capital inicial era considerado homens que mereciam ser reconhecidos como pessoas boas e fiéis, enquanto o servo que não sabia negociar era considerado preguiçoso e mau, ocasionando arrependimento de quem emprestou o dinheiro. Assim, a Igreja Católica criou o Banco do Santo, cujo verdadeiro propósito era facilitar o pagamento de dízimos, assim como realizar transações relacionadas aos empréstimos. Ao mesmo tempo em que condenava às masmorras da inquisição cidadãos que emprestavam dinheiro a juros, mesmo que esse juro fosse menor do que aquele que ela exigia por seu dinheiro, a Igreja proibia a seus fiéis que cobrassem juros, invocando com autoridade a Sagrada Escritura, na qual se lê: “Amai, pois vossos inimigos e fazei o bem, e emprestei nada esperando disso”. (São Lucas, 6:30). Na realidade, esta proibição era motivada por um interesse econômico muito usado: a Igreja ambiciosa queria assegurar para si o monopólio absoluto na exação de juros, mesmo que na Bíblia (considerada um livro sagrado) não fosse pecado o empréstimo para pessoas que não faziam parte de sua família.

Algumas práticas relativas à cobrança de juros foram sendo modificadas para satisfazer às mudanças da Modernidade. Na cobrança de juros por um valor emprestado, também foi levado em conta o tempo para pagar o valor solicitado. Gonçalves (2007) afirma que, como não existiam equipamentos eletrônicos, e os problemas envolviam o conteúdo de exponenciais, fez-se necessário criar tábuas que ajudassem a resolver problemas sobre juros. Por meio da cobrança de altas taxas de juros, os banqueiros internacionais obtiveram rendas muito elevadas. A cobrança de juros é uma das mais antigas aplicações da Matemática Financeira e sofreu poucas mudanças no decorrer dos tempos. Os *juros* são, na atualidade, muito presentes, e sua incorporação mudou todo o sistema financeiro do país. Por esse motivo, nesta tese, se fez necessário localizar na história o papel dos juros na economia. Atualmente (2012), aconteceu um corte histórico na redução das taxas de juros na maioria dos produtos financeiros disponibilizados pelas instituições financeiras, em especial, bancos privados e públicos. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado cria estratégias para o consumo consciente a fim de acelerar a economia do país, ele também é obrigado a criar ações para que o consumo ocorra de forma responsável.

Com as mudanças que ocorreram na economia mundial, Menezes (2011) comenta que a primeira manifestação de crise do sistema de Governo da Modernidade, chamada de Absolutismo, ocorreu no século XVII, época da Revolução Inglesa. Essa revolução pode ser lida como condição de possibilidade para a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII e expandida para o restante do mundo a partir do século seguinte, resultando no avanço do sistema capitalista.

3.1.2 A Revolução Industrial e a transferência para o mundo do trabalho

Nesta seção, o foco de discussão é a Revolução Industrial, com os seus principais deslocamentos: do Fordismo para o Pós-fordismo e do Pós-fordismo para o Toyotismo. A Revolução Industrial é um momento histórico para a economia mundial, visto que modifica a lógica de organização das empresas. O fordismo era um modelo que tinha como objetivo o aumento da produção em massa, sendo que os trabalhadores eram submetidos a trabalhos mecânicos e repetitivos, e o lema era “obedecer ordens”. Com o declínio desse modelo surge um novo modelo, chamado Pós-fordismo, no qual a palavra-chave é “flexibilidade das vendas e produção”. Nesse contexto, os trabalhadores se sentem mais interessados e motivados em relação ao modelo anterior. Com o surgimento do Toyotismo, observa-se uma organização voltada ao capitalismo, em que o funcionário deve ser criativo e dinâmico. A tecnologia passa a ser reconhecida como um instrumento para melhoria da qualidade dos produtos que são produzidos. Surge o lema “Qualidade Total”.

Nos parágrafos abaixo descrevo, de forma detalhada, as mudanças econômicas, sociais e políticas que surgiram com a Revolução Industrial, apoiado em historiadores que discutiram o tema.

No século XX, os veículos eram produzidos a partir de um processo artesanal; por isso, apresentavam baixo volume de produção e um custo e valor de revenda elevado. Segundo Harvey (2005), o Fordismo surgiu como uma reação à sistemática de produção do século XX. O termo *Fordismo* foi criado por Antonio Gramsci em 1922, e refere-se aos sistemas de produção em massa e de gestão idealizada pelo empresário Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company. O modelo de gestão de Henry Ford prioriza a produção e o consumo em massa e revolucionou a indústria automobilística a partir de janeiro de 1914, quando Ford introduziu a

primeira linha de montagem automatizada, seguindo à risca os princípios de padronização e simplificação de Frederick Taylor, desenvolvendo técnicas avançadas para a época. Suas fábricas eram totalmente verticalizadas, visto que ele possuía desde a fábrica de vidros à plantação de seringueiras, e a siderúrgica. De fato, Ford criou o mercado de massa para os automóveis: sua obsessão era tornar o automóvel tão barato que todos pudessem comprá-lo.

O sistema Fordista, de acordo com Gounet (1999), apresentava como principal característica o aperfeiçoamento da linha de montagem. Os veículos eram montados em esteiras rolantes, que se movimentavam enquanto o operário ficava praticamente parado. Buscava-se, assim, a eliminação do movimento inútil: o objeto de trabalho era entregue ao operário, em vez de ele ir buscá-lo. Cada operário realizava apenas uma operação simples ou uma pequena etapa da produção. Dessa forma, não era necessária quase nenhuma qualificação dos trabalhadores.

Com esse sistema de produção, a Ford conseguiu produzir mais de dois milhões de carros por ano, durante a década de 1920. Com o aumento significativo na indústria automobilística a partir do Fordismo, outros setores, como o têxtil, o siderúrgico e o energético-combustível foram afetados direta ou indiretamente, obtendo um crescimento elevado. Cattani (2000) afirma que o operário fordista nunca era chamado a participar do processo de trabalho, sendo sempre disciplinado a obter ordens e realizar atividades repetitivas e desprovidas de sentido. Gounet (1999) afirma que a meta neste modelo de organização era que se “produzisse ao máximo, em grandes séries e com mínimos custos”. O Fordismo teve seu ápice no segundo período pós-guerra (1945-1968), que ficou conhecido na história do capitalismo como os “anos dourados”; entretanto, a rigidez desse modelo de gestão industrial foi a causa do seu declínio. Ficou famosa a frase de Ford que dizia que poderiam ser produzidos automóveis de qualquer cor, desde que fossem pretos. Isto porque a tinta preta secava mais rapidamente, e os carros poderiam ser montados em menos tempo.

A partir da década de 1970, o Fordismo entra em declínio. A General Motors flexibiliza sua produção e seu modelo de gestão, lançando modelos de veículos, várias cores e adotando um sistema de gestão profissionalizado; com isto, a General Motors ultrapassa a Ford e se torna a maior montadora do mundo.

Segundo Harvey (2005), a nova técnica de gestão está vinculada à palavra flexibilidade e é caracterizada pelo desenvolvimento da química, da biotecnologia e

da informática. Essas transformações, de acordo com Antunes (2009), também foram caracterizadas por processos de produção flexíveis, de propósitos múltiplos, poupadores de energia, informatizados e automatizados; pela busca do aperfeiçoamento constante da qualidade dos produtos; pela diminuição do uso de matérias-primas tradicionais e aumento do uso de matérias-primas mais elaboradas; pela significativa redução da incorporação de trabalho não qualificado e pela valorização do trabalho altamente qualificado. Portanto, em oposição à rigidez Fordista, a palavra de ordem na terceira Revolução Industrial era flexibilidade - tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação de mercadorias -, surgindo assim o modelo do Pós-fordismo.

Nesse modelo, trabalha-se com estoques reduzidos, voltando-se para a fabricação de pequenas quantidades. A finalidade dessa forma de organização é a de suprir a demanda colocada no momento exato (*Just in time*), bem como atender a um mercado diferenciado, dotado de públicos cada vez mais específicos. Nesse regime, os produtos somente são fabricados ou entregues a tempo de serem comercializados ou montados; isto permite que a indústria possa acompanhar as rápidas transformações dos padrões de consumo.

O resultado desse novo modelo de organização foi a emergência de novos setores de produção, novas modalidades de serviços financeiros, novos mercados e, em especial, a ascensão de altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, com intuito de garantir que o sistema produtivo fosse capaz de operar dentro de contextos que exigem rápidas mudanças, adaptando-se - continuamente - às variações da demanda. (HARVEY, 2005).

Em virtude da ascensão do regime Pós-fordista, o mercado de trabalho assistiu a um período de reestruturação que contou com fatores como a emergência e a flexibilidade nos contratos de trabalho, o surgimento da figura do trabalhador temporário, a subcontratação, a terceirização, a precarização da mão-de-obra, o desemprego estrutural, a diminuição dos salários; por conseguinte, o enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas.

No que se refere à organização industrial, foi introduzida a obsolescência planejada dos produtos; dada a intensidade das inovações colocadas no mercado, intensificou-se o uso de novas tecnologias de automação, e ocorreu uma dispersão espacial das fábricas pelo globo, ocasionando uma descentralização da produção. Além disso, houve também um aumento das propagandas para fomentar o

consumo. (HARVEY, 2005). Enquanto trabalho, que no modelo Fordista era mecânico, maçante e repetitivo, no modelo Pós-fordista passa a romper a rotina em boa parte dos processos decisórios das organizações, chegando a níveis mais operacionais e tornando-se - aparentemente - mais interessante e enriquecedor.

Na década de 1970, após os choques do petróleo e a entrada de competidores japoneses no mercado automobilístico, o Fordismo e a produção em massa entram em crise e começam gradativamente a ser substituído pela produção enxuta, modelo de produção baseado no Sistema Toyota, ou Toyotismo.

O modelo Toyotismo é um modo de organização da produção capitalista originário do Japão, resultante da conjuntura desfavorável do país. Criado na fábrica da Toyota (dando origem ao nome), após a Segunda Guerra Mundial, surgiu como solução para crise ocorrida nos anos 1970. Esse modo de organização produtiva foi elaborado pelo japonês Taiichi Ohno e que caracterizou-se como filosofia orgânica da produção industrial (modelo japonês), adquirindo uma projeção global. O Japão foi o lugar da automação flexível, pois apresentava um ambiente diferente dos Estados Unidos: um pequeno mercado consumidor, capital e matéria-prima escassa e grande disponibilidade de mão-de-obra não especializada impossibilitavam a solução Taylorista-fordista de produção em massa. A resposta foi o aumento na produtividade na fabricação de pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos, voltados para o mercado externo, de modo a gerar divisas tanto para a obtenção de matérias-primas e alimentos, quanto para importar os equipamentos e bens de capital necessários para a sua reconstrução no pós-guerra e para o desenvolvimento da própria industrialização. Nesta organização industrial, “a produção era puxada pela demanda e o crescimento do fluxo”. (GOUNET, 1999, p. 26): era preciso produzir vários modelos, cada um em quantidade pequena e era a demanda que fixava o número de veículos por modelo.

No contexto de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia - ocorrida entre 25 de junho de 1950 e 27 de julho de 1953 - também foi de grande valia para o Japão, pois provocou inúmeras baixas de ambos os lados e não deu solução à situação territorial até os dias de hoje. No decorrer do conflito, os dois lados fizeram grandes encomendas ao Japão, ficando esse encarregado de fabricar roupas, suprimentos para as tropas na frente de batalha, além de caminhões Toyota, o que livrou a empresa da falência. Essa medida foi conveniente aos Estados Unidos, já que a localização geográfica do Japão favoreceu o fluxo da produção à

Coreia, e o aliado capitalista seria importante em meio ao bloco socialista daquela região. A demanda norte-americana incentivou a rotatividade da produção industrial e iniciou a reconstrução da economia japonesa.

Ao contrário do modelo Fordista, que produzia muito e estocava essa produção, no Toyotismo, só se produzia o necessário, reduzindo ao máximo os estoques. Essa flexibilização tinha como objetivo a produção de um bem exatamente no momento em que ele fosse demandado, no chamado *Just in Time*; dessa forma, ao trabalhar com pequenos lotes, pretendia-se que a qualidade dos produtos fosse a melhor possível. Essa é outra característica do modelo japonês: a qualidade total.

O Toyotismo é um sistema de organização da produção baseado em uma “resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada”, segundo Gounet (1999). O autor pontua que o Toyotismo é caracterizado por cinco zeros: zero atrasos – um cliente não devia esperar para comprar um carro; zero estoques – só são permitidas reservas de base; zero defeitos – cada posto de trabalho controlaria a qualidade de seu trabalho; zero panes – não eram permitidos defeitos, primava-se pelo uso de máquinas mais simples, porém confiáveis e zero papéis – redução de burocracia administrativa.

Com o Toyotismo, o trabalhador era envolvido em todo o processo de produção, tornando-o multifuncional, além de ter o direito de propor sugestões para a melhoria na produção. Nesse contexto, surge o termo “qualidade total”. No sistema Fordista de produção em massa, a qualidade era assegurada por meio de controles amostrais em apenas alguns pontos do processo produtivo, enquanto que no Toyotismo o controle de qualidade se desenvolve por meio de todos os trabalhadores em todos os pontos do processo produtivo. (CASTRO NETO, 2008).

O Japão desenvolveu um elevado padrão de qualidade que permitiu a sua inserção nos lucrativos mercados dos países centrais e, ao buscar a produtividade com a manutenção da flexibilidade, o Toyotismo se complementava naturalmente com a automação flexível. Neste novo modelo de organização, a postura do trabalhador sofre alterações significativas, pois passa de um mero produtor - ser não pensante e mecanizado -, para um trabalhador capaz de abstrair, ser flexível, pensante, participativo e com o espírito de trabalho em equipe. O que se pode observar é que a qualidade total se torna lema de empresas para avaliar seus padrões de qualidade; automaticamente, o sistema educacional se apropria desse

termo para tentar avaliar e, ao mesmo tempo, criar estratégias para melhorar a educação.

A crise do petróleo fez com que as organizações que aderiram ao Toyotismo tivessem vantagem significativa, pois esse modelo consumia menos energia e matéria-prima, ao contrário do modelo Fordista. Com esse modelo de produção, as empresas toyotistas conquistaram grande espaço no cenário mundial; em decorrência desse cenário, em meados da década de 1970, essas empresas assumiram a supremacia produtiva e econômica, principalmente pela sua forma de organização, que consistia em produzir bens pequenos que consumissem pouca energia e matéria-prima, ao contrário do padrão norte-americano. Com o choque do petróleo e a consequente queda no padrão de consumo, os países passaram a demandar uma série de produtos que não tinham capacidade, nem interesse em produzir, o que favoreceu o cenário para as empresas japonesas toyotistas. A razão para esse fato é que, devido à crise, o aumento da produtividade, embora continuasse importante, perdeu espaço para fatores tais como a qualidade e a diversidade de produtos para melhor atendimento dos consumidores.

Contudo, o Toyotismo no mundo, mais acentuadamente nos países subdesenvolvidos, gerou algumas fragilidades; entre elas, nas relações trabalhistas, nas quais os direitos trabalhistas e os vínculos entre funcionário e patrão haviam se tornado frágeis, já que a flexibilidade exigia uma qualificação muito alta, sempre focando a redução dos custos. Dessa forma, o desemprego se tornou algo comum e se fez necessário criar uma estratégia para evitar ceder às reivindicações e direitos que cada trabalhador necessitava ter atendido. Portanto, apesar dos avanços que o Toyotismo trouxe com a tecnologia nos modos de produção, esse mesmo modelo elevou o aumento das disparidades socioeconômicas e criou uma necessidade desenfreada de aperfeiçoamento constante para simplesmente se manter no mercado.

Para sistematizar esse processo, a economista Antonella Corsani (2003) diz que a mudança do Fordismo para o Pós-fordismo pode ser lida como a passagem de uma lógica da reprodução para a inovação, de um regime de repetição para a invenção.

3.1.3 A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

Nesta seção, discuto desde o surgimento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - órgão mundial, formado por países com PIB elevado, que sugere em seus documentos oficiais a Educação Financeira em todos os países do mundo; até a elaboração e execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira - iniciativa que determina a Educação Financeira como um projeto ou disciplina obrigatória em todo sistema educacional do Brasil, em que o público-alvo é a totalidade da população.

A OCDE é uma organização internacional, fundada em 1961, sucedendo à Organização para a Cooperação da Economia Europeia (OECE), criada com o objetivo de ajudar a administrar o Plano Marshall para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, a OCDE se constitui em uma das instituições que de modo mais decisivo influencia a política econômica e social de seus membros. É conhecida como “grupo dos ricos”, por ser formada por países que produzem mais da metade da riqueza mundial. Os membros que fazem parte dessa organização são economias de alta renda, que possuem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado; ou seja, a maioria dos países é considerada economicamente desenvolvida. Em 1948, a Organização para Cooperação Econômica (OECE) foi criada com o objetivo de ajudar a administrar o Plano Marshall para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

Os principais objetivos da OCDE (2004) são: “apoiar um crescimento econômico duradouro, desenvolver o emprego, elevar o nível de vida, manter a estabilidade financeira, ajudar os outros países a desenvolverem suas economias e contribuir para o crescimento mundial”.

A OCDE percebeu a necessidade dos indivíduos de entender sobre produtos financeiros e resolveu criar o projeto intitulado *Financial Education Project*, a fim de estudar a Educação Financeira e propor a inclusão deste tema em programas envolvendo diversos países e tendo como público o governo, as instituições financeiras, as escolas, as empresas e as organizações não-governamentais, para que seus objetivos sejam atingidos.

Dessa forma, a OCDE afirma que:

Educação financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas. (OCDE, 2004, p. 223).

Educação Financeira pode ser definida como processo em que os indivíduos melhoram sua compreensão sobre produtos financeiros, seus conceitos de riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões bem fundamentadas, melhorando o seu bem estar financeiro. (OCDE, 2005, p. 13).

No cenário brasileiro, ocorreram mudanças, a partir da década de 1990: o processo de estabilização econômica, a inserção da economia brasileira no cenário mundial e as mudanças no sistema previdenciário, modificando as decisões sobre investimentos. A partir desta década, foi adotada uma nova forma de governar, criando políticas de redução da participação do Estado na economia, e a estabilidade da moeda provocou mudanças no nosso mercado financeiro nacional. Um dos grandes problemas da atualidade é a taxa de natalidade reduzida significativamente, e o acréscimo na expectativa de vida da população, o que resultou em um envelhecimento desta. Portanto, a economia brasileira elabora novas formas de investimentos a longo prazo, destacando-se vários produtos de previdência complementar, visto que o Estado não quer mais ser totalmente responsável pela população na velhice e cria estratégias para que ela seja responsável por si mesma.

Nessa organização do mercado financeiro, pode-se constatar que as mudanças ocasionaram profundas transformações no mercado brasileiro, necessitando que os indivíduos e suas famílias compreendam, cada vez mais, os conceitos financeiros, a fim de que suas escolhas e decisões sobre investimentos e financiamentos promovam o bem-estar econômico e social de toda população.

A OCDE (2005) estimula a construção de projetos sobre Educação Financeira em todos os países, incluindo os que não fazem parte diretamente dessa organização e sugere que sejam seguidos princípios e recomendações para a boa prática do projeto de Educação Financeira, entre os quais destaco os seguintes: a Educação Financeira deve ser promovida de forma justa e livre de interesses particulares; os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu

conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros e aposentadoria, bem como conceitos elementares de matemática e de economia; a Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a complexidade crescente das informações que os caracterizam; por meio da mídia devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto ao tema e possam ser criados *sites* específicos, oferecendo informações gratuitas e atualizadas; a Educação Financeira deve começar na escola; os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível; e os programas de Educação Financeira devem focar aspectos importantes sobre planejamento financeiro pessoal, seguros, poupança, investimentos e endividamento.

Dentre as principais recomendações sugeridas pela OCDE (2005), pode-se verificar que nenhuma ação é neutra e isenta na Educação; todos os projetos devem levar em conta a realidade em que está inserida, mas é necessário que se transmitam os conteúdos mínimos; a escola é o lugar em que todos serão preparados para vida adulta, e o foco é o indivíduo. Percebe-se que entre as recomendações sugeridas pela OCDE e pela ENEF há algumas contradições significativas, as quais podemos perceber na escrita deste parágrafo.

Segundo Fortuna (2010), podemos afirmar que no Brasil a economia não era estável, acarretando inflações elevadas, e as operações de crédito eram sempre de curto prazo. As decisões precisavam ser tomadas de forma imediata e com pouco planejamento, passando a priorizar o consumo e deixando de criar o hábito da poupança, por ser uma operação de longo prazo, não favorável em países de alta inflação.

Em 1994, a inflação começa a diminuir de forma significativa no Brasil, e a população necessita refletir sobre sua postura em relação ao dinheiro e aos investimentos. As operações financeiras de longo prazo passam a ser consideradas um grande negócio e, com a estabilidade econômica, os indivíduos precisam aprender uma nova ótica de gestão financeira. O Estado começa a transferir a responsabilidade para os indivíduos, visto que vem diminuindo automaticamente o número de trabalhadores aposentados. Esta é uma das principais mudanças, conforme o Banco Central, a partir da qual é necessário criar mecanismos que

estimulem investimentos de longo prazo, para que seja possível melhorar a qualidade de vida da terceira idade, visto que o Estado não é mais totalmente responsável pelos seus aposentados. Percebe-se, assim, a dificuldade de planejar adequadamente novas formas de investimento que priorizem ações de longo prazo, dificultando também o entendimento da nova lógica do mercado financeiro.

O governo procurou realizar alguns investimentos nos últimos anos, ampliando a oferta de crédito para incentivar o consumo de bens e serviços; assim, aumentou a produção. Sabe-se que o consumo, sozinho, não consegue gerar empregos e nem investimentos que elevem a renda. Para agravar a situação, a população não está preparada para planejar seu orçamento a curto, médio e longo prazo, e avança assim no crédito fácil, ficando endividada e produzindo inadimplência. O resultado desse ciclo é que a economia para de crescer (SAUTO; SAVOLA; SANTANA, 2007, p. 170), prejudicando os avanços econômicos, sociais e políticos esperados na Contemporaneidade.

Conforme dados do SERASA (2011), a inadimplência do consumidor brasileiro subiu 29,2% em agosto, em relação ao mesmo mês de 2010. Em relação a julho, o aumento da inadimplência em agosto ficou em 3%. Para o acumulado do ano, de janeiro a agosto de 2011, o crescimento foi de 23,4% com relação ao mesmo período de 2010. A evolução do índice repete o comportamento do mês anterior, quando o indicador subiu 2,9% de junho para julho. As dívidas com os bancos, com um crescimento de 6%, são as principais responsáveis pela elevação do índice e representam 2,9% na variação total. Os cheques sem fundos emitidos subiram 4,5% em agosto e contribuíram para a alta do indicador com 0,5 % de aumento.

A Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do RS (FECOMÉRCIO) divulgou que as famílias gaúchas que possuem dívidas totalizaram 65% no mês de outubro de 2011, percentual abaixo do verificado no mesmo mês de 2010, quando o indicador foi 80%. O fato de a desaceleração da economia estar ocorrendo em um ambiente em que o mercado de trabalho continua bastante aquecido favorece a diminuição da inadimplência - ao contrário do que ocorreria caso os reflexos da desaceleração se dessem de forma mais intensificada sobre a renda das famílias, com o aumento da taxa de desemprego, por exemplo. Segundo a Fecomércio (2010 p. 3), “a diminuição da inadimplência é um bom sinal para a

economia” e o melhor consumidor é aquele que tem controle das suas finanças pessoais e, portanto, da sua própria capacidade de consumir.

No Brasil, não era obrigatória a inclusão da Educação Financeira como projeto ou disciplina no sistema de ensino até o ano de 2011. Temas como orçamento doméstico, poupança, aposentadoria, seguros e financiamentos passaram a fazer parte, oficialmente e de forma obrigatória, do currículo das escolas públicas de todo o Brasil em 2012, conforme decreto instituído na Estratégia Nacional de Educação Financeira⁸ (ENEF). O governo, em conjunto com o Ministério da Educação (MEC) e com representantes da iniciativa privada e pública, elencou um conjunto de procedimentos, focados na contextualização do ensino, de forma que os alunos desenvolvam competências para sua inserção na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade, o incentivo ao raciocínio e a capacidade de aprender.

Segundo o documento oficial, publicado em 2007, o projeto tem a finalidade de melhorar o grau de Educação Financeira da população brasileira, com o objetivo de propor a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Entre as diretrizes da ENEF estão a atuação permanente em âmbito nacional e a gratuidade das ações de Educação Financeira, prevalecendo o interesse público, através da informação, formação e orientação.

O documento apresenta a seguinte estrutura: a Seção I e a Seção II fundamentam a proposta, apresentam cenários e indicam alguns desafios da Educação Financeira; a Seção III e a Seção IV compõem a proposta de atuação da ENEF, mostrando ações a serem desenvolvidas para crianças e jovens, por meio da escola, e para adultos, além da forma da governança futura da ENEF; a Seção V apresenta a conclusão da proposta.

Essa proposta, segundo documentos oficiais, foi elaborada em um momento histórico em que o governo tenta criar medidas para evitar que no Brasil também aconteça a grave crise internacional, integrando essas ações com um conjunto de procedimentos que pretendem contribuir para o atual estágio de amadurecimento econômico do país.

⁸ A partir deste momento vou representar a Estratégia Nacional de Educação Financeira com a sigla ENEF.

O projeto Nacional - Estratégia de Desenvolvimento da Educação Financeira - foi disponibilizado em um *site*⁹ pelo próprio governo, com a função de cadastrar ações de Educação Financeira, permitindo a formação do inventário nacional. A Estratégia Nacional de Educação Financeira tem por objetivos: “Contribuir para eficiência dos Mercados Financeiros, através de capitalizações, seguros e empréstimos e da previdência”; “Promover e fomentar a cultura de Educação Financeira no país” e “Ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos”. (ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2010, p. 20).

A execução da ENEF é de responsabilidade do Ministério da Fazenda e do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). A Estratégia Nacional de Educação Financeira promove, por meio de planos, programas, métodos e ações, propostas para o planejamento, execução e avaliação da inclusão e permanência neste tema, considerado pelos órgãos financeiros do Brasil e pela OCDE de relevância significativa para o crescimento da economia brasileira. A ENEF será composta por um diretor do Banco Central do Brasil, pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), um diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, um superintendente da Superintendência de Seguros Privados, um secretário-executivo do Ministério da Fazenda, um secretário-executivo do Ministério da Educação, um secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, um secretário-executivo do Ministério da Justiça e por quatro representantes da sociedade civil.

As projeções indicam que o Brasil, até 2050, poderá se tornar a quarta maior economia do mundo, devido principalmente às políticas econômicas dos últimos anos, que causaram uma mudança na distribuição de renda na sociedade, segundo Neri (2008). A classe média brasileira teve um aumento de 15% entre os anos de 2002 a 2007. O deslocamento de renda ocorreu com a diminuição da pobreza e o aumento na expectativa de vida de toda a população. Segundo o documento produzido pela ENEF, ficou determinada a necessidade de uma ação conjunta do Estado e da sociedade, pois se observa que, em nossa sociedade, gasta-se cada vez mais com lazer, saúde e educação, e a população vem reservando uma quantidade muito pequena para investimentos de longo prazo.

⁹ O *site* encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/Default.aspx>>.

Também nas diretrizes e nos documentos oficiais que sustentam as ações pedagógicas do Ensino Fundamental e Médio, está indicada a relevância da instituição da Educação Financeira nos currículos escolares.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), o Ensino Médio tem como finalidades centrais não apenas a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos durante o nível fundamental, no intuito de garantir a continuidade de estudos, mas também a preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania, a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e a compreensão dos processos produtivos. (BRASIL, 1996).

Na hora de tomada **de decisões, conhecimento e informações se fazem necessários na vida** de todas as pessoas. Dessa forma, **é muito importante inserirmos os conceitos financeiros na vida dos jovens e crianças no Ensino Fundamental para que saibam o quanto estão pagando de juros como consumidores ou ainda para que possam planejar suas vidas**, sabendo a influência da inflação, do valor do dinheiro no tempo e **para que possam ter uma vida financeira mais estável, sem dívidas e preocupações no final do mês** (LIMA; SÁ, 2010, p. 36, grifo nosso).

A respeito dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999), a compreensão da Matemática é essencial para que o cidadão saiba tomar decisões em sua vida profissional e agir com equilíbrio frente às relações de consumo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ressaltam a importância da Matemática para os jovens, afirmando que:

[...] em um mundo onde as necessidades sociais, culturais e profissionais ganham novos contornos, todas as **áreas requerem alguma competência em Matemática e a possibilidade de compreender conceitos e procedimentos matemáticos é necessário tanto para tirar conclusões e fazer argumentações, quanto para o cidadão agir como consumidor prudente ou tomar decisões em sua vida pessoal e profissional**. Ensino Médio tem um valor formativo, que ajuda a estruturar o pensamento e o raciocínio dedutivo, porém também desempenha um papel instrumental, pois é uma ferramenta que serve para a vida cotidiana e para muitas tarefas específicas em quase todas as atividades humanas. (BRASIL, 1999, p. 251, grifo nosso).

Seguindo a ideia do Toyotismo em relação à qualidade total, a Educação Financeira era um projeto exclusivo de instituições financeiras – bancos –, e a maioria das escolas que adotavam esse tema como projeto ou disciplina obrigatória eram privadas. A Revista VEJA (1998) publicou uma reportagem de capa intitulada “Como não ser o pato da vez”, na qual mostra que a maioria das escolas brasileiras

privadas incluíam a Educação Financeira e apresentavam-na como um elemento qualificador do ensino, sendo, muitas vezes, um tipo de propaganda/*marketing* para as instituições educacionais.

O Estado, com a ENEF e apoiado pela OCDE, “inventa” a Educação Financeira como uma estratégia que poderá servir como um instrumento de cidadania, inclusão social, melhoria na vida do cidadão e principalmente para a promoção da estabilidade financeira do país. O Estado, preocupado com o fato de que este projeto está sendo direcionado para pessoas de alta renda, cria um projeto que é direcionado a toda a população, independente da idade, formação e renda, salientando o relevante papel da escola para que o projeto seja incluído e seus objetivos atingidos. Neste momento, os projetos de Educação Financeira passam a figurar no ambiente escolar, independente de ser uma instituição pública ou privada.

Cabe ressaltar que existem algumas características semelhantes entre o Toyotismo e a Educação Financeira: as duas surgem a partir de uma necessidade do Mercado Financeiro; no novo modelo de gestão e produção, ocorreram mudanças que exigiam, por parte do trabalhador, uma base mínima de escolarização e a atualização constante. Conforme Oliveira (2001), passou-se a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como: análise, síntese, comunicação clara e precisa, raciocínio lógico, interpretação e leitura de diferentes códigos e linguagens, criatividade e a estratégia de aprender a aprender.

Além de na escola, na fábrica também se verifica o exposto até aqui e, no Brasil, a Educação Financeira se expandiu após a criação do projeto financiado pelo Estado em 2010. O avanço da tecnologia, as mudanças de organização dos modelos Fordista para o Toyotismo, as mudanças na economia brasileira, apoiadas em documentos internacionais da OCDE, fizeram emergir a Educação Financeira como projeto ou disciplina obrigatório dentro do sistema educacional como medida incentivada pelo Estado.

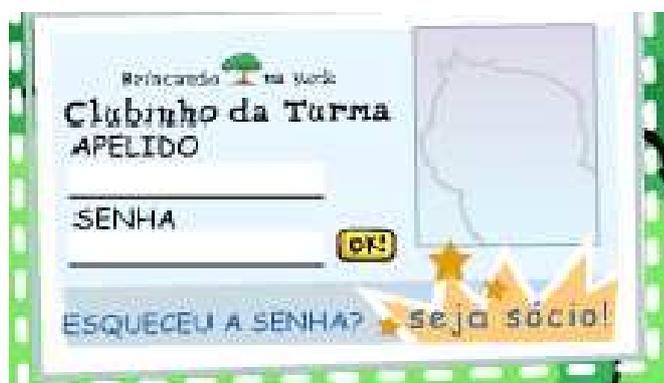
Na próxima seção, apresento o projeto de Educação Financeira do Banco Santander e descrevo-o de forma detalhada, a partir de análises e reflexões sobre esse material envolvendo a temática de Educação Financeira. Escolhi o projeto do Santander por ser o primeiro programa de Educação Financeira do país e também por ter disponibilizado todo o material (revista e *site*) na rede, de forma *on-line*.

3.2 BANCO SANTANDER E SEU PROJETO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Nesta seção, descrevo, de forma detalhada, o Programa de Educação Financeira do Banco Santander. A escolha pelo Banco Santander se deu por ele ser o primeiro banco a criar um projeto de Educação Financeira no país.

O site educativo *Brincando na Rede*¹⁰ foi criado pelo Banco Santander em 2001 e é coordenado por sua diretoria de desenvolvimento sustentável, a qual tem como função o relacionamento com a comunidade. O site apresenta um projeto sobre Educação Financeira que tem como objetivo o entretenimento, especialmente destinado a crianças de cinco a doze anos, e o desenvolvimento da criatividade, da imaginação e do raciocínio lógico. Os materiais postados no site são direcionados para crianças cadastradas na rede que, conforme informações disponíveis no site, são identificadas por uma senha individual e intransferível; e após sua inscrição, recebem uma carteira.

Figura 7 – Página de *login* de usuário do site “Brincando na Rede”



Fonte: *Brincando na Rede*, 2010.

Após o preenchimento da ficha de inscrição no site, a criança tem livre acesso a todas as atividades disponíveis. Na figura abaixo, percebe-se que os dados devem ser preenchidos e, ao completar com os dados pessoais o cadastro no site *Brincando na Rede*, o sócio pode constatar algumas vantagens de se tornar parte desse grupo coordenado pelo Santander.

¹⁰ O site encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.brincandonarede.com.br/>>.

Neste ponto do trabalho considero importante referir-me a um aspecto histórico. Na década de 1970 ocorriam mudanças no setor industrial e empresarial devido à globalização. Nesse período, era introduzida a automação industrial, a informatização de serviços financeiros e administrativos e a utilização crescente de aparelhos e equipamentos sofisticados nos meios de comunicação de massa, na área da saúde e da inclusão da informática na educação. (SANTOMÉ, 1998). Nessa década, iniciava-se a terceira revolução industrial, na qual a política econômica mundial passava a ser comandada pela informática e pela robótica. Quanto ao modelo de produção industrial que predominava na época, Castro Neto (2008, p.40) apontou que o Fordismo começava a perder força para o modelo japonês Toyotista devido à “aceleração tecnológica, que estimulou a modernização, a automatização, a rapidez no processo de fabricação e a diversificação na produção industrial”. Assim, podemos observar que este projeto de Educação Financeira produzido pelo Banco Santander pressupõe uma alfabetização tecnológica.

Figura 8 – Página de inscrição do *site Brincando na Rede*

Brincando na Rede - Windows Internet Explorer
 http://www.brincandonarede.com.br/cadastro/cadastro.aspx

Favoritos http--www.brincandonar...
 http://www.brincandonar... Brincando na Rede

Os campos marcados com asterisco (*) são de preenchimento obrigatório

* nome sobrenome
 * data de nascimento * sexo
 * cidade * estado
 * e-mail
 * e-mail pai / mãe
 nome completo pai / mãe
 data de nascimento pai / mãe
 RG pai / mãe CPF pai / mãe

Crie seu acesso especial

* apelido
 * senha
 * confirme sua senha

endereço número complemento
 bairro CEP

VANTAGENS PARA SE CADASTRAR NO CLUBINHO

1. Quem faz parte do Clubinho tem acesso a diversões exclusivas: papéis de parede para computador, calendários, máscaras e bichinhos animados.

ORIENTAÇÕES PARA SE CADASTRAR

1. Preencha os campos do formulário. Escolha um apelido e uma senha com, no mínimo, seis letras ou números. Quando terminar, clique em "enviar".

Internet | Modo Protegido: Ativado

Fonte: *Brincando na Rede*, 2010.

Para ter acesso ao material disponibilizado no *site*, na ficha de inscrição é solicitado o preenchimento dos dados pessoais dos responsáveis pela criança, identificando o nome, data de nascimento, números de documentos, *e-mail* e

endereço. Ao preencher o cadastro, somente o nome da criança é solicitado e o restante dos dados deve ser preenchido pelos responsáveis.

Ao solicitar o preenchimento do formulário, entendo que não se trata de um simples procedimento, mas sim de um dispositivo de controle sobre seus usuários e até mesmo sobre seus futuros clientes. Esse dispositivo de controle se tornou bem mais eficaz, flexível, econômico e móvel: ao mesmo tempo em que se pode observar o controle também é observado como a vigilância também aparece no Projeto de Educação Financeira do Banco Santander.

Aqui é importante retomar as noções foucaultianas de controle e vigilância, que utilizo no estudo, esclarecendo o sentido que esses termos nele assumem. Veiga-Neto (2008) designa o significado da palavra *controle* como o ato de fiscalizar, submeter ao exame, conferir, comparar, exercer ação restritiva ou de contenção. O controle é uma ação continuada, infinita, de registros e armazenamento. Já o panoptismo é capaz de realizar uma vigilância individualizada, hierárquica e contínua e tornou-se a grande máquina para o disciplinamento, nos dias de hoje. Podemos pensar que todos os dados dos “sócios” que preencheram o formulário são guardados em um banco de dados, e que pode ser chamada como máquina de controle no Contemporâneo.

Foucault (2002) argumenta que para o controle existe uma rede de instituições de vigilância e correção atuando na vigilância para a correção. Wanderer (2007) observa que a vigilância está presente em todos os momentos e atua como um dos mecanismos do controle social. A vigilância exercida pelo professor, pelo chefe de oficina, pelo médico, entre outros, permite que aquele que vigia exerça poder sobre os vigiados e que se constitua também um saber sobre aqueles indivíduos. Nas palavras de Foucault (2002, p. 100):

É este um saber que não se caracteriza por determinar se algo ocorreu ou não, sendo que agora trata-se de verificar se um indivíduo se conduz ou não como deve, se cumpre com as regras, se progride ou não, etc. Este novo saber não se organiza em torno de questões como “se fez isso? Quem o fez?”; não se ordena em termos de presença e ausência, existência ou não-existência, se organiza ao redor da norma, estabelece quem é normal e quem não é, que coisa é incorreta e que outra coisa é correta, o que se deve ou não fazer.

Acompanhando Foucault e seus comentadores, entendo a vigilância como uma ação contínua, intensiva, ostensiva e precocemente possível, que acaba sendo

incorporada por aqueles que ela toma para si como objetos vigiados, em que alguns se tornam sujeitos que vigiam a si mesmos e por isso são capazes de exercer o autogoverno sobre si mesmo. “A vigilância virtual, por sua vez, configura-se como um dispositivo de controle não presencial que opera na possibilidade de “vigiar” e “prever”, o que pode acontecer com toda a população, atualizando-se a qualquer momento”. (SANTOS, 2006, p. 148).

Santos (2006) afirma que, com o avanço da tecnologia, foram desenvolvidas estratégias de vigilância mais eficazes como: ação de enviar mensagens (a qualquer momento você pode receber e enviar mensagens); acionamento de alarme, que dá visibilidade sobre os ladrões que tentam assaltar um banco; invenção do telefone móvel (a partir do qual, quando for preciso, pode-se localizar um indivíduo em qualquer lugar do mundo); o número de documentos oficiais – carteira de identidade (RG), carteira nacional de habilitação (CNH) e cadastro de pessoas físicas (CPF) – (quando acessamos um banco de dados podemos visualizar características econômicas, físicas e pessoais), o fator RH e o grupo sanguíneo, entre outros. A vigilância virtual mostra uma flexibilidade e uma mobilidade que podem ser percebidas em diferentes situações, desde que sejam acionadas para visibilidade. Assim, observa-se que tanto a vigilância virtual como o controle opera calculando a possibilidade, tentando prever o que pode acontecer com a população.

Foucault (1987, p. 166), ao descrever o panoptismo, já apontava a vigilância como um dispositivo disciplinar. Diz o autor:

Fazer com que a vigilância seja permanentemente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade do exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação independente daquele que exerce; enfim, que os detentos [e os escolares, os doentes, os executivos,...] se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são portadores (1987, p. 166).

Assim, instituições disciplinares, como as escolas, produzem certa maquinaria de controle, que vai sendo posta em funcionamento por meio de uma vigilância constante dos comportamentos; com o desenvolvimento de novas tecnologias, a vigilância virtual se amplia, funcionando sem interrupções. Ela tem apoio de recursos tecnológicos e de comunicação e, por isso, é atualizada a todo o momento. Segundo Santos (2006), tanto o controle quanto a vigilância estão na ordem da política ou dos procedimentos que efetivam as relações de poder. O avanço tecnológico permitiu

dar visibilidade à vigilância, mas ainda não dá conta de explicar o controle, porque ela funciona como pré-requisito para efetivação do controle.

Entre o material de pesquisa analisado está também a cartilha *Educação Financeira – Volume 1*, elaborada pelo Banco Santander. A cartilha, quando afirma ter “uma preocupação de informar pais ou responsáveis sobre a participação da criança nas atividades do *site*” (p. 2), novamente nos remete à ideia de que a tecnologia está a serviço da vigilância e do controle. O banco faz um monitoramento de todos os seus associados no “Clube da Educação Financeira”. Os pais ou responsáveis acessam *on-line* esse controle disponibilizado pelo banco e percebe-se que possuem uma vigilância intensa sobre seus filhos. Podemos perceber essa vigilância porque os pais, ao se cadastrarem no *site*, podem acompanhar através de relatórios diários todas as atividades que seu filho realizou dentro do *site*. Assim, o banco pode monitorar e vigiar todos (filhos e pais), já que o preenchimento do cadastro se constitui em um instrumento virtual de vigilância sobre esse público, de forma mais efetiva. Santos (2006, p. 150) afirma que a tecnologia é importante porque, através da vigilância, funciona de forma a ativar efetivamente as relações de poder e determinar as condutas da população.

Na parte superior da página inicial do *site Brincando na Rede*, encontramos uma espécie de barra de tarefas, que apresenta, no lado esquerdo, o nome do *site*, e no direito, o nome do Banco Santander. Na figura abaixo, podemos observar que aparecem seis fotos de animais e três figuras. Ao clicar no ícone de cada animal, o sócio é encaminhado às seguintes opções: *Enigmas*, *Hora do conto*, *Quanto vale*, *Piadas*, *Desenhando na rede*, e *Você sabe*. Já ao clicar nas três figuras restantes os usuários são direcionados, respectivamente, ao *Clubinho*, *Jogos* e *Blog da turma*.

Figura 9 – Parte superior do *site Brincando na Rede*



Fonte: *Brincando na Rede*, 2010.

O *site* apresenta um espaço reservado exclusivamente aos pais e/ou responsáveis das crianças cadastradas. Após sua inscrição neste espaço virtual, utilizando seus dados de acesso é possível acompanhar todas as atividades desenvolvidas pelos filhos. Nesta parte do *site* é possível conferir, por exemplo, os

concursos que tiveram a participação deles (e em quais venceram), as colaborações enviadas (como piadas, desenhos ou enigmas), e também o desempenho deles na "lojinha de trocas", na qual, com o acúmulo de pontos, é possível a aquisição de brindes especiais dos personagens. Além disso, são disponibilizadas reportagens sobre meio ambiente, cultura, educação e cidadania, que procuram sempre considerar aspectos relevantes no processo de desenvolvimento das crianças.

No *site* há também um ícone chamado "Loja de Trocas", ao qual somente os usuários cadastrados podem ter acesso. Ao clicar nesse ícone, o usuário é direcionado a uma página com as seguintes opções: *Vitrine da lojinha*, *Tabela de pontos*, *Meus pontos*, *Minhas trocas* e *Dúvidas*. Através de ações que o usuário realiza no *site*, ele pode montar uma coleção da turma do *Brincando na Rede*. Por exemplo, ao acessar diariamente o espaço virtual, o sócio recebe cinco pontos. Após atingir a pontuação exigida pelo *site*, o usuário pode trocar seus pontos pelos produtos que estão disponíveis na *Vitrine da lojinha*. Esse projeto disponibiliza brindes para seus usuários e é uma estratégia de fidelização.

No *link Tabela de pontos*, encontramos a descrição das ações no *site* que são revertidas em pontos - com os quais se podem adquirir os personagens do projeto. A pontuação é dividida em quatro canais: *Clubinho*, *Desenhando*, *Canto do conto*, e *outros*.

No item *Clubinho*, os pontos são fornecidos da seguinte maneira: acesso diário – cinco pontos; enviar animações da TV do Clubinho – cinco pontos, sendo o limite máximo de 30 pontos por mês; envio de cartão virtual – cinco pontos, limite de 30 pontos por mês; jogo do meio ambiente – cinco pontos, limite de 10 pontos por mês; jogo passeio pela cidade – 10 pontos, limite de 20 pontos por mês; jogo da Embaixadinha Home – 10 pontos, limitado a 50 pontos por mês; ser sócio – 10 pontos; Jogo do Meio Ambiente: nível avançado – 15 pontos, limitado a 30 pontos por mês; primeiro acesso à lojinha virtual – 20 pontos.

No item *Desenhando*, a única ação que vale pontos é o envio de cartão virtual: cinco pontos por cartão, limitado a 25 pontos por mês. No *Canto do conto*, são dados 10 pontos por contribuição Publicada, limitado a somente uma publicação por mês. No último canal, chamado *Outros*, são as seguintes ações que fornecem pontuação: envio de contribuição para um amigo – cinco pontos, limite de 25 pontos por mês; envio de mensagem secreta – cinco pontos, limite de 30 pontos por mês; recomende este *site* - cinco pontos, limite de 50 pontos por mês; voto em

colaboração – cinco pontos, limite de 25 pontos por mês; receber e-mail de aniversário – 10 pontos, limite de 10 pontos por ano; e vencedores de concursos – 500 pontos, sem limite de pontos. A partir desses dados, percebe-se que foram criadas estratégias para que o usuário utilize o *site* e consiga acumular pontos e trocá-los por prêmios. Existe uma preocupação em fidelizar o cliente, e esse processo é também um processo de vigilância.

No mesmo ano da criação do *site Brincando na Rede*, o material com o título *Caderno de Atividades*¹¹: *Educação Financeira – Volume 1* foi produzido pela equipe responsável pelo *site*. A organização ficou sob a responsabilidade de especialistas do mercado financeiro, além do Instituto AKATU¹², que também trabalha com Educação Financeira. Na página desse Instituto verifica-se que esse programa tem como patrocinadores grandes marcas, tais como Natura, Banco Santander, HP, Philips, Carrefour, entre outros. O material – que segundo o *site* “favorece o raciocínio lógico, a criatividade e a imaginação” – também está disponível *on-line* e, segundo os responsáveis pelo *site*, foi “criado especialmente para crianças da mesma faixa etária que acessam o *site*”. O material impresso é composto por quarenta e oito páginas, e a maioria dos conteúdos publicados são elaborados pelos próprios visitantes mirins. Na primeira página da cartilha aparecem os animais que fazem parte do projeto *on-line* do banco. Observando as figuras dos animais, constata-se que a coruja está segurando um cofre, o macaco manuseando um ábaco, o papagaio segurando uma cédula de dinheiro, o polvo e a tartaruga abraçados e a onça com uma calculadora. Cada animal possui um nome: tartaruga (Tuti), onça (Laila), coruja (Doroti), papagaio (Joselito), e polvo (Oto). O tamanho de todos os animais é o mesmo, exceto a onça, que aparece em destaque na página inicial do material.

Constata-se, desde o início, que a personagem Laila é a líder. O excerto abaixo exemplifica esse ponto.

Narrador: Agora Laila já é considerada uma amiga da turma.

Tuti: Sabe, Laila, no **começo eu tinha um pouco de medo de você**.

Laila: Por que Tuti?

Tuti: Porque **você é grande e forte, e seu rugido pode ser ouvido a quilômetros de distância. Também tem garras afiadas**.

¹¹ O caderno de atividades está disponível no endereço eletrônico: <<http://www.brincandonarede.com.br/adulto/CadernoAtividades.pdf>>.

¹² O Instituto AKATU é um programa de consumo consciente e é disponibilizado no endereço eletrônico: <<http://www.akatu.org.br>>.

Laila: **Eu sei. Sou um animal selvagem, não vou negar. Mas sei usar minha força de maneira positiva, ajudando aos outros.**

Doroti: Gostamos muito de você, oncinha. Isso mostra que não devemos julgar as pessoas pela aparência. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p. 33, grifo nosso).

Na segunda página da cartilha, destacam-se os nomes dos responsáveis pela elaboração do material, e está disponível no *site* e na cartilha o objetivo da proposta do projeto, ou seja, a cartilha *Brincando na Rede* tem “como proposta uma comunidade virtual, o que permite a construção coletiva e cooperativa do conhecimento”. Segundo o Banco Santander, o material produzido tem também uma preocupação com a qualidade do conteúdo, seguindo critérios éticos e sendo revisado antes da publicação. Além disso, “o material é desenvolvido com base em canais que estimulam a interatividade, permitindo a criatividade e o raciocínio lógico dos visitantes, além de ter uma preocupação em informar pais ou responsáveis sobre a participação da criança nas atividades do *site*”. Outro ponto importante é que os deficientes visuais também podem navegar e interagir com autonomia no *site*.

O caderno de atividades é direcionado aos pais ou professores de diferentes áreas, trazendo propostas de atividades sobre a Educação Financeira, as quais envolvem as diferentes áreas do conhecimento. Pode-se perceber que, no material impresso, em nenhuma passagem está escrito que a Educação Financeira deve ser trabalhada somente nas aulas de Matemática ou na escola, deixando visível que, independente da área de conhecimento, toda a população deve ser educada financeiramente com propostas que tenham como objetivo tornar os cidadãos consumidores não falhos.

As empresas precisam identificar os clientes menos valiosos; elas necessitam de um objeto parecido com uma peneira que executa a tarefa de desviar os indesejáveis e manter os clientes habituais. Os consumidores falhos, aquelas pessoas sem dinheiro, cartões de crédito e/ou entusiasmo para compras, além de serem imunes aos apelos do *marketing*, não podem fazer parte da nova forma de organização da atualidade, explica Bauman (2008). Com esse novo olhar, a sociedade de consumidores, em que o foco é o ato de consumir, precisou ser repensada: ao mesmo tempo em que existem diversas campanhas publicitárias que querem tornar cada mercadoria um objeto de desejo, de sonho e de consumo, já existem projetos elaborados pelo governo federal, como exemplo, a Educação Financeira – apoiada no programa de governo chamado de Estratégia Nacional de

Educação Financeira – para tentar controlar o consumo e conduzir a conduta de toda a população para o investimento.

O projeto proposto pela ENEF não tem por objetivo inibir o consumo, e sim explicar a importância do gosto consciente por meio de estratégias que sejam direcionadas a toda a população. O Banco não se afasta do Estado e diz como a escola pode trabalhar o tema de Educação Financeira com seus alunos dentro da escola.

O material sugere que, antes de iniciar o trabalho com a cartilha, seja realizada uma atividade de iniciação.

Figura 10 – Atividade de iniciação do caderno de atividades

**Atividade de Iniciação:
Leitura dramática do capítulo**

- Faça 7 impressões do capítulo a ser lido. Faça 8 impressões, sendo 1 completa para o condutor da atividade e 7 impressões contendo apenas as páginas referente ao capítulo que será lido.
- Escolha 7 crianças para lerem o texto, considerando que cada uma lerá um personagem diferente.
- Antes de iniciar as leituras, leia as características de cada personagem (conforme página 5).
- Inicie a leitura dramática com as crianças.
- Após a leitura, pergunte às crianças o que elas lembram do volume e anote para futuramente trabalhar os temas que não foram levantados.
- Em seguida, escolha as atividades desejadas para trabalhar.

Fonte: Caderno de Atividades de Educação Financeira, 2001.

Na página seguinte, são apresentados os seis personagens do material, os quais possuem características específicas, conforme se pode observar nos excertos extraídos do material desenvolvido pelo Banco Santander:

Laila - A onça-pintada Laila é **muito ágil, observadora, inteligente e é ótima em fazer contas**. Não desperdiça nada e sabe poupar muito bem. É gulosa, come tudo o que restou do café da manhã. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.6, grifo nosso).

Oto - O polvo Oto tem um sotaque diferente, pois é estrangeiro. **Muito carinhoso, adora abraçar todos com seu corpo fofinho** e cheio de tentáculos. Tem um talento incrível para a pintura. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.6, grifo nosso).

Doroti - A coruja Doroti **é muito educada, observadora, estudiosa e culta**. Passa noites estudando na árvore, e todos os dias têm uma nova lição para dar aos colegas da turma. **É a amigona de todas as horas**. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.33, grifo nosso).

Tuti - O jabuti Tuti **adora contar histórias** e tem uma capacidade única de criar também as suas próprias. **Demora muito mais que todos para realizar qualquer atividade**, inclusive falar, pois gosta de fazê-las com muita calma e atenção. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.6, grifo nosso).

Caquito - O macaco Caquito não pára um minuto sequer em um lugar. **Tem um raciocínio muito rápido** e cria enigmas divertidos em segundos! **Adora praticar esportes** e o seu preferido é a corrida com obstáculos. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.6, grifo nosso).

Joselito - O papagaio Joselito **é muito engraçado e gosta de levantar o astral de todos**. Faz piadas com tudo que está a sua volta e come muitas pipocas! **Está sempre atento para que ninguém jogue lixo no chão**. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.6, grifo nosso).

Ao analisar os personagens do projeto do Santander, percebe-se que a onça pintada Laila aprecia muito fazer contas matemáticas; o polvo Oto tem um sotaque diferente, pois é estrangeiro, é carinhoso e tem habilidades para pintura; a coruja Doroti é muito educada, observadora, estudiosa, culta e amigona; o jabuti Tuti adora contar histórias e demora muito mais que todos para realizar qualquer atividade, inclusive falar, pois gosta de fazê-las com muita calma e atenção; o macaco Caquito não pára um minuto sequer em um lugar. Tem um raciocínio muito rápido e cria enigmas divertidos em segundos e adora praticar esportes; o papagaio Joselito, por fim, é engraçado e gosta de levantar o astral de todos.

Pode-se verificar que o banco utiliza como estratégia o lúdico e o entretenimento: os personagens do Banco Santander possuem qualidades que são reforçadas a todo o momento, como o espírito de liderança, a habilidade em efetuar cálculos matemáticos, a prática de esportes. Além do que, perpassam amizade e crítica, buscando sempre cuidar das suas finanças.

Nas características que a cartilha fornece sobre seus personagens, observam-se algumas verdades que foram naturalizadas e se tornaram absolutas, entre elas: é inteligente quem sabe fazer contas; a Educação Financeira ajuda na tomada de decisões e para ter uma vida mais tranquila; devemos consumir com consciência e precisamos ser empreendedores de nós mesmos. Ao usar ferramentas da oficina do filósofo Michel Foucault, entendo que ela “não está aí para

nos dizer a verdade sobre as coisas, mas sim para nos ajudar a compreender de que maneira, por quais caminhos, tudo aquilo que se considera *verdade* tornou-se um dia verdadeiro". (VEIGA-NETO, 2006, p. 87). Dessa forma, as ferramentas disponibilizadas por Foucault permitem-me percorrer e analisar os caminhos que acabaram por se constituir em processos de verdadeirização, os quais tornaram possível a inquestionabilidade de tais enunciados. Ao tentar perceber o que se configura como verdade inquestionável, pretendo colocar sob suspeição discursos consolidados, como o de que é bom incluir a Educação Financeira nas escolas por meio de projetos ou disciplina obrigatória.

Foucault (2010) ensinou que a produção de verdades está intimamente ligada às relações de poder.

Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou fazer aceitar", mas o "conjunto de regras segundo os quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui aos verdadeiros efeitos específicos de poder".

A verdade é um produto das relações de força, operada pelos discursos, na busca de significados de determinados sujeitos sobre os outros. As instituições organizam espaços e regulamentam comportamentos, provocando efeitos sobre o real; a escola, enquanto instituição, produz a verdade e se faz necessário incluir a Educação Financeira neste espaço para que se produzam regimes de verdades¹³.

Para que a verdade seja aceita, é preciso que o sujeito dentro de um espaço seja qualificado de certa maneira a dizer o verdadeiro. Quer dizer que esse sujeito pode muito bem ser submetido a todos os erros possíveis, a todas as ilusões possíveis dos sentidos; esse sujeito pode mesmo ser submetido a um mau raciocínio que o engana. Não obstante, existe uma condição. Para que a máquina funcione, e para que o "portanto" do "eu penso, portanto existo" seja um valor provável, é preciso vinculá-lo a um sujeito que possa dizer: quando isso for verdadeiro, e evidentemente verdadeiro, eu me inclinarei! É preciso de um sujeito que possa dizer: "é evidente, portanto eu me inclino!" Quer dizer, é preciso de um sujeito que não seja louco (FOUCAULT, 2010, p. 73-74).

Para Foucault, no curso *Governo dos Vivos*, o problema da verdade está em jogo nas racionalidades e no que o governo dos homens exigiu de seus dirigidos, além de atos de obediência e submissão, atos de verdades, em que o sujeito tem

¹³ Regimes de verdades, segundo o filósofo Michel Foucault (2010), como aquilo que determina as relações dos indivíduos quanto ao procedimento de manifestação do verdadeiro.

que dizer a verdade, mas dizer a verdade a propósito dele mesmo: de suas faltas, de seus desejos, do estado de sua alma. Assim, a descrição dos personagens foi marcada por regimes de verdades que determinam as obrigações dos indivíduos quanto à manifestação do verdadeiro. No material da pesquisa, podem-se perceber alguns enunciados, como: Saber fazer contas de matemática é uma condição necessária para ser inteligente dentro da escola; Para ser uma pessoa culta, estudiosa e observadora é preciso estudar; Aprendendo a usar o dinheiro, melhores serão nossas decisões no futuro; Devemos saber ganhar, gastar, poupar e doar”; Usando o cartão de crédito você economizará o papel das cédulas e dos cheques; Crédito é uma questão de responsabilidade. Se o banco lhe emprestou dinheiro, você deve pagar pela confiança que ele depositou em você; A mesada é para que vocês possam tomar suas próprias decisões; A felicidade está em viver a vida numa boa e não ser consumista.

O *Caderno de Atividades* está dividido em cinco capítulos: *A história do dinheiro no Brasil e no mundo; Os bancos, cheques, cartões e investimentos; A mesada, querer (versus) precisar; Orçamento; Consumo consciente e desenvolvimento sustentável.* Além disso, apresenta duas partes: conteúdo educativo - apresentado de forma interativa - e atividades práticas.

Todos os capítulos são organizados da mesma forma: nas páginas iniciais são realizadas explicações sobre o tema que será debatido no capítulo. A explicação do tema acontece por via de uma história contada pelos personagens do site e da cartilha, conforme excerto abaixo:

Narrador: Um belo dia, Laila escolheu um lugar bem gostoso no meio do parque. Ali a oncinha se reuniria com seus amigos e lhes contaria tudo o que sabia, sobre todos os assuntos.

Mas, o que Laila sabia? **Ela sabia contar: 1,2,3... Tinha o hábito de contar suas pintas, as estrelas do céu, os peixes no rio e tudo o que encontrasse no caminho. Conseguia somar, subtrair, multiplicar e dividir.**

Além disso, **ela tinha aprendido, em suas viagens, a lidar com o dinheiro.** Mas será que isso era útil? Ela acreditava que sim, porque o dinheiro faz parte do mundo moderno. A forma como lidamos com ele influencia nossas vidas.

Quanto mais cedo aprendermos a usar o dinheiro, melhores serão nossas decisões no futuro. Mesmo as nossas pequenas ações do dia a dia podem transformar o mundo. Pensando nisso, Laila foi conversar com a turma do clubinho, que achou ótima a ideia dela compartilhar o seu conhecimento.

Então a oncinha marcou um encontro, perto de sua árvore preferida Doroti, Caquito, Tuti, Joselito e Oto compareceram.

Laila: Eu gostaria de ser útil e ajudar na administração do parque, fazendo um planejamento e organizando as contas.

Eu quero contar para vocês o que aprendi sobre o dinheiro, de modo que isso seja bom para todos nós. Isso se chama educação financeira.

Oto: Mas vivemos no parque. Não precisamos de quase nada.

Laila: Precisamos de um parque limpinho, de materiais de construção e outras coisas. **Devemos saber como ganhar, gastar, poupar e doar.** É sempre bom adquirir novos conhecimentos. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.11, grifo nosso).

Os excertos acima expressam o modo como se organiza a cartilha elaborada pelo Banco Santander sobre o projeto de Educação Financeira. A primeira personagem - Laila - é central neste material e possui como característica: liderança e capacidade de administração, planejamento e organização, o que a torna distinta no seu grupo. Uma das maiores preocupações é que o conhecimento não seja valorizado e compartilhado entre seus pares.

Após o término da explicação, a cartilha traz a primeira atividade de reflexão comum a todos os capítulos, que tem por objetivo o “fazer falar”: **Reflexão: O que vocês compreenderam sobre este tema?** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.12, grifo nosso).

Essa atividade comum a todos os capítulos serve para verificar se todos os conceitos financeiros foram “aprendidos” e para ter certeza de que os leitores da cartilha serão capazes de conduzir a sua própria conduta e a dos outros. Nessa nova organização de mundo, a palavra *investimento* é acentuada, enquanto o consumo vai sofrendo um decréscimo, ocasionando muitas vezes uma crise financeira.

Depois da reflexão, são sugeridas atividades intituladas *Aprendendo brincando*, as quais envolvem os assuntos trabalhados no início do capítulo. Cada atividade tem um objetivo e é direcionada a uma faixa etária específica, conforme se observa nos excertos abaixo:

5 a 8 anos – Operações Matemáticas

Recortar e distribuir papéis coloridos do tamanho de uma nota e pedir às crianças que digam quantos cada uma tem. O condutor da atividade pede para as crianças separem os papéis de acordo com a cor e deve somar a quantidade de notas por cor para ver o resultado total. Se as crianças forem maiores, escrever valores diferentes nos papéis e incluir operações de multiplicação. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.13, grifo nosso).

10 a 12 anos – Dicionário

As crianças ou alunos são escritores desenvolvendo um dicionário sobre vocabulários financeiros. A professora coloca palavras sugeridas pelas

crianças na lousa, pergunta o que significam e anota todas as respostas. Quando terminar a atividade (com cerca de 20 palavras) monta um minidicionário para ficar na sala de aula. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.22, grifo nosso).

No material produzido pelo Banco Santander, as atividades são planejadas, sugeridas e orientadas focando a faixa etária de cada indivíduo do grupo. Tal orientação tem como base a Psicologia do Desenvolvimento - cujo modelo teórico é concebido por Piaget - que procura estudar, entender e investigar os processos do desenvolvimento e como se comportam os envolvidos no projeto ao longo de sua vida. Para uma melhor organização, dividiu-se esse sistema em três grandes períodos: o primeiro (0 até 2 anos), corresponde ao período da inteligência sensório-motora, no qual o foco é a adaptação ao mundo exterior; o segundo (2 até 7 anos) é intitulado período da preparação e da organização da inteligência operatória concreta, no qual a criança experimenta mudanças ao nível do pensamento lógico, passa a ter uma representação mental das pessoas e dos objetos, adquire uma linguagem oral e, a seguir aprende, por exemplo, a classificar os objetos e a realizar operações matemáticas. Por último, o período das operações formais é caracterizado como o das ideias, reflexões e projetos. O raciocínio da criança quase adolescente ou do recém-adolescente origina-se em hipóteses e deduções.

Bujes (2002) ao analisar , observa que cada indivíduo deve estar no seu lugar: esta é a razão para entender como os documentos analisados sugerem a constituição de grupos e a distribuição por idade. Assim, é possível perceber a justificativa da organização por agrupamentos nos documentos que ora são examinados:

O referencial adota a mesma divisão por faixas etárias contempladas nas disposições nas Leis de Diretrizes e Bases. Embora arbitrária do ponto de vista de diversas teorias do desenvolvimento, buscou-se apontar possíveis regularidades relacionadas com os aspectos afetivos, emocionais, cognitivos e sociais das crianças por faixas etárias abrangidas. (RCN 1, p. 45).

O trabalho proposto no projeto de Educação Financeira se dá numa perspectiva que busca ser mais flexível em relação às formas de agrupamento. Ao pensarmos nos alunos a partir de estágios, com idades-marco que delimitam comportamentos que precisam ser alcançados, refiro-me aqui àquilo que Coutinho

(2008) procura, detalhadamente, mostrar quando localiza a Psicologia do Desenvolvimento como forma de regulação governamental.

Menezes (2011) vê a Psicologia do Desenvolvimento, ao interpretar (e, portanto, inventar) o processo de desenvolvimento das crianças, como uma norma de desenvolvimento para vários comportamentos, como por exemplo, tabelas de desenvolvimento motor [...]; tabelas de desenvolvimento da linguagem [...]. (COUTINHO, 2008, p. 87). Esses indicadores, ao serem utilizados para avaliar as habilidades já desenvolvidas pelas crianças, demarcam aqueles que, por possuírem limitações, acabam apresentando condutas atrasadas com relação às dos demais (ou normais). Portanto, a Psicologia do Desenvolvimento é uma estratégia reguladora e, para o banco, bastante flexível, visto que não respeita as faixas etárias propostas por Piaget.

No final de cada capítulo da cartilha há uma seção intitulada *Você sabe?*, com curiosidades sobre assuntos relacionados com o tema do estudo. Uma das curiosidades é a definição da palavra Numismática e como se dá a confecção do dinheiro. Nessa parte da cartilha, o objetivo da seção *Você sabe?* é o de trazer informações precisas e corretas sobre o mercado financeiro, além de curiosidades.

O que é Numismática? O estudo científico das moedas e medalhas.

Sabe quantos nomes a moeda brasileira já teve? Foram nove. Até 5 de outubro de 1942 tínhamos o “Réis”, após esta data passou a chamar “Cruzeiro”, em 13 de fevereiro de 1967 surge o “Cruzeiro Novo”, em 15 de maio de 1970 voltou a chamar “Cruzeiro”. Depois em 1986 chega o “Cruzado” que em 1989 passa a chamar “Cruzado Novo”. Em 16 de março de 1990 retorna o “Cruzeiro”, em 1996 o “Cruzeiro Real” e agora o “Real”.

Sabe o que é Réis? O plural de Real, nossa atual moeda.

As notas são feitas de papel. Mas, sabia que esses papéis vêm de uma árvore específica? São feitas a partir da amoreira. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.15).

Ao fazer algumas escolhas e tentar constituir um olhar sobre o material de pesquisa, em diversos momentos tive dúvidas a respeito da maneira como deveria analisar o material. Após algumas leituras, escolhi observá-lo utilizando ferramentas teóricas foucaultianas, procurando desenvolver, na Tese, o entendimento de como os programas de Educação Financeira, praticados somente pelas instituições financeiras, foram estendidos para a instituição escolar, tendo a *governamentalidade como ferramenta analítica*.

Ao descrever o material de pesquisa e analisar os documentos monumento, comecei a observar que algumas verdades ali contidas foram chamando mais minha atenção; como exemplos, os excertos a seguir:

Laila - A onça-pintada Laila **é muito ágil, observadora, inteligente e é ótima em fazer contas**. Não desperdiça nada e sabe poupar muito bem. É gulosa, come tudo o que restou do café da manhã. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.6, grifo nosso). (grifo nosso).

Mas, o que Laila sabia? **Ela sabia contar: 1,2,3...** Tinha o hábito de contar suas pintas, as estrelas do céu, os peixes no rio e tudo o que encontrasse no caminho. **Conseguia somar, subtrair, multiplicar e dividir**. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.7, grifo nosso).

Pode-se observar, nas primeiras páginas da cartilha *Brincando na Rede*, que a personagem Laila é inteligente porque não desperdiça nada e sabe poupar. Para isso ela precisa saber fazer contas. Na escola ela é inteligente porque sabe fazer contas e isso também a faz saber poupar muito bem. A característica de saber a Matemática e de que ela consegue conduzir a conduta de seus amigos e a sua própria habilita-a a ser a personagem principal. Segundo o material, a onça Laila sabe tanto que tem condições de ensinar seus colegas a aprender a usar seu dinheiro desde cedo, para melhorar suas condições no futuro.

No excerto abaixo aparece, pela primeira vez, o conceito de Educação Financeira para os leitores da cartilha, elaborada pelo Banco Santander: “Eu quero contar para vocês **o que aprendi sobre o dinheiro, de modo que isso seja bom para todos nós. Isso se chama educação financeira**. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.7, grifo nosso).

No capítulo inicial existem 46 excertos, o capítulo 2 apresenta 41, no capítulo 3 há 48 e o final é composto por 73 excertos. No total há 208 excertos, a personagem Laila é responsável por 98 deles. Ela tem como função, segundo o material, responder corretamente sobre o tema que era objetivo do capítulo e orientar as crianças a pouparem dinheiro para melhorar o futuro.

Outros excertos também mostram algumas recorrências do material referentes ao campo da Educação Financeira, conforme segue abaixo:

Além disso, **ela tinha aprendido, em suas viagens, a lidar com o dinheiro**. Mas **será que isso era útil?** Ela acreditava que sim, **porque o dinheiro faz parte do mundo moderno. A forma como lidamos com ele**

influência nossas vidas. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.7, grifo nosso).

Quanto mais cedo aprendermos a usar o dinheiro, melhores serão nossas decisões no futuro. Mesmo as nossas pequenas ações do dia-a-dia podem transformar o mundo. Pensando nisso, Laila foi conversar com a turma do clubinho, que achou ótima a ideia dela **compartilhar o seu conhecimento.** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.7, grifo nosso).

Devemos saber ganhar, gastar, poupar e doar. É sempre bom adquirir novos conhecimentos. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.7, grifo nosso).

Quando você está em uma loja ou em um supermercado e vai pagar uma conta, o vendedor passa o seu cartão em uma maquininha e a informação do valor da compra chega ao banco, transmitida eletronicamente. O banco fica sabendo que houve um pagamento e você recebe um comprovante do pagamento. **Usando os cartões você estará economizando o papel das cédulas e dos cheques.** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.17, grifo nosso).

Laila: **Muita calma** nessa hora, Joselito. **É importante que você pense se realmente precisa disso e se poderão pagar as contas no futuro.** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.18, grifo nosso).

Laila: **Quando o banco confia em você, ele pode lhe emprestar dinheiro.** Mas **ele vai cobrar uma taxa pelo empréstimo, que se chama juro.** Mas para ter crédito é preciso ter muita responsabilidade. **Quando você promete que vai pagar uma coisa, estão dando sua palavra que terá condições para cumprir os seus pagamentos.** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.18, grifo nosso).

Além da poupança existem outros investimentos. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.19, grifo nosso).
Doroti: **Os bancos fazem seguros? Quero fazer um seguro contra incêndio.** Tenho medo que algo aconteça com a sede do clubinho.
Laila: **Ótima a ideia. Se pagar um pouquinho por mês poderá contar com o seguro se algo inesperado ocorrer. Todos ficarão mais tranquilos.** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.20, grifo nosso).

Laila: **Devemos consumir com consciência.** Mas além dessas necessidades básicas, **vocês não acham que algum dinheiro deveria ser guardado para uma emergência ou para algo especial como uma viagem ou uma reforma da casa? A poupança merece um lugar de destaque no orçamento.** Afinal, **guardar dinheiro é sempre bom!**

Laila: **Pode ser que você esteja gastando mais do que pode gastar. Só podemos gastar aquilo que conseguimos ganhar.** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.26 e 27, grifo nosso).

Caquito: **O que eu faço para ser um consumidor eficiente?**

Laila: **Primeiro pense antes de comprar.** Não compre por impulso e não se deixe levar pelo que os outros dizem. **Não gaste com coisas inúteis.**

Você já sabe a diferença entre querer e precisar, ou seja, entre o que é necessidade e o que é só um desejo. (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.36, grifo nosso).

Laila: **Os maiores problemas do mundo são: a pobreza, a fome e a população, que está crescendo. Hoje ainda temos o suficiente para todos. Mas só o suficiente.** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.37, grifo nosso).

Laila: Parece muita coisa, mas não é. **A gente só precisa pensar bem na hora de comprar, usar as coisas com cuidado e até o final, e evitar produzir muito lixo.** Caquito, como é mesmo a história dos 3 Rs?

Caquito: **REDUZIR, REUTILIZAR e RECICLAR.** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.40, grifo nosso).

Narrador: Todos pararam um minuto e ficaram pensando sobre as atitudes positivas que poderiam tomar. **Queriam espalhar essas ideias pelo parque. Quem sabe assim elas chegariam à cidade, depois a outras cidades, até envolver o mundo todo em uma onda de pensamentos e ações pelo bem do planeta.** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.40, grifo nosso).

Os excertos acima mostram que o dinheiro influencia a vida das pessoas. As atividades disponibilizadas necessitam de alfabetização tecnológica, e o consumo consciente associado à responsabilidade é uma forma de diminuir a pobreza e a fome de toda a população.

Nas leituras que realizei, observei que a inclusão da Educação Financeira, também conhecida como Alfabetização Financeira, foi uma invenção da Contemporaneidade para adequação ao Mercado Financeiro. Esse projeto teve uma crescente relevância, segundo a OCDE (2004, p. 223), porque “ocorreram mudanças de ordem tecnológica, produtiva, financeira e educacional que promoveram a reorientação do papel do governo no provimento de serviços, bens e na proteção aos indivíduos, aí incluídos os seus aspectos financeiros”.

Nesse sentido, entendo que a Educação Financeira encontrou uma posição de destaque no discurso das instituições financeiras, em especial, na rede bancária pública ou privada, por assumir uma forma de governo das condutas, tendo por objetivo a qualidade de vida, a segurança e o controle dos riscos financeiros. Dessa forma, entendo que o programa realizado pelo banco Santander em conjunto com a ENEF busca formar indivíduos economicamente conscientes e politicamente corretos, que tenham uma atitude empreendedora de si mesmo.

4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA REGULADORA DE CONDUTAS E A NOÇÃO DE RISCO

As noções dos termos *governo* e *governamentalidade* permitem compreender como o sujeito, e não mais o saber e o poder, foram objetos de investigação de Foucault no curso “O governo dos Vivos”. O filósofo Michel Foucault, em 1980, problematiza o conceito operatório de *governamentalidade*, que ele define como o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si. Na dimensão política, as técnicas de dominação são exercidas sobre os outros, e na dimensão ética são realizadas sobre si mesmo. Não afirmo, com isso, que elas podem ser tratadas de forma separada, distantes uma da outra; essa é somente uma maneira diferente de analisar. Foucault quer nos mostrar que a *governamentalidade* é a maneira com que podemos governar, isto é, conduzir as condutas do outro e de si próprio. Para construir os argumentos deste capítulo, procurei entender como esse conceito é visto dentro do pensamento do próprio autor. Segundo Foucault (1993, p. 284):

[...] um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem como alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.

[...] entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre os outros –soberania e disciplina – e que trouxe, por um alado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos do governo, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. [...] é um processo, ou antes, um resultado, do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”.

Ao tomar a *governamentalidade* como ferramenta teórica analítica dos Programas de Educação Financeira proposto pelo Estado, através do projeto de Educação Financeira, procuro, neste capítulo, mostrar quais as estratégias que são utilizadas na condução das condutas da população. Preciso “primeiro passar para o exterior da instituição” (FOUCAULT, 2008, p.157). A inclusão da Educação Financeira dentro da escola só pode ser entendida a partir de algo exterior a ela, que é de ordem econômica e financeira mundial, bem como se analisando as condições de possibilidade que fizeram emergir este tema na atualidade, conforme descrito no capítulo anterior.

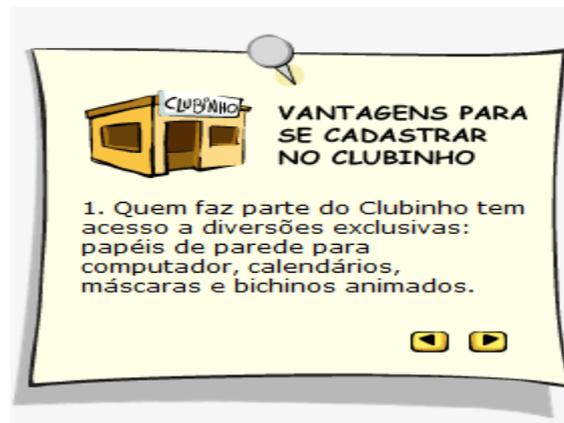
Observando-se as duas imagens a seguir, retiradas da cartilha do projeto do banco Santander e um excerto de uma reportagem da revista *Veja*, é possível entender quais são as estratégias que estão sendo utilizadas no projeto.

Figura 11: Personagens do site *Brincando na rede*



Fonte: *Brincando na Rede*, 2010.

Figura 12: Vantagens de ser sócio do clubinho do Banco Santander



Fonte: *Brincando na Rede*, 2010.

As aulas de educação financeira foram **um pedido dos próprios pais** para **que as escolas decidissem incluir a matéria no currículo**. A preocupação número 1 era *desenvolver certo senso crítico de responsabilidade em relação ao dinheiro* e outra preocupação sobre a necessidade de alfabetizar financeiramente num momento histórico que o mercado financeiro se consolida. (REVISTA VEJA, ano 49, n.2, 2009, p. 72, grifo nosso).

Escolhi um excerto e duas imagens, pois elas mostram as estratégias que estão sendo inventadas e reinventadas; na primeira em que aparecem os personagens do projeto do Banco Santander, a estratégia utilizada é do lúdico e do entretenimento. A segunda imagem mostra que, ao cadastrar-se no *site* do projeto, você pode ganhar prêmios e acessar recursos exclusivos. Já o excerto mostra que a

inclusão de aulas de Educação Financeira, nas escolas, foi um pedido dos próprios pais. Assim, o Estado elabora ações, procedimentos e táticas a partir dos quais toda a população é capturada pelo discurso de que é importante aprender Educação Financeira, a fim de melhorar a sua situação financeira e, ao mesmo tempo, tornar cada pessoa responsável pelo autogoverno de si próprio e do outro, de forma que se consiga a condução das condutas.

Na Educação Financeira observa-se, além disso, as relações dos alunos com o mercado Financeiro: eles vão sendo conduzidos a se relacionar com termos econômicos, tais como, juros, investimentos, descontos, entre outros, pois o governo precisa introduzir a economia no exercício político. Foucault (2004) assegura que, para administrar corretamente os indivíduos, os bens e as riquezas utiliza-se a mesma lógica de como ser um bom pai de família, que sabe dirigir seus filhos, sua esposa e sua criadagem, organizando também sua fortuna. Então, governar um Estado é aplicar uma economia, isto é, exercer em relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um, a vigilância, o controle na mesma intensidade com que o pai age sobre sua família, sua casa e seus bens. A palavra economia, no século XVI, designa uma forma de governo; no século XVIII, designa um nível de realidade e um campo de intervenção para o governo. (FOUCAULT, 2004).

No material analisado, verifica-se a grande estratégia política que opera na governamentalidade, colocada em circulação a partir dos programas de Educação Financeira no país, que operam com o próprio discurso da Educação Financeira na condução das condutas. Assim, o material apresenta muitas estratégias para administrar a população, não no sentido coletivo de administrar massas, mas sim a população igualmente e com profundidade, administrá-la com sutileza e no detalhe. O projeto criado pelo Estado opera no autogoverno de si mesmo e orienta também as práticas de consumo e a nova “cara” das empresas do capitalismo.

Ao ler o projeto elaborado pelo Estado, o excerto abaixo mostra que este tem por objetivo “cuidar”/“governar” toda a população em relação aos recursos financeiros, independente de idade, renda e classe social. A noção de risco e a de seguridade também pode ser percebida neste excerto, visto que primeiro precisamos planejar uma forma de vida segura (seguridade). “Um dos propósitos da ENEF nas escolas é educar crianças, jovens e adultos, não só para lidar com o dinheiro, mas também para planejar sua trajetória de vida de forma segura,

independente de possuir pouco ou muito recurso financeiro”. (Texto retirado da ENEF, 2010, p. 94).

Para finalizar este capítulo, apresento a ENEF e suas estratégias de forma detalhada, a fim de entender como as ferramentas teóricas aparecem ao analisar a proposta de atuação elaborada e apoiada pelo Estado.

No projeto, o capítulo “Plano estratégico para inserção da educação financeira nas escolas” tem por objetivo mostrar planos de ações direcionados a toda a população (crianças, jovens e adultos). Esse capítulo explica que a Educação Financeira nas escolas deve ser implementada de maneira eficiente, efetiva, tecnicamente correta e pedagogicamente adequada, considerando os diferentes sistemas de ensino (federal, estadual e municipal), do segmento privado ou público. Também a forma de abordagem, bem como a conscientização coletiva de professores, coordenadores pedagógicos, diretores, autoridades e entidades representativas do setor educacional sobre o importância do tema se torna relevante para que a proposta seja desenvolvida com qualidade.

Pode-se dizer que, seguindo as ideias de Bujes (2002), a obrigatoriedade da inclusão da Educação financeira nas escolas é compartilhada porque o Estado reconhece o papel da escola no campo de conduzir as condutas. O espaço escolar foi escolhido por apresentar uma série de características: é um espaço fechado; há um professor, que é a autoridade moral, por delegação da família ou da escola; organiza-se para transmitir saberes de ordem disciplinar. O projeto de Educação Financeira surge no contexto de mudanças sociais e políticas (detalhadas no terceiro capítulo) que consolida novos arranjos acerca dos papéis dos sujeitos e das instituições na sociedade.

Como produtos financeiros cada vez mais diversificados - tais como contas bancárias e cartões de créditos - são oferecidos a jovens que ingressam no Ensino Superior, eles têm mais acesso aos instrumentos financeiros do que seus pais possuíram; por isso, necessitam, desde cedo, competências financeiras mais complexas que as gerações passadas.

Para atender a todas as mudanças que ocorreram na Modernidade, a ENEF tem como foco dois públicos-alvo: o primeiro é formado por crianças e jovens, e será atendido nos espaços escolares do Ensino Fundamental ou Médio, sob a coordenação e orientação do Ministério da Educação (MEC) e participação de secretarias municipais e estaduais de todo território nacional; o segundo é

constituído por adultos que apresentam carências significativas de informações financeiras, pois é o adulto que lida com o dinheiro, consome, poupa, investe e trabalha.

No projeto que tem como alvo as crianças e jovens foi desenvolvido um plano de ações que conduzirá a Educação Financeira para dentro do espaço escolar. O plano de ação direcionado para a escola tem cinco pontos-chave para que a inclusão da temática seja eficiente nesse ambiente. São eles: campanhas para sensibilização dos públicos envolvidos com a educação e a comunidade escolar; formação dos professores; ações implementadas; ações de expansão da ENEF; ações de controle e avaliação.

A primeira estratégia, segundo documentos oficiais, pretende realizar campanhas para a sensibilização dos públicos envolvidos com a educação e a comunidade escolar. O objetivo dessa ação é conscientizar sobre a importância da Educação Financeira e sobre os benefícios que ela pode trazer para a qualidade de vida. A proposta será realizar campanhas publicitárias direcionadas a toda sociedade, e prevê anúncios em revistas voltadas para a Educação, com o propósito de divulgar e indicar onde os interessados podem obter mais informações sobre o Projeto. Nesta ação planejada, o objetivo é capturar toda a sociedade - e a mídia terá um papel fundamental para que este objetivo seja atingido.

O foco da segunda estratégia é a formação de professores: os professores serão os multiplicadores dos conceitos da Educação Financeira para seus alunos. Os conceitos deverão ser abordados em todas as áreas de conhecimento. O Estado vai desenvolver recursos didáticos para capacitação à distância dos educadores, além de instituir grupos tutoriais e constituir um fórum virtual para troca de informações entre os profissionais da área. Nesta ação será distribuído material de apoio pedagógico para formação dos professores e serão criados espaços virtuais que abordem conteúdos de ordem financeira.

Existe uma preocupação com a formação dos professores para que o projeto consiga atingir os objetivos esperados, segundo os documentos oficiais consultados.. Também é necessário prever ações e estratégias para a inclusão da temática em todo sistema educacional, como: distribuir os *kits* de capacitação dos professores; firmar parcerias com autores e editoras que desenvolvam materiais com esta temática; estabelecer ferramentas para promover a troca de informações entre

profissionais da Educação participantes dos projetos. Também existe uma preocupação com ações de expansão da ENEF.

As ações de expansão visam garantir a inclusão da Educação Financeira em todos os estabelecimentos de ensino através das seguintes estratégias: implementação da Educação Financeira em Secretarias de Educação estaduais e municipais, e estabelecimentos de ensino interessados; reconhecimento das Secretarias de Educação, dos estabelecimentos de ensino e dos professores que adotem a ENEF.

A última ação proposta pela ENEF diz respeito ao controle e à avaliação. A principal dificuldade para elaborar a metodologia de avaliação decorre de que, efetivamente, a implantação da Educação Financeira somente poderá ser avaliada a partir da mudança de comportamento ou atitude da população sobre o uso e a relação que se tem com o dinheiro e o consumo. A avaliação se dará a curto ou longo prazo, através de um processo sistemático e organizado, partindo de aspectos quantitativos e qualitativos. Para um acompanhamento qualitativo, propõe-se utilizar o controle e o cadastro dos estabelecimentos de ensino que adotam o projeto na escola. Com o objetivo de auxiliar na execução e avaliação das ações, foi lançado um *site* (www.vidaedinheiro.gov.br), com a finalidade de cadastrar ações de Educação Financeira, gratuitas e de conteúdo não comercial, existentes no Brasil. Isso permitiu criar um inventário nacional sobre projetos relacionados à temática desta tese. Para que o Estado tenha um controle sobre os programas de Educação Financeira realizados no Brasil, é imprescindível que as ações no âmbito dessa temática tenham uniformidade quanto a conceitos, princípios e diretrizes da ENEF.

Ao analisar o projeto brasileiro direcionado aos adultos, observam-se alguns aspectos, como a dificuldade de acesso à informação por uma parte significativa da população, a diversidade cultural, os graus de escolaridade, as faixas etárias, os nichos de atuação e as diferenças de interesse. Nesse contexto, são necessárias ações que visem à informação, formação e orientação, a fim de atingir o maior número de pessoas, utilizando veículos de comunicação. Segundo documentos oficiais, a proposta direcionada ao público adulto tem como temas fundamentais: inclusão financeira; finanças pessoais; noções de economia; consumo consciente; preparação para aposentadoria; investimentos; seguros. As estratégias que serão utilizadas são: palestras, publicações de cartilhas, concursos, encontros regionais,

campanhas publicitárias, programas de televisão, espaços culturais, visitas programadas.

Ao tomar a *governamentalidade* como ferramenta analítica na configuração dos programas de Educação Financeira e entender como as condutas de determinados sujeitos são conduzidas, será preciso realizar um mapeamento das estratégias que são potencializadas e põem em ação a *governamentalidade*. Na atualidade são inventadas novas táticas, procedimentos e ações que colocam a escola e as pessoas (adultos, crianças e jovens) sob uma nova lógica. (VEIGANETO, 2000, p.198).

Conforme descrito anteriormente, na ENEF são criadas várias ações que visam à condução das condutas. Ao ler o material da pesquisa percebe-se uma estratégia política que é o discurso da inclusão da Educação Financeira na escola operando sob toda população. Assim, pode-se concluir que a “inclusão da Educação Financeira”, como projeto ou disciplina, orienta práticas de consumo e reconfigura o capitalismo.

O Estado passa a buscar uma imagem de preocupação com a economia brasileira, a fim de produzir um mundo melhor e mais justo. Dessa forma, o discurso da temática Educação Financeira coloca-se em uma racionalidade política que regula as subjetividades, bem como a condução do sujeito através da produção de materiais e documentos que dão visibilidade e verificam os modos de operação dessa estratégia.

Ao organizar um plano de ações, o Estado tem como finalidade atender toda a população, independente de etnia, cor, renda e idade. Também é possível observar que esse projeto, financiado pelo Ministério da Educação, apresenta-se como uma estratégia reguladora para toda a sociedade e objetiva que a responsabilidade de se educar financeiramente seja de cada um.

A relação “mais governo com menos Governo” está ligada à lógica neoliberal e, nessa perspectiva, a escola deve atender a todos, encontrando mecanismos para que todos possam estar e permanecer nela. O foco é a produção de sujeitos úteis aos princípios e objetivos neoliberais, agenciados com discursos de moralidade e de direitos humanos, a fim de produzir o convencimento de que todos devem se mobilizar para que a inclusão da Educação Financeira ocorra na escola em todos os níveis de ensino.

Analisando os planos de ações para a implementação, execução e avaliação do projeto ou disciplina de Educação Financeira para a escola, observa-se que o foco é conquistar o maior número de adeptos para que esse projeto seja incluído dentro do ambiente escolar. Assim, o Estado conseguirá capturar todo o indivíduo através do discurso “devemos nos educar financeiramente com vistas ao empreendedorismo”, e a escola ocupará um espaço importante.

A escola, nessa perspectiva, coloca a arte de governar os homens com o objetivo de desenvolver o mercado financeiro na atualidade. Ela é a instituição que melhor se encarregou da definição moderna da Educação, já que é a principal instituição responsável pela formação humana até os dias atuais.

A escola é um dos espaços formais na arte de governar através de técnicas, ações e táticas, possíveis através de um plano de ações focadas em campanhas e na formação de professores, para que toda população seja seduzida de maneira sutil a permitir se educar financeiramente com foco no empreendedorismo, ou seja, educar financeiramente toda a população para que cada um se torne um empreendedor de si mesmo. A escola era defendida por ser um espaço que preservava a necessidade de construção de uma sociedade democrática, tendo como meta o progresso. Busca-se, agora, uma sociedade de letrados (conscientes de suas capacidades racionais), pela superação da ignorância, da irracionalidade. A escolarização desponta, então, como uma das estratégias mais eficazes, no conjunto de tantas outras, no controle das classes populares para a transformação das classes perigosas e de suas cotidianas formas de existência. (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p. 88).

4.1 NOÇÃO DE RISCO

Os excertos abaixo mostram uma recorrência sustentada por mecanismos que estão preocupados com uma análise no viés da noção de risco. No material de pesquisa foi possível observar uma presença expressiva de excertos que se preocupam com isso:

A ascensão econômica de novos consumidores coloca **esses indivíduos em contato com instrumentos e operações financeiras, sem que sejam preparados para compreendê-los e lidar com eles**. Não é apenas difícil o acesso a informações, **mas também falta de conhecimento para**

compreender os riscos e as oportunidades envolvidos em cada decisão. (ENEf, 2007 p.8, grifo nosso).

Os mercados dos capitais estão se tornando mais sofisticados, e novos produtos, cujos riscos e retornos não são de imediato são oferecidos. (ENEf, 2007, p.9, grifo nosso).

Mesmo com um número significativo de produtos, podem exigir diferenças significativas de risco, rentabilidade, custos, prazos, participação e informação. (ENEf, 2007, p.9, grifo nosso).

A obtenção fraudulenta de dados bancários e financeiros por mensagens eletrônicas falsas se tornam frequentes. [...] a medida mais efetiva para evitar golpes é elevar o grau de Educação Financeira do consumidor. (ENEf, 2007, p.10, grifo nosso).

As pessoas que não planejam seus gastos em longo prazo, **demoram em se preparar para a aposentadoria, não estão plenamente conscientes dos riscos.** (ENEf, 2007, p.12, grifo nosso).

Como o grau de Educação da financeira é geralmente mais elevado quanto for maior a renda e o grau de escolaridade, **as pessoas mais pobres e sem educação formal são mais expostas a riscos quando lidam com produtos financeiros.** (ENEf, 2007, p.12, grifo nosso).

A falta de conhecimentos básicos reduz a efetividade das ações governamentais para informar adequadamente o cidadão à respeito de seus riscos e características. (ENEf, 2007, p.19, grifo nosso).

O planejamento pessoal é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve estratégia de decisões de consumo, poupança, investimento e proteção contra riscos, [...]. (ENEf, 2007, p.22, grifo nosso).

No que se refere ao modo como encaram a poupança, observou que para muitos brasileiros, **poupar é sinônimo de guardar dinheiro, não de investir. [...] Há uma forte aversão ao risco e a preferência pela liquidez, especialmente entre os mais pobres, além de preocupação em poupar para garantir o futuro dos filhos.** (ENEf, 2007, p.30, grifo nosso).

É preciso **que esse conhecimento seja suficiente para que o cliente avalie os riscos envolvidos nas operações,** assim adequando às suas necessidades e possibilidades. (ENEf, 2007, p.42, grifo nosso).

Para o público desbancarizado, **o foco deve ser nos principais serviços disponíveis para eles, explicados de maneira simples, com indicação de onde e como obtê-los, quais as vantagens, os custos, os riscos e os cuidados que devem ser mudados.** (ENEf, 2007, p.44, grifo nosso).

Nos últimos anos **cresceu o interesse por aplicações de renda variável,** mesmo que elas indiquem a necessidade de **mais atenção do investidor a questões relativas a oportunidades e riscos.** (ENEf, 2007, p.54, grifo nosso).

As iniciativas de Educação Financeira devem se assegurar de que o cidadão está adequadamente capacitado para compreender as características, os riscos e oportunidades de cada investimento. (ENEf, 2007, p.60, grifo nosso).

Para que esses indivíduos possam fazer escolhas adequadas e proteger contra riscos e infortúnios a que são expostos, torna-se cada vez mais **relevante o papel da Educação Financeira**. (ENEF, 2007, p.73, grifo nosso).

Nesse **contexto de desinformação** sobre os reais custos e **riscos das operações financeiras**, pode haver expectativas inadequadas dos consumidores acerca desses produtos, gerando efeitos indesejáveis na economia familiar e nacional [...]. (ENEF, 2007, p.81, grifo nosso).

Pode-se observar, nos excertos acima, a preocupação com a noção de risco, e que a ascensão econômica proporcionou a criação de outros produtos financeiros. Além disso, observam-se outras ideias relacionadas à noção de risco, como: a falta de conhecimento pode atrapalhar nas suas decisões, aumentando o risco; os produtos são diferentes e os riscos podem ser alterados constantemente; os avanços tecnológicos facilitam a vida da população em termos de organização, mas surgem os golpes digitais, que precisam ser evitados; as pessoas devem se preparar para a aposentadoria, a fim de diminuir os riscos; quanto maior a renda, os riscos se tornam menores; o termo “investimento” entrou no lugar de poupança, aumentando os riscos para a sociedade; a economia brasileira necessita que sejam realizadas operações financeiras com conhecimento para que se tenha a menor chance possível de riscos.

Segundo ENEF (2007), quando há investimento em formação, pode-se identificar facilmente propagandas irregulares e ilícitas, procurando os órgãos responsáveis para combater as condutas ilegais. Quando conseguimos propagar a fraude de forma mais rápida, desarticulamos a quadrilha, o que pode evitar que outras pessoas sejam lesadas. Observa-se, na estratégia, que o Estado se preocupa com a população que recebe mais que o teto máximo, pois essa camada da população deve fazer um plano de previdência complementar para que na velhice possa manter o mesmo padrão. A ENEF (2007) tem por objetivo, segundo documentos oficiais, auxiliar toda a população para que tenha uma vida financeira organizada ao longo dos anos, em especial na velhice.

A construção da noção de risco será uma das operações antropológicas mais importantes desse novo modo de governo. Os excertos acima apresentam uma recorrência nas enunciações, ou seja, a noção do risco, também conhecida como sociedade de risco. Neste sentido, atualmente observa-se a forte presença da noção de risco (BECK, GIDDENS e LASH, 1995), na qual predomina o pensamento “pode acontecer”. O ser humano, ao construir futuros potenciais sozinhos ou em

sociedade, cria o imprevisível e os riscos são criados pelas próprias tentativas de controlá-lo.

Ao mesmo tempo em que o Estado cria estratégias para controlar a economia brasileira, através do projeto de Educação Financeira nas escolas, a noção de risco aparece com frequência na Contemporaneidade. A Educação Financeira necessita da tomada de decisões e pressupõe uma nova lógica de organização, na qual “novos produtos financeiros” são criados, elaborados e disponibilizados para a população, a fim de manter a estabilidade ou o crescimento do país. Em contrapartida, esses “novos produtos financeiros” elaborados para controlar a economia são considerados riscos para a população.

Para Beck (2008), entende-se por risco:

- “Risco é um conceito moderno. Pressupõe decisões que tentam fazer das consequências imprevisíveis das decisões civilizantes em decisões previsíveis e controláveis”.
- “Sociedade de risco significa que vivemos em mundo fora de controle. Não há nada certo além da incerteza”.
- “A palavra risco é também utilizada para referir-se à incertezas não quantificáveis, a riscos que não podem ser mensurados. Quando falo de risco é no sentido de incertezas fabricadas. Essas verdadeiras incertezas, reforçadas por várias inovações tecnológicas estão criando uma nova paisagem global”.
- “Não sabemos se vivemos num mundo algo mais arriscado que aquele das gerações passadas. Não é quantidade de risco, mas a qualidade do controle, ou para ser mais preciso, a sabida impossibilidade de controle que faz a diferença na história”.

Pode-se observar que o conceito de risco se desenvolve como uma tentativa de resposta à crescente impossibilidade da ciência de exercer sua função na Modernidade: controlar a sociedade e a natureza. Com a crescente falência das instituições (ciência, governo) em controlar o risco, os indivíduos passam a ser responsáveis por arcar com os riscos sociais.

O conceito de risco vem se tornando um dos principais dispositivos biopolíticos da atualidade, segundo Mitjavila (2006, p. 91). A autora afirma que não somente as grandes ameaças globais são abrangidas pelo conceito de risco. Com essa crescente fragmentação dos mecanismos tradicionais da Modernidade, o indivíduo tem uma maior responsabilidade individual pelas escolhas e consequências dos seus atos.

Na verdade, não podemos afirmar que vivemos em um mundo mais arriscado que em épocas anteriores. Hoje, o que difere é a forma como se dá o controle.

Nesse sentido, a principal diferença da cultura do medo produzida é que temos uma melhor tecnologia, uma economia de mercado e padrões de segurança, enquanto na Modernidade os medos eram atribuídos apenas a Deus e à natureza.

Na era do risco, as ameaças com as quais nos confrontamos não podem ser atribuídas a Deus ou à natureza, mas a própria “modernização” e ao “próprio progresso”. Assim, a cultura do medo surge paradoxalmente de instituições feitas para controlar o incontornável. (BECK, 2006, p.7).

Os últimos anos foram marcados pelo crescimento da economia brasileira. Beck (1995) conceitua uma sociedade de risco em relação direta com a globalização. Para ele, os riscos são democráticos, podendo afetar nações e classes sociais, sem respeitar fronteiras de nenhum tipo.

O controle de risco na sociedade tem se tornando bastante importante na condução das condutas da população. O'Malley (2007) destaca ser importante entender sua função como tecnologia do governo. Para a autora, ele envolve mudanças diversas em relações governamentais, no qual os indivíduos são responsáveis, conhecedores e provenientes no comando e na organização de suas vidas. O risco passa ser uma condição de possibilidade de empreendimento e criação de riqueza.

Sem o risco, a riqueza não seria criada, a inovação seria anulada, os indivíduos perderiam o estímulo à ação e a uma condição crucial para geração de responsabilidade. Nesta visão, os esforços dos engenheiros sociais em eliminarem os riscos têm imensamente contribuindo para eliminar o mal estar da sociedade contemporânea. (O'MALLEY, 1996, p. 204).

Nesse sentido, o Estado e as instituições financeiras, através dos seus projetos de Educação Financeira, utilizam-se de preocupações pautadas nos sistemas financeiros e, a partir do uso de novas tecnologias, tornam o mundo permanentemente propício para mudanças a todo o momento e, dentro dessa lógica, a noção de risco somado com a da seguridade pode preparar melhor o indivíduo a se tornar um empreendedor de si mesmo.

Foucault (2008) explica que é a partir da noção de risco – estabelecida pelas *expertises* da biopolítica, entre elas, a estatística – que emergem, no século XVIII, as chamadas sociedades de segurança.

A utilidade da estatística, para Foucault (2008) está na nova forma de governar. Ela funcionou até então no interior dos marcos administrativos e, portanto, dentro do funcionamento da soberania. Essa mesma disciplina mostra pouco a pouco suas regularidades próprias: o número de mortos, o número de doentes, as regularidades de acidentes. A estatística mostra como se comporta a população, evidenciando que, por seus deslocamentos, por seus modos de agir, por sua atividade, a população tem efeitos econômicos específicos. A estatística, ao possibilitar a quantificação dos fenômenos próprios da população, aparece de forma importante na nova arte de governar.

Em uma sociedade de riscos, o desafio é entender as estratégias que são utilizadas pela rede bancária quanto à questão financeira. Ao mesmo tempo em que o banco estimula e incentiva a movimentação financeira através do consumo, o Estado procura promover o controle de forma adequada, para que a população consiga se tornar investidora de si mesma.

A sociedade capitalista reforça o consumo, priorizando, cada vez mais, as necessidades individuais e coletivas, reproduzindo valores como sexualidade, beleza, juventude e saúde. Numa perspectiva foucaultiana, conforme Veiga-Neto (2000), o capitalismo é configurado sob uma nova lógica econômica, e os elementos de sua existência estão nas demandas diversificadas e intensas.

Para isto, existe uma valorização do espaço formal: a escola.

O Estado se preocupa em potencializar a vida da população. A escola efetua o mais eficaz sequestro consentido, já dizia Foucault, e é praticamente impossível escapar dos seus meios de regulação. Assim, na versão contemporânea da sociedade de segurança, a escola ainda é acionada como um sequestro permitido, que começa cada vez mais cedo. O Estado, reconhecendo o papel da escola, cria a ENEF para atuar dentro do ambiente escolar. Não se pode pensar em crianças, jovens e adultos hoje sem acesso aos projetos de Educação Financeira, já que não frequentá-los pode acarretar um risco que o Estado quer evitar a todo custo. Assim, para evitar o risco de prejudicar a economia brasileira ou mundial, o Estado criou ações, táticas e registros para capturar toda a população através da escola, frequentada desde muito cedo pelas pessoas, que podem ser dirigidas, de diversas maneiras, para a condução das condutas e para o empresariamento de si.

Foucault (2009) comenta que a escola é uma das instituições de sequestro, como também o são o hospital, o quartel e a prisão. Atualmente, existem muitas

outras instituições que também disciplinam. Elas retiram os indivíduos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um período longo, para moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos, formatar aquilo que pensam, e deixaram de ser lugares de suplício, como o causado pelos castigos corporais, para se tornarem locais de criação de corpos dóceis. A docilização do corpo tem uma vantagem social e política sobre o suplício, porque este enfraquece ou destrói os recursos vitais.

Neste trabalho, escolho a escola como um dos lugares que melhor ensina a arte de governar na atualidade. A escola se tornou um lugar que pode “educar financeiramente todos” de forma mais eficaz, buscando sempre conduzir a conduta dos indivíduos da população através de verdades que não são colocadas em dúvida. Nessa lógica, o Estado cria ações, por meio de projetos Nacionais de Educação como, por exemplo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira, que ultrapassam os espaços físicos da escola e alcançam a vida financeira e familiar de toda a população.

5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: O EMPREENDEDORISMO E A RELAÇÃO COM O CAPITAL HUMANO

O Estado não tem o objetivo de impor uma lei aos homens, mas trata de dispor as coisas, isto é, de utilizar táticas, procedimentos e ações muito mais de que leis, ou utilizar a lei como procedimento, táticas e ações de modo que os objetivos sejam alcançados. É nesse modo que vejo as relações dos alunos com projetos como os examinados nesta Tese, que apoiados por políticas públicas podem produzir sujeitos econômicos que sejam capturados pelo discurso do empreendedorismo, formando investidores e profissionais com características obrigatórias nesta nova forma de organizar o mercado financeiro.

O capitalismo industrial foi marcado pela estabilidade financeira e pelo planejamento em longo prazo, ao mesmo tempo em que as instituições (empresas ou escolas) tinham como objetivo o disciplinamento. A escola moderna assumiu um *status* de colaboradora do sistema civilizatório da sociedade industrial. O objetivo central da escola moderna “era disciplinar os corpos de forma de produzir corpos dóceis e cidadãos obedientes”. Segundo Veiga-Neto (2005) a escola serviu como dobradiça entre o poder e o saber. Alvarez-Uria (2002), por sua vez, afirma que as instituições escolares serviam como uma maquinaria para o capitalismo.

As pedagogias também mobilizaram significativas inovações, principalmente em relação ao tempo:

A nova concepção do tempo exige organizar as atividades de acordo com um esquema de séries múltiplas, progressivas e de complexidade crescente. Organiza distintos níveis separados por provas graduais, que correspondem a etapas de aprendizagem e que compreendem exercícios de dificuldade cada vez maior. Rompe-se assim um ensino no qual o tempo era concebido globalmente e a aprendizagem sancionada como prova única. Essa nova forma de perceber e organizar o espaço e o tempo permite um controle detalhado do processo de aprendizagem, permite o controle de todos e de cada um dos alunos, faz com que o espaço escolar funcione como uma máquina de aprender e, ao mesmo tempo, possibilita a intervenção do mestre em qualquer momento para premiar ou castigar e, sobretudo, para corrigir e normalizar. (VARELLA, 2002, p.84).

Além da escola, outro espaço que também toma a disciplina como eixo de ação na sociedade industrial é a fábrica. Lazarrato (2006, p. 92) afirma que “o trabalho se revelou o meio mais eficaz de regulação da sociedade”. Ao mesmo tempo tornou-se visível a relação entre sujeito e trabalho, esse, mobilizou uma racionalidade política que se tornou uma potência reguladora. (LAZZARATO, 2006).

Nesse modelo, são desejados cada vez mais corpos disciplinados e produtivos, tanto na escola como nas fábricas.

Sennet (2008) apresenta três condições que possibilitaram a mudança do capitalismo industrial para o cognitivista: mudança do poder gerencial para o acionário – passa a ser administrada por investidores; desejo de resultados a curto prazo, e não em longo prazo – a empresa tinha que ser dinâmica para apresentar lucro de forma mais rápida; a emergência das novas tecnologias – a comunicação e automação são processos que exigem uma mão de obra mais qualificada. Nessa nova lógica das instituições, são considerados centrais outros valores, tais como a flexibilidade, a autonomia, a inovação e o espírito empreendedor.

É nesse mesmo cenário que as empresas reduzem o número de empregados e o regime de trabalho é heterogêneo: surgem os trabalhadores formais, prestadores de serviços, serviços terceirizado, sócios minoritários, entre outros. O trabalhador está diante de uma atividade laboral que não prioriza o corpo e seus movimentos mecânicos e sim a sua alma e seu poder criativo, afirmam Saraiva & Veiga-Neto (2009).

Dentre outras tantas características acentuadamente nota-se, na atualidade, que o trabalho é visto com algo flexível, dinâmico e criativo. As habilidades vitais, nos dias de hoje, não são as mesmas e as empresas buscam características como formação continuada, carreira atualizada e dedicação exclusiva e totalitária: requisitos indispensáveis na constituição do novo perfil da contemporaneidade. Observa-se uma insegurança subjetiva, e a todo instante há a busca, em nós mesmos, dos investimentos que precisamos adquirir/produzir diariamente através de saberes. Esse é mais um exemplo sobre a importância do Capital Humano, o qual tinha como diretriz a ênfase no acúmulo de capital pelo investimento em bens materiais passando para a ênfase no acúmulo do capital humano pelo investimento do indivíduo sobre si mesmo.

Pode-se afirmar que a população é estimulada pelo autoinvestimento, resultante do acúmulo de capital humano, através das habilidades e competências produzidas pelas novas aprendizagens: investir em si é uma maneira de acumular capital, aquilo que dará condições de concorrência para resolver situações problemas, para inovar e para explorar a criatividade. Conforme Saraiva e Veiga-Neto (2009), apoiados em Lazzarato e Negri (2001), passamos do trabalho material, focado na fábrica, para o trabalho imaterial, representado pela lógica empresarial

que não mais prioriza o corpo dos trabalhadores, mas suas mentes e seus poderes inventivos.

Acompanhando esses autores, meu interesse não é ser militante do capitalismo cognitivo, mas mostrar que o poder e o saber são resignificados e alteram os modos como as sociedades contemporâneas se articulam com o trabalho, com o conhecimento e consigo mesmas. Para tanto, cabe a hipótese de que o capitalismo cognitivo opera sobre a inovação e a invenção: o que antes era exceção agora se torna regra, pois é valorizada não mais a reprodução mecânica e sim o conhecimento. Na medida em que a fábrica não é mais o modelo de regulação da sociedade, é a empresa que assume o *status* de modo de sua regulação. (DELEUZE, 1992). Uma das maiores diferenças é a de que a fábrica operava numa limitação territorial, enquanto a empresa, pela sua fluidez, espalha-se por toda a sociedade. Mouler-Boutang (2003, p. 41) afirma que “a empresa está em toda parte, graças à penetração mercantil cria-se um novo espaço chamado “território produtivo”; dessa forma, altera-se a configuração de uma “sociedade – fábrica – industrial” para uma “sociedade empresa”.

No liberalismo, um dos deslocamentos descritos por Foucault entre a racionalidade liberal e a razão do Estado é o lugar que ocupa o mercado; numa lógica mercantilista, o mercado assume um lugar dotado de uma regulamentação estrita e prolífica. (FOUCAULT, 2008, p. 42). No liberalismo, há governo em demasia; contrariamente a uma razão do Estado, em que se governa pouco. Foucault (2008, p. 63) afirma que o liberalismo não lida com as coisas (terras, riquezas, etc.) em si mesmas, mas com interesses de sujeitos e da coletividade. Isso qualifica seus modos de ação, minimizando suas práticas de governo. Com o nascimento da biopolítica são formuladas novas formas de governamentalidade que advêm do liberalismo, entre as quais: a constituição de um mercado como lugar de produção da verdade, a questão da utilidade, a noção de interesse como operador desse novo tipo de governamentalidade e a ampliação de uma nova racionalidade governamental.

Com a crise do liberalismo, apareceram “as ameaças à liberdade representadas pelo aumento do custo econômico do próprio exercício das liberdades, pelo socialismo, pelo nacionalismo e pelo fascismo”. (FONSECA, 2007, p.150). Tal crise atribuirá ênfase ao eixo da segurança (bem estar social), ao contrário das liberdades individuais e coletivas; em decorrência surgem, na

Alemanha e nos Estados Unidos, novos projetos na arte de governar: o neoliberalismo.

Enquanto o neoliberalismo alemão está, diretamente, ligado à República de Weimar, ao desenvolvimento do nazismo e à reconstrução no pós-guerra, (FOUCAULT, 2008), o neoliberalismo estadunidense refere-se à política do New Deal, à crítica à política de Roosevelt e vai se organizando depois da guerra. O neoliberalismo alemão emergiu no final da Segunda Guerra com o objetivo de reconstruir o país e de expurgar o Estado nazista, pois necessita reconstruir e legitimar um novo Estado, com liberdade econômica. Nesse mesmo modelo, segundo Foucault (2008, p. 31), tem-se como uma relação entre governantes e governados. A sociedade empresarial tende a produzir outro sujeito “o *homo economicus* que quer reconstituir não é homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção”. (FOUCAULT, 2008, p. 201). Assim, o neoliberalismo alemão busca que a economia de mercado seja centrada na concorrência e tenha a forma de empresa.

O neoliberalismo nos Estados Unidos, por seu lado, tem como principais alvos a busca por políticas de Estado keynesianas, por planos econômicos pós-guerra e por crescimento das formas de administração estatais. Esse modelo não se apresentava como uma forma política ou mesmo econômica, mas os Estados Unidos, usando princípios liberais e reivindicações econômicas, conseguiram fundar e legitimar seu próprio Estado. Trata-se de um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos seus governados. A lógica do neoliberalismo age e funciona como condição de possibilidade para os sujeitos: sujeitos-clientes, conforme Veiga-Neto (2000), imersos em possibilidades de escolhas, aquisição, participação e consumo, que reinventam a lógica do mercado financeiro. Nesse sentido, os projetos de Educação Financeira surgem como uma reinvenção das atitudes apontadas no material produzido pelo banco Santander e pelo Estado.

Para compreender o empreendedorismo como cultura, faz-se necessário um referir à Teoria do Capital Humano; esse universo, , a palavra *investimento* talvez seja uma das mais utilizadas. Investe-se em um capital para aumentar seus rendimentos, investe-se em ações ou em fundos de maior ou menor risco. O grande lema nos dias de hoje é o conceito de investimento; tudo, ou quase tudo é uma forma de investimento: o curso de pós-graduação, o curso de idiomas, o curso de

como aplicar na bolsa de valores, as relações familiares e até a escolha da pessoa amada.

Inventado nos anos 1960 pela Escola de Chicago¹⁴, a Teoria do Capital Humano é reconhecida mundialmente e amplamente aceita a partir de conjunto de crenças e valores sobre o humano, que passa a ser entendido como uma forma de capital. Trata-se de tudo que pode ser incrementado e pode tornar-se um investimento positivo: cada pessoa deve aumentar suas habilidades, competências e destrezas a partir de investimentos constantes. Essa capacidade de inclusão da sociedade contemporânea passa pela necessidade de desenvolvimento de condições de investimento de si; há, portanto, uma mudança conceitual dentro da teoria econômica, passando do consumo para o investimento.

Lopes-Ruiz (2007) entende capital humano como um conjunto de habilidades, capacidades e destrezas que:

[...] em função do avanço do capitalismo, deve se tornar valor de troca. Para isso acontece; esses atributos humanos precisam, de certa maneira, ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm, das pessoas concretas nas quais existem, e se articular em função de um fim externo a elas. Argumentaremos, portanto, que o “humano”, um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista.

Outra definição de capital humano é dada por Schultz (1973, p. 53):

A característica distintiva em capital humano é a de que é ele parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido em que possa ser vendido. Pode sem dúvida ser adquirido no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, seu capital humano, quer que sirva na produção ou no consumo.

O capital humano não desperta interesse só dentro de grandes corporações; segundo pesquisa do Centro de Desenvolvimento da OCDE ele é o mais

¹⁴ A expressão *Escola de Chicago* diz respeito a “um grupo de professores que, liderados por Theodore Schultz, atuavam no Departamento de Economia da Universidade de Chicago e também na Escola Superior de Administração e na Faculdade de Direito dessa mesma Universidade na década de 1950 aproximadamente. Também, a um grupo de economistas que a partir de 1960, influenciados por Milton Friedman, George Stigler e seus discípulos, defendiam o livre mercado”. (GADELHA, 2009, p. 143).

importante fator de produção dos dias de hoje, considerando que houve uma transformação de entendimento em relação ao termo “trabalho”, no âmbito da teoria econômica.

Nas palavras de Johnson (apud LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 195, grifo nosso):

Na Inglaterra da Revolução industrial, como nos países subdesenvolvidos hoje, o trabalho pode ser concebido como uma aplicação de força bruta, com o qual trabalhadores individuais [...] eram dotados de forma aproximadamente igual, assim como eram também de alguma capacidade de decisão do tipo mais ou menos trivial. Porém numa sociedade industrial, tanto a provisão de forças como a tomada de decisões são assumidas pela maquinaria, enquanto o trabalhador leva para o seu serviço são o conhecimento e as habilidades requeridas para utilizar a maquinaria de forma efetiva. Seu conhecimento e suas habilidades são, por sua vez, o produto de seu investimento de capital feito em sua educação. [...] um investimento de capital pode ser financiado pelo Estado, pelo próprio trabalhador ou pelo empregador. Deste modo, **o trabalhador é ele mesmo um meio de produção produzido, ou seja, um item do capital.**

O excerto destacado nos remete à ideia de que o capital humano é meio de produção em que somos submetidos a investir a todo instante em nos mesmos, por meio da aquisição e renovação de saberes. Do ponto de vista do capital, o trabalho ocupa dupla dimensão: capital e renda. Por um lado, o trabalho comporta um capital - uma aptidão, uma competência; por outro, uma renda pressupõe um salário, um conjunto de salários ou até mesmo um fluxo de salários. Atualmente, o *homo economicus* deixa de ser um sujeito de troca para ser um sujeito que investe permanentemente em si mesmo: é um homem que cuida de si.

Santiago (2002, p. 503) analisa as recomendações do Banco Mundial para os países em desenvolvimento no final do século XX, que apontam a reforma dos sistemas educacionais como uma urgente prioridade, argumentando que adiá-la poderia representar sérios custos econômicos, sociais e políticos para as nações. As recomendações sugeridas pelo Banco Mundial indicam uma necessidade de investimento nos sujeitos pela educação, para uma formação mais globalizada do trabalho e que proporcionaria um avanço na economia dos países em desenvolvimento, como indica Menezes (2011). A ênfase no trabalho pode ser traduzida aqui pela ênfase no mercado, operada pelo modo de vida neoliberal, fato que fica perceptível quando observamos as seguintes orientações do Banco Mundial (MENEZES, 2011, p. 130):

A educação básica proporciona o conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade sendo, portanto, uma prioridade em todo lugar. Esses atributos incluem um nível básico de competências em áreas gerais, tais como as habilidades verbais, computacionais, comunicacionais, e a resolução de problemas. Essas competências podem ser aplicadas a uma grande variedade de empregos e permitir às pessoas adquirir habilidade e conhecimentos específicos orientados para o trabalho, quando estiverem no local de trabalho.

Inspirado pelos princípios do neoliberalismo, interessa que cada país invista em ações de autocondução dos indivíduos de sua população para que todos alcancem também condições de participação no jogo de mercado. Quando cada sujeito desenvolve condições para se autogovernar, fortalece, economicamente, os países que têm como foco a condução de toda a população; tal atitude vem ao encontro do desejo do Estado que tem um grande interesse em que todos os indivíduos (sem exceção) participem na esfera da economia internacional. A esse respeito, Lopes (2009) destaca que há duas regras no jogo neoliberal que visualiza a sociedade como investimento: a primeira é manter-se sempre em atividade, pois o maior número de pessoas deve integrar as redes do mercado; a segunda é a de que todos devem ser incluídos, em diferentes níveis de participação. Logo, o Estado busca, por meio de estratégias, que todos os indivíduos participem efetivamente do mercado financeiro como investidores de si próprio, a fim de ter habilidade de autogestão com o foco de um empresariamento de si.

Dolabella (2004, p. 127-130) argumenta que, ao entender a educação como investimento, é importante destruir mitos; um deles é o de que pobre não pode ser empreendedor porque lhe faltam conhecimento de mundo, conhecimento tecnológico e percepção de oportunidades. A pobreza é vista como incapacidade, e o Estado, por seu lado, defende que a classe social não determina se são empreendedores; para fazer um indivíduo empreendedor, o Estado tenta, a todo o momento e de forma sutil, conduzir a condutas para o empreendedorismo de si. Assim, o Estado cria um projeto de inclusão da Educação Financeira nas escolas, no qual a teoria do capital humano tem uma forte ligação com a Educação. Essa teoria funciona como investimento cuja acumulação permite um aumento na produtividade do indivíduo-trabalhador, mas também a crescente possibilidade de crescimento de seus rendimentos ao longo da vida, visto que essa é uma preocupação do projeto de Educação Financeira.

Neste capítulo, busquei mostrar como determinados valores econômicos, à medida que migraram da economia para outros domínios da vida social, ganharam um forte poder normativo, que vem transformando sujeitos de direitos em indivíduos - microempresas - empreendedores. Tento também entender como surgiu essa cultura empreendedora, assim designada por Gadelha (2009).

No material de pesquisa desta Tese observei algumas enunciações recorrentes; entre elas, um grande número que mostram o empreendedorismo como uma das principais justificativas para a inclusão da Educação Financeira na escola.

Os excertos abaixo exemplificam este ponto:

Figura 13: Atividade envolvendo compra e venda

10 a 12 anos – Comparar para Comprar

As crianças divididas em grupos criam um produto (real ou imaginário) em um papel ou confeccionado artesanalmente. Depois, um representante de cada grupo apresenta o produto criado em forma de propaganda, com preço, diferenciais e vantagens. A apresentação pode ser feita em uma caixa de papelão improvisando uma televisão e os telespectadores (os demais grupos) discutem se comprariam ou não aquele produto após a apresentação.

Disponível em: *Brincando na Rede*, 2010.

Desde que o programa foi implantado, vários alunos da Escola Pacaembu localizada em São Paulo **montaram pequenos negócios**. Assim eles entendem a relação entre custo e benefício, sentem as dificuldades de venda e muito mais. (REVISTA NOVA ESCOLA, set. 2009, p. 38, grifo nosso).

Queremos estimular que **as crianças se apropriem de suas criações, que percebam que uma ideia/talento pode ser colocada em prática estimulando o empreendedorismo**. (BRINCANDO NA REDE, 2010, grifo nosso).

Da cartilha *Brincando na Rede* do banco Santander, foi retirada uma “conversa” sobre mesada:

Laila: Então você recebe a semanada. **A mesada é uma vez por mês e a semanada, uma vez por semana**. E para o que serve a mesada ou a semanada?

Oto: **Para não ficar pedindo dinheiro toda hora para pagar pequenas despesas** como pipoca, chocolate, figurinhas ou um pincel novo...

Laila: **A mesada serve para tudo isso. Serve para vocês tomarem suas próprias decisões.**

Caquito: Não podemos comprar tudo que queremos.

Laila: As pessoas também não. Nem os adultos e nem as crianças. **Toda compra envolve uma escolha.** Temos que **saber a diferença entre querer e precisar.**

Caquito: Vou comprar três caixas de banana.

Doroti: O que vai fazer com três caixas de banana. Vai haver desperdício.

Caquito: Estava brincando.

Laila: **Devemos consumir com consciência.** (CADERNO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, V. 1, 2001, p.24, grifo nosso).

A conversa descrita acima aponta para o termo “mesada” que, conforme a personagem Laila, “serve para vocês tomarem suas próprias decisões”. Aqui, as técnicas biopolíticas tentam relacionar a mesada como um modo de autogovernar e assegurar a condução da conduta e a ideia de ser empreendedor de si mesmo. De forma mais específica, a mesada é um instrumento vinculado à família e estimulado pelo ambiente escolar como uma forma de tomada de decisões pela conduta. A frase “Eu posso tomar decisões desde que tenha um consumo consciente”, retirada do excerto acima, é justificada através do argumento de que precisamos “saber a diferença entre querer e precisar; comprar com consciência e que não podemos comprar tudo que queremos”. Assim, penso que cada um pode tomar decisões com a sua mesada desde que seja conduzido a pensar nos argumentos “contra o consumismo e a favor da economia de guardar na poupança”.

De acordo com Gadelha (2009), nas últimas duas décadas tem sido dada grande atenção à necessidade de desenvolvimento das competências de toda comunidade escolar (dos professores, dos alunos, dos gestores escolares, entre outros). O conceito de competências tem sido amplamente discutido nos espaços acadêmicos e constitui-se hoje como uma meta das ações pedagógicas. Com relação ao aluno, segundo o autor, o desenvolvimento de competências inscreve-se no princípio de aprender a aprender.

Ao observar o termo competências, estabeleço relações com a ênfase dada nos documentos para a necessidade de inclusão e execução do projeto nas instituições escolares. Em uma sociedade marcada pelo “governo de si e do outro” as mesmas oportunidades são oferecidas, basta cada um investir em si próprio, cada vez mais e melhor, para que participe na vida em sociedade. Percebe-se que a necessidade de investimento no capital humano passa automaticamente para o investimento na área da educação. Podemos verificar que a produção de capital

humano não é de uso exclusivo da escola, mas se sabe que depende em grande parte dela.

Com as mudanças na economia brasileira, alguns desdobramentos determinam, então, a formação de sujeitos a partir de princípios como: acessibilidade, igualdade, autonomia, liberdade, participação, mobilidade, competências e investimento no capital humano, entre outros. Menezes (2011) aponta tais princípios como direcionadores na formação de sujeitos (todos eles) que precisam ativamente participar dessa sociedade, passo a compreender que, por uma questão de seguridade, é preciso que as subjetividades produzidas a partir dessa razão de Estado, além de desenvolver condições de autoinvestimento para o alcance dos princípios acima indicados, também se comprometam com a condução do outro, daquele que por si só não apresenta condições de autoinvestimento. A condução desse outro precisará ser gestada até que ele encontre condições de autocondução, desenvolvendo assim possibilidade de inclusão e permanência no jogo do consumo da sociedade neoliberal.

Gadelha (2010, p. 22) contribui para essa discussão ao mostrar como um dos traços mais decisivos do empreendedorismo, numa lógica neoliberal, na contemporaneidade é a concorrência. Assim, a todo o momento, preciso fazer um investimento em mim mesmo, que aumente meu capital humano, pois se eu não o fizer, esse outro com quem eu concorro será cada vez mais produzido como aquele que me ameaça, como aquele que, não cessando de investir em si, acabará me ultrapassando, ocupando os lugares por mim desejados, satisfazendo desejos que são iguais (supostamente) aos meus.

Em uma pesquisa realizada por Lopez-Ruiz (2007) com um grupo de executivos, pode-se observar alguns comentários: “- Sim, sou dono da minha carreira e não delego a ninguém.” “Eu não sou da empresa X, eu estou na empresa X.” “Hoje em uma empresa o compromisso que o profissional tem que ter é consigo mesmo e depende de quanto ele investe no seu próprio desenvolvimento, para que você possa chegar dentro da empresa e digam: não, esse cara é imperdível...” “- A VOCÊ S.A. foi fundada sobre o princípio de que o profissional é dono da sua carreira, você precisa se olhar e perceber que precisa ser administrado por você mesmo.” “- VOCÊ S.A. não é para pessoas paradas.”

A maioria dos jovens estadunidenses eram considerados “conservadores passivos”, tinham uma única meta que era começar a trabalhar em uma grande

companhia. É o fim do antigo sonho de alcançar a autonomia pessoal mediante o trabalho, denunciava White (1961, p. 67). Essas características do jovem estadunidenses estavam bem longe da iniciativa individual ou da vontade de inovar que eram os aspectos principais do empreendedor na era do capitalismo. Nesse momento, ascendia significamente o empregado dependente e declinava o empresário livre.

Com a industrialização e o surgimento de grandes corporações, a sociedade estadunidense assistia a um novo tipo de organização. Milles (1969, p.14-28) afirma, a esse respeito:

Nos últimos cem anos os Estados Unidos deixaram de ser uma nação de pequenos capitalistas e transformaram-se num país de empregados assalariados: no entanto, a ideologia adequada a uma nação de pequenos capitalistas existe como ainda estivéssemos no mundo dos pequenos proprietários.

E ainda acrescenta:

Para que esses membros da classe média, assim como os operários, a América tornou-se uma nação de empregados, que não tem a maior possibilidade de acesso à propriedade independente. Suas oportunidades de receber renda, de exercer poder, de gozar de prestígio, de adquirir e utilizar habilidades são determinadas pelo mercado de trabalho, e não pelo controle da propriedade. (MILLES, 1969, p. 55-83).

Como é possível perceber, nesse período houve uma mudança de uma sociedade de proprietários para uma de empregados, e a grande preocupação era como estimular, nas pessoas, a criatividade, a inovação, e chamá-las a correr riscos e a assumir a aventura de novos desafios.

Para recuperar o seu lado empreendedor, as pessoas precisavam se sentir responsáveis pelos resultados que poderiam alcançar. Tinham que recuperar os valores perdidos e mostrar que o sistema capitalista precisa de empreendedores. O indivíduo podia, agora, solicitar seus direitos e sua individualidade, o consumo e o investimento seriam a forma de alcançar a propriedade sobre si mesmo.

No que diz respeito à problemática discutida nesta Tese, nessa nova lógica o que se busca é fazer com que os alunos – participantes do projeto do banco Santander – sejam “verdadeiros” empreendedores de si mesmos que, para manter o valor do seu “capital”, deverão assumir a gestão de seu ativo. Ao assumí-lo, conseguirão enxergar a si mesmas como uma empresa, fazendo com que a

conformidade se resolva e desapareça. Assim, a carreira individual é pensada como sendo a própria companhia; as habilidades como produtos individuais. Eu tenho que melhorar meu produto o tempo todo, investir em minha carreira para desenvolver habilidades o tempo todo, declarava uma executiva. (MARCED, 2002).

O empresário, enquanto “empresário de si” não é uma exceção a essa regra: tem de submeter sua propriedade às regras do mercado e deve pensar em si mesmo como um empreendimento: é necessário investir em sua formação e em suas relações e agregar valor à sua carreira. (cf. LOPES-RUIZ, 2007, p. 46). Pode-se afirmar que hoje ser empreendedor não é uma opção. A Educação Financeira como projeto, sugerida pela ENEF, é vista como uma forma de investimento para toda a população e, ao mesmo tempo, como um empresariamento de si mesmo.

O projeto de Educação Financeira busca transformar o proprietário de si em empresário de si: o novo “empreendedor”, como podemos perceber no material discutido nesta Tese. Os indivíduos e as coletividades vêm sendo cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação uma espécie de competição: o indivíduo é avaliado de acordo com o investimento que é capaz de fazer, como microempresas num mercado competitivo. O Estado, ao criar a ENEF, quer transformar o novo empreendedor (alunos da escola) em futuros investidores, ou seja, uma espécie de sócio que investe o seu capital humano na empresa que trabalha e acredita que ela é a melhor no momento. (DAVENPORT, 2001, p.18-22).

6 DAS CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Ao encerrar esta Tese, acredito ser importante refletir sobre as mudanças que ocorreram na minha vida pessoal, acadêmica e profissional durante meu tempo de doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação da Unisinos. Nesse tempo, fui acometido de muitas dúvidas e incertezas quanto à construção deste trabalho. Diferentemente da minha Dissertação de Mestrado (VARGAS, 2004) – que produzi sobre a temática da Modelagem Matemática – na qual procurei responder de que forma a Modelagem Matemática, como ambiente de aprendizagem, poderia colaborar com a aprendizagem do cotidiano – nesta Tese, precisei primeiro estudar e dedicar muito tempo para apropriar-me das ferramentas teóricas de Michel Foucault. porque estava ciente de que só à luz de um aporte teórico de cunho filosófico conseguiria dar conta de meus propósitos. Isso demandou um grande esforço, quer na esfera intelectual como no âmbito de minha vida pessoa.

Ao chegar na parte final da Tese, é preciso também dizer que não tive a pretensão de gerar uma conclusão definitiva do estudo, pois isso seria inconsistente com sua perspectiva teórica. Disso decorre o título deste último capítulo: (In)Conclusões. Avaliei como importante apenas retomar alguns pontos que, neste momento, pudessem sintetizar o que produzi no trabalho investigativo.

A pesquisa realizada teve como questão norteadora: Como os programas de Educação Financeira, praticados inicialmente pelas instituições financeiras, foram estendidos para a instituição escolar? Para responder a essa indagação foi necessário compreender a emergência da Educação Financeira no âmbito escolar:, identificar sua inserção como projeto ou uma disciplina obrigatória nas escolas.

Escolhi como aportes para dar sustentação ao estudo as teorizações do filósofo Michel Foucault e, como ferramentas teóricas, as noções de *biopolítica* e *governamentalidade*. Com isso, procurei operar com ferramentas que me possibilitassem identificar quais estratégias, táticas e procedimentos fizeram instituir a Educação Financeira como um campo de conhecimento e a emergência desta temática nas escolas.

Levando em conta o questionamento, que direcionava o trabalho e as teorizações que escolhi para fundamentá-lo, resolvi delimitar o campo empírico do estudo (que descrevi no *Capítulo 2*). Assim, selecionei como material de pesquisa o documento “Estratégia Nacional de Educação Financeira”, que institui a Educação

Financeira como uma disciplina ou projeto obrigatório no Brasil, e o Programa de Educação Financeira do Banco Santander, por ser o primeiro programa de Educação Financeira criado no país.

No *Capítulo 1* da Tese, situo o leitor sobre como a temática de estudo foi escolhida e os aportes teóricos selecionados para responder ao meu problema de pesquisa. Mostro nas reportagens atuais veiculadas na mídia a temática da Educação Financeira como uma estratégia que tem por objetivo capturar crianças, jovens e adultos (no limite, a população) para que seja incluída como disciplina ou projeto obrigatório da escola. Nesse mesmo Capítulo discuti as noções de *governamentalidade* e a *biopolítica*, com as quais analisei o material empírico do estudo.

Para favorecer a organização da Tese escolhi dividir o *Capítulo 2* em duas subseções: Estratégia Nacional de Educação Financeira e o Banco Santander e seu projeto de Educação Financeira. Na primeira, descrevo de forma detalhada, o 1º documento, título da subseção,, produzido pelo governo federal, com o apoio de várias instituições financeiras privadas ou públicas. Ao escrutinar esse material, constatei sua sintonia com os documentos produzidos pela Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico – OCDE – que sugere que a Educação Financeira seja elaborada através de projetos, em especial, dentro da escola, endereçados a toda a população. Para sustentar essa constatação, considerei importante descrever a Organização e seus vínculos com o mercado financeiro mundial.

Procurei mostrar as condições de ordem econômica, social e política que fizeram emergir a Educação Financeira como projeto obrigatório no contexto escolar; para isso, descrevi os deslocamentos havidos entre as moedas de troca para as moedas de consumo, a finalidade da criação de instituições financeiras – em especial o Banco Central, que é gerenciado pelo Estado –, e a importância no crescimento da economia brasileira do uso dos juros. Fiz uma breve referência à Revolução Industrial, que instituiu uma nova organização do mercado financeiro e como, ainda na contemporaneidade, se observa as marcas dessa organização.

A segunda subseção teve como foco descrever o projeto de Educação Financeira, coordenado e executado pelo Banco Santander. Desse analisei o *site* <www.brincandonarede.com.br> e a cartilha produzida e disponibilizada pela instituição. Sua análise me levou a operar com alguns conceitos de Michel Foucault:

controle, vigilância e condução das condutas, com ênfase na noção de empresariamento de si mesmo. Espero ter podido mostrar, através de excertos, algumas recorrências das enunciações sobre a inclusão da Educação Financeira e a valorização do empreendedorismo na lógica do novo Mercado Financeiro.

Os *Capítulos 3 e 4* surgiram a partir das recorrências encontradas no material de pesquisa; nesses mostrei como a Educação Financeira é uma estratégia na condução das condutas vinculada ao empreendedorismo e como ali opera a noção de risco. Especificamente, no *Capítulo 3* mostro quais as estratégias, táticas, ações e procedimentos de que o Estado se serve para que as condutas sejam conduzidas: campanhas para sensibilização dos públicos envolvidos com educação e a comunidade escolar; formação dos professores; ações de expansão da ENEF e de controle e avaliação. Assim, a leitura desses documentos mostraram a existência de uma estratégia política, a saber, o discurso da inclusão da Educação Financeira na escola, operando sobre toda população. Desse modo, pode-se concluir que “incluir a Educação Financeira” como projeto ou disciplina orienta práticas de consumo e reconfigura o capitalismo na atualidade. Nesse mesmo *Capítulo* apresentei recorrentes enunciações, que foram discutidas com base na noção de risco.

O *Capítulo 4* teve como objetivo mostrar que a ENEF, em conjunto com o programa de Educação Financeira do Banco Santander, tem como foco o empreendedorismo – destinado a ensinar como “ser um empreendedor de si mesmo”. Aqui discuti também o novo significado que, na atualidade, é dado à noção de investimento. Percebi que o Estado elabora estratégias a fim de capturar a população para que considere relevante efetivar uma Educação Financeira e como, assumindo a condição de empresariamento de si mesmo, os indivíduos podem alcançar uma vida melhor. Com essa análise, pude concluir que o empreendedorismo também é uma técnica ou estratégia na condução das condutas.

A elaboração da Tese me levou a concluir, que:

Educação Financeira na escola conduz as relações dos alunos com o Mercado Financeiro, aprendendo noções oriundas do campo econômico, tais como juros, investimentos, descontos e riscos. Esses, por sua vez, estão vinculados ao empreendedorismo, cujo objetivo central é que cada um possa tornar-se um empreendedor de si mesmo. Pode-se perceber que existem alguns movimentos: o primeiro é o deslocamento da Matemática Financeira (ordem do ensino) para a Educação Financeira (ordem da educação); e o segundo é o fato de a instituição

escolar estar sendo chamada pelo Estado a educar financeiramente e não simplesmente ensinar a Matemática Financeira.

Nessa perspectiva, as relações dos alunos com os projetos que envolvam a temática da Educação Financeira podem produzir sujeitos econômicos que sejam capturados pelo discurso de ser empreendedor de si mesmo, pois só assim serão transformados em investidores e profissionais criativos, proativos e, portanto, clientes em potencial do mercado financeiro.

Vale destacar, também, que nessa nova lógica, o Estado não é responsável total pela velhice, pela assistência médica e pela educação da população, já que cria estratégias, ações e táticas para que a escola inclua a Educação Financeira como mecanismo capaz de conduzir as condutas das pessoas, capturadas pela “verdade” de, que “aprender conteúdos financeiros leva o país ao progresso” e só assim estaremos preparados para os avanços de ordem tecnológica, econômica e social.

Ao ler o material de pesquisa que foi detalhado anteriormente, percebe-se que muitas vezes me senti conduzido e sendo conduzido a me inclinar e dizer: “devemos incluir a Educação Financeira na escola porque vai melhorar o nosso futuro e o futuro do país”. Senti também que fui dirigido e estava me dirigindo a me inclinar para a verdade sobre a qual os documentos me faziam pensar. Com isso, de certo modo, me inclino a reconhecer a eficiência das estratégias já que parte da população pode ser conduzida por regimes de verdade que produzem manifestações de verdades durante todo o tempo e a partir dos documentos oficiais do Estado.

Essas considerações levaram a concluir que a inclusão de um projeto/disciplina de Educação Financeira é regida pela racionalidade neoliberal do Estado, constituindo-se em uma técnica biopolítica: trata-se, efetivamente, de um tipo de ação biopolítica agenciada pelo Estado.

O estudo de temas financeiros, dentro da escola – um espaço formal – colabora de forma muito eficaz para fazer acreditar que a verdade é “poupar, investir e empreender”; por isso, está justificada a importância de incluir esse projeto ou disciplina na escola. Aprender noções financeiras pode conduzir os indivíduos a, no futuro, autogovernarem-se em sua vida econômica e se tornarem empreendedores de si mesmos. Conforme Gadelha (2009, p.144), “os valores econômicos, à medida que migraram da economia para outros domínios da vida

social, disseminando-se socialmente, ganharam um forte poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em indivíduos – microempresas – empreendedores”.

Ao refletir sobre mim mesmo quanto ao exercício analítico que empreendi sobre o material de pesquisa, dei-me conta de que, muitas vezes, tinha sido capturado pelos enunciados: “é importante incluir a Educação Financeira como projeto ou disciplina obrigatório no sistema educacional” e “é importante trabalhar o empreendedorismo na escola”. Pude constatar como, em muitas partes da escrita da Tese, minha posição de professor havia sido muito fortemente interpelada. Foram necessárias muitas discussões para que minha posição de pesquisador não fosse apagada pela do professor. Tive, então, que abandonar muitas certezas que me acompanhavam e que acabavam por me direcionar para outras perspectivas de estudo e pesquisa, de caráter mais metodológico; em muitos momentos me sentindo conduzido a dizer: “devemos incluir a Educação Financeira na escola porque vai melhorar o nosso futuro e o futuro do país”. Era também eu capturado pelos documentos que analisava.

Tive que abandonar meu lado “salvacionista”, que se baseava na busca por “mudar o mundo”, deslocando-me para uma pesquisa na perspectiva teórica foucaultiana. Isso resultou em propostas nesta Tese geraram situações de enfrentamento comigo mesmo para que eu conseguisse construir um trabalho investigativo em que as “verdades” não fossem consideradas naturalizadas, mas sim para entender de que forma esses enunciados acabaram sendo instituídos como verdades dentro do contexto escolar.

Posso afirmar que o Doutorado instigou-me a realizar muitas leituras, a dedicar-me intensamente ao estudo e à escrita e que o exercício analítico que eu realizei produziu “verdades” provisórias. Este estudo abriu novos horizontes para seguir pensando sobre a Educação Financeira e seus projetos de inclusão no ambiente escolar. O tempo passou e, apesar de ter sido “obrigado” a deixar de lado muitas dimensões da minha vida, tive a oportunidade de buscar me apropriar de teorizações totalmente desconhecidas para realizar a Tese.

Finalizando a escrita, trago, novamente, as palavras de Michel Foucault:

[...] o que lhes trago hoje é muito pouco, para merecer sua atenção: é um projeto que eu gostaria de submeter a vocês, uma tentativa de análise cujas linhas gerais apenas entrevejo: mas pareceu-me que, esforçando-lhe para traçá-las diante de vocês, pedindo-lhes para julgá-las e retificá-las, eu estava, como um “bom neurótico”, à procura de um duplo benefício: inicialmente de submeter os resultados de um trabalho que ainda não existe, e o de beneficiá-lo, no momento de seu nascimento, não somente com seu apadrinhamento, mas com suas sugestões. (FOUCAULT, 2001, p. 265).

Chegou a hora da saída e é preciso me despedir e aprender a voar para outras direções e outros caminhos. Indago a mim mesmo: o que fiz comigo mesmo ao produzi-la?

Recorro às palavras de Duarte (2010), que encerra sua tese dizendo: “Talvez a mudança tenha sido brusca e hoje não reste mais do que “efeitos de superfície” entre quem iniciou e quem termina esta tese. Pude aprender que os desafios envolvidos e a coragem necessária – e nem sempre suficientes – para correr riscos carrega consigo a possibilidade de mudança, de nos reinventarmos. Ter feito provocações, mesmo que de forma ínfima, em uma das verdades que conformam o discurso pedagógico implicou um dissolver-se de mim mesma[o], um agulhar-se que dilacerou não só minha produção acadêmica. Provocou vertigens em outras dimensões de minha vida. O que fiz com minhas “verdades”, ou melhor, com minhas ficções? Algumas continuam a existir, outras foram sufocadas ou metamorfosearam-se, outras agonizaram e não resistiram. Dissolveram-se sem deixar coisa alguma em seu lugar. Quanto as que resistiram? Essas terão de aprender a viver permanentemente em crise” (p.176).

Assim como a autora, consigo perceber que entre aquele que começou esta Tese há cerca de quatro anos, e aquele que finaliza , muitas metamorfoses ocorreram e continuam a ocorrer; muitas de minhas “verdades” foram re-inventadas e re-descobertas – re-feitas, enfim. Mas nem todas elas se re-conformaram, assumiram uma forma “palpável” ou aqui dizível. Há muito mais por trás de tudo isso que vivi, que aqui escrevi, que produzi. Há muito mais por trás de tudo que ainda está no âmbito do devir. É esse sentimento de instabilidade, de mudança, que agora se conforma em meu modo de ser e agir. É esse espírito questionador que levo do Doutorado, para além dele e para além das aplicações imediatas de um estudo como este.

Assim, mesmo não conseguindo encontrar todas as respostas esperadas (como se isso fosse, de alguma forma, possível), e desconfiando das verdades

instauradas, consigo ao menos ter uma certeza: vivi de forma intensa essa experiência, que deixou marcas profundas em mim e nas pessoas ao meu redor. Encerro este texto com a frase de Foucault (2004, p. 294), que sintetiza este momento que agora vivo: a caminhada “valeu a pena”, pois ela permitiu “tornar-me diferente do que [eu] era no início”.

REFERÊNCIAS

ACÚRCIO, Marina Rodrigues (coord.); ANDRADE, Rosamaria Calaes de (Org.). *O empreendedorismo na escola*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Rede Pitágoras, 2005.

ALVAREZ-URIA, Fernando. A escola e o espírito do capitalismo. In: COSTA, Marisa V. (Org.). *Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

AMADEU, João Ricardo. A Educação e sua infância nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista e as transformações no mundo do trabalho. In: Antunes, Ricardo (Org.) *Crise Contemporânea, questão social e serviço social*. Capacitação em serviço social e política social, módulo I. Brasília, DF: CEAD, 1999.

AVELINO, Nildo. Governamentalidade e Arqueologia em Michel Foucault. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, out., 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Dinheiro no Brasil*. 2. ed. Brasília: BCB, 2004.

_____. *Banco Central: fique por dentro*. 3. ed. Brasília: BCB, 2004.

_____. *O que é um Banco Central?* Brasília: BCB, 2002.

_____. *O que são Bancos?* Brasília: BCB, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada*. Vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

_____. *Vida para o Consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. *Capitalismo Parasitário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. Uma sociedade mundial do risco. *Revista IHU Instituto Humanitas – Sociedade do Risco: o medo na contemporaneidade*. Maio de 2006. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&itemid=18&task=det>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 jan. 2011.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática/Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/ SEF, 1999. 138 p.

_____. *What is Globalization*. Cambridge: Polity Press. 2008.

_____. *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*, translated by Jorge Navarro, Daniel Jiménez, Maria Rosa Borrás. Barcelona: Paidós. 2006.

BRINCANDO NA REDE. Disponível em: <<http://www.brincandonarede.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Infância e Maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CADERNO de Atividades de Educação Financeira. 2001. Disponível em <<http://www.brincandonarede.com.br/Adulto/CadernoAtividades.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2009.

CANDIOTO, César. Governo e direção de consciência em Foucault. *Natureza Humana*, São Paulo, v.10, n.2, dez. 2008.

CASTRO, Edgardo Manuel. *Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO NETO, Vicente Marques de. *O papel da educação em três momentos da evolução do capitalismo econômico: consolidação, organização científica e flexibilização*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2008.

CATTANI, Antonio David. *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CITIBANK. Disponível em: <<http://www.citibank.com.br/educacao>>. Acesso em: 20 dez. 2013
CRIANÇA APRENDE FINANÇAS NA SALA DE AULA. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 de fevereiro de 2011.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática e educação. In: KNIJNIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda; OLIVEIRA, Cláudio José de (Orgs). *Etnomatemática, currículo e formação de professores*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, p. 39-69.

D'AQUINO, Cássia. *Educação financeira: como educar seus filhos*. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008.

DAVENPORT, Thomas O.. *O capital Humano: O que é e por que as pessoas investem nele*. São Paulo: Novel, 2001.

DÍAZ, Esther. *Michel Foucault: los modos de subjetivación*. Buenos Aires: Almajanto, 1992.

DOLABELLA, Fernando. *Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. São Paulo: Cultura, 1999.

DUARTE, Claudia Glavam. *Etnomatemática, Currículo e Práticas Sociais do "Mundo da Construção Civil"*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

_____. *A "realidade" nas tramas discursivas da Educação Matemática escolar*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Disciplina financeira é um bom assunto para crianças. Disponível em: <<http://educacaofinanceira.com.br/index.php/imprensa/conteudo/342>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. *Estudantes de Escola Estadual aprendem com a Escola de Educação Financeira a administrar melhor seu dinheiro*. Disponível em: <http://www.rioprevidencia.rj.gov.br/eef/noticias/2011/noticia_14.html>. Acesso em: 15 ago. 2013.

ESTRATÉGIA de Desenvolvimento da Educação Financeira. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/Default.aspx>>, Acesso em: 07 nov. 2009.

FAJARDO, Vanessa. *Alunos aprendem a lidar com dinheiro em aulas de educação financeira: Projeto com apoio do MEC integra 891 escolas públicas do país. Um dos objetivos do programa é ensinar a poupar para realizar sonhos*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/06/alunos-aprendem-lidar-com-dinheiro-em-aulas-de-educacao-financeira.html>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. *Apresenta informações sobre suas atividades*. FEBRABAN, 2007. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/>> Acesso em: 20 maio 2009.

FONSECA, Márcio Alves da. Para pensar o público eo privado: Foucault e o tema das arte de governar. In. RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da Sexualidade - O uso dos prazeres*. v. 2. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

GADELHA, Sylvio de Sousa. *Biopolítica, governamentalidade e educação. Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e empreendedorismo. *Educação & Realidade*, n. 34, ano 2, p.171-186, maio/ago. 2009.

GIONGO, Ieda Maria. *Disciplinamento e resistência dos corpos e saberes: um estudo sobre a Educação Matemática da Escola Estadual Técnica Agrícola Guaporé*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

GONÇALVES, Jean Piton. *A História da Matemática Comercial e Financeira*. Disponível em: <<http://www.somatematica.com.br>>. Acesso em: 26 nov. 2007.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GUDIN, Eugênio. *Princípios de Economia Monetária*. v. 2. [s.l.]: Agir Editora, 1972.

HARDT, Michel; NEGRI, Antônio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 14. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

KERN, Denise T. B. *Uma reflexão sobre a importância de inclusão de educação financeiro na escola pública*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Profissionalizante) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2009.

KNIJNIK, G. Itinerários da etnomatemática: questões e desafios sobre o cultural, o social e o político na educação matemática. In: KNIJNIK, G.; WANDERER, F.; OLIVEIRA, C. (Orgs.). *Etnomatemática: currículo e formação de professores*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

_____. Pesquisa em etnomatemática: apontamentos sobre o tema. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA. III CBEm, *Anais...* Rio de Janeiro, 2008a.

_____; WANDERER, Fernanda; DUARTE, Claudia Glavam. *Das invenções pedagógicas: a importância do uso de materiais concretos na educação matemática*. (Texto digitado). 2008b.

KOHAN, Walter (org.). *Ensino de filosofia: perspectivas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES-RUIZ, Oswaldo. *Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capitalismo humano e empreendedorismo como valores sociais*. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

LUTERPREV. Disponível em: <<http://www.luterprev.com.br/compromisso-social-pef>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MACHADO, Mardem de Almeida. *Ensino de Matemática Financeira por CBT – Uma Abordagem Metodológica*. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira. *Maquinaria Escola: na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2011.

MITJAVILA, M. R.. El riesgo como instrumento de individualización social. In: BURKÚN, Mario; KRMPOTIC, Claudia Sandra. (Org.). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, v. 1, p. 91-108.

MOULIER-BOUTANG, Yann. O território e as políticas de controle de trabalho no capitalismo cognitivo. In: COCCO, G.; GALVÃO, A.; SILVA, G. (Orgs.). *Capitalismo cognitivo: Trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

NATÉRCIA, Flávia. *Resenhas a Naissance de la Biopolitique*. 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/resenhas/2005/07/resenha2.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

O'MALLEY, Pat, Risk and Responsibility. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (orgs.). *Foucault and Political Reason. Liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: University of Chicago Press, 1996. p. 189-209.

_____. Experimentos em governo: analíticas gubernamentales y conocimiento estratégico del riesgo. *Revista Argentina de sociología*, v. 5, n.8, 2007.

OLIVEIRA, Eliane Basílio de. Tecnologia e Educação: um estudo de caso do Projeto Digitando o Futuro, da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. 2001. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

OLIVEIRA, Helena Doria L. de. *Entre mesadas, cofres e práticas matemáticas escolares: a constituição de pedagogias financeiras para a infância*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Assessoria de Comunicação Social. OECD's Financial Education Project. OCDE, 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>. Acesso em: 17 mar. 2010.

_____. *Recommendation on principles and good practices for financial education Awareness*. Jul. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

PORTAL ECONOMIA IG. *Orçamento Familiar*. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/orcamentofamiliar/educacao-financeira-pode-evitar-consumo-exagerado/n1237626869701.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PORTAL FINANCEIRO. Programa de Educação Financeira. Disponível em: <<http://portalfinanceiro.blogspot.com.br/2012/05/proefic-programa-de-educacao-financeira.html>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

PROGRAMA de Educação Financeira do Banco Santander. Disponível em: <<http://www.brincandonarede.com.br/cadernodeatividades>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

RAC. *Aulas de Educação Financeira para jogadores de futebol*. 2012. Disponível em: <<http://www.rac.com.br/times/canal-do-corinthians/112828/2012/01/12/corinthians-tera-palestra-de-educacao-financeira.html>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: Abril, Set. 2009.

REVISTA VEJA. São Paulo: Fev. 2000.

_____. São Paulo: Abr. Ano. 49, n. 2, 2009.

_____. São Paulo: Fev., ano 49, n. 2, 2010.

ROSETI JUNIOR, Helio. *Educação Matemática e Financeira: um estudo de caso em cursos Superiores*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Cruzeiro do Sul, 2010.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. Políticas educacionais e reformas no ensino. In: ZARTH, Paulo Afonso et all (org). *Ensino de História e Educação*. Ijuí: editora Unijuí, 2004.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e interdisciplinaridade – o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

SANTOS, João de Deus dos. *Formação Continuada: cartas de alforria & controles reguladores*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n.34, p.187-201, n.2, mai/ago 2009.

SCHULTZ, Theodore W., *O capital Humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 5. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *A cultura do novo capitalismo*. 2. Ed., São Paulo: Record, 2008.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. La maquinaria escolar. In: ALVAREZ-URIA, Fernando; VARELA, Julia. *Arqueología de La escuela*. Madrid: La Piqueta, 1992.

_____; _____. *Arqueología de la escuela*. Madrid: La Piqueta, 1996.

_____. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa (Org.). *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*. 3. Ed., São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA-NETO, A. Espaços, tempos e disciplinas: As crianças ainda devem ir à escola? In: ALVES-MAZZOTTI, Alda et al. *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DPA, 2000, p. 9-20.

_____. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. In.: COSTA, Marisa Vorraber. *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 103-126.

_____. Na oficina de Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (Orgs.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 79-91.

_____. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 13-43.

_____. Inclusão e Governamentalidade. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 maio 2009.

_____. Neoliberalismo, Império e Políticas de Inclusão: problematizações iniciais. In: RECHICO, CÍNARA Franco. & FORTES, Vanessa Gadelha. (Orgs.). *A educação e a inclusão na contemporaneidade*. Roraima: UFRR, 2008, p. 11-28.

_____. Crise da Modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. In: PERES, Eliane et al (Orgs.). *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 35-58.

_____. Neoliberalismo, Império e Políticas de Inclusão: problematizações iniciais. In: RECHICO, CÍNARA Franco. & FORTES, Vanessa Gadelha. (Orgs.). *A educação e a inclusão na contemporaneidade*. Roraima: UFRR, 2008, p. 11– 28.

WHITE-JUNIOR, Willian H. *El Hombre organización*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1961.